



IDEFLOR-Bio

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ  
DIRETORIA DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE  
GERÊNCIA DE SOCIOBIODIVERSIDADE

# Diagnóstico Socioeconômico e da Situação Fundiária



## PARA CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE BUJARU

BELÉM/PARÁ  
2026



**Governo do Estado do Pará**  
**Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará**  
Diretoria de Gestão de Biodiversidade

**Hana Ghassan Tuma**  
Governadora do Estado do Pará

**Nilson Pinto**  
Presidente do IDEFLOR-Bio

**Crisomar Lobato**  
Diretor de Gestão da Biodiversidade

**Thiago Valente Novaes**  
Assessor Técnico

**Belém/Pa**  
**2026**

**PREFEITURA DE BUJARU**  
**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

**Miguel Bernardo da Costa Júnior**  
Prefeito de Bujaru

**José Espedito Rodrigues da Silva**  
Vice-Prefeito

**Maria Leuda de Sousa Coelho**  
Secretária Municipal de Meio Ambiente

**Geysa Kessy de Carvalho Bezerra**  
Diretora Geral

**Coordenação**

Crisomar Lobato

Diretor de Gestão da Biodiversidade – DGBio/IDEFLOR-Bio

**Elaboração**

Rafael Potiguar Lima

Biólogo/Me. em Ecologia Aplicada/Analista Ambiental/GSBio/DGBio/IDEFLOR-Bio /Fadesp

Jocilete de Almeida Ribeiro de Freitas

Socióloga/Ma. em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/

Analista em Gestão Pública/Gerente de Sociobiodiversidade – GSBio/DGBio/IDEFLOR-Bio

Alberty Ivy Lima Pereira

Sociólogo/Analista de Políticas Públicas – GSBio/DGBio/IDEFLOR-Bio

**Equipe Auxiliar**

Bruno Martinez – Engº Agrônomo/Téc. em Gestão Ambiental/GSBio/DGBio/ IDEFLOR-Bio

Elaboração de Mapas

Sindomar Cardoso – Designer/Assistente Administrativo/DGBio/IDEFLOR-Bio

Arte Gráfica

Antonio Galiza Gomes Neto/Licenc. em Matemática/ Agente Administrativo/ SEMMA

Pesquisa Documental e Logística

Feliph Andrade Gomes/Discente de Eng. Ambiental e Sanitária/GSBio/DGBio/IDEFLOR-Bio

Pesquisa Documental

## **Equipe Auxiliar de Pesquisa de Campo**

Aíres Maciel da Trindade  
Bióloga - SEMMA/PMB

Edigleidy da Silva Oliveira  
Pedagoga – SEMMA/PMB

Edivania do Socorro Pereira Sampaio  
Graduanda em Pedagogia/UNAMA - SEMMA/PMB

Neucina Raiol da Silva  
Tecnóloga em Gestão Ambiental – SEMMA/PMB

Jociane da Conceição Silva  
Especialista em Gestão Ambiental, Biodiversidade e Biologia - SEMMA/PMB

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Levantamento Exploratório em área destinada para criação de UC municipal.....	13
Figura 2: Reunião entre IDFLOR-Bio e SEMMA; aplicação de formulários; tacho de fabricação de melaço de cana; trilha demarcada nas ruínas do engenho.....	14
Figura 3: Mapa da Região de Integração Rio Capim. ....	16
Figura 4: Mapa de localização do Município de Bujaru .....	22
Figura 5: Mapa de Acesso ao município de Bujaru.....	23
Figura 6: Equipamentos de Diagnóstico e Infraestrutura hospitalar. ....	32
Figura 7: Quadro de profissionais de saúde do município de Bujaru.....	33
Figura 8: Dados de rede de esgoto, abastecimento de água, banheiro e coleta de lixo.....	34
Figura 9: Organograma da SEMMA - SEMAGRI conforme Lei Municipal nº 525/2005.....	56
Figura 10: Organograma da SISMMAT conforme Lei Complementar nº 27/06/2007. ....	58
Figura 11: Organograma da SEMMA atual.....	59
Figura 12: Plantio das mudas e instalação do viveiro de mudas de Bujaru. ....	61
Figura 13: Plantio de árvores; palestra; visita ao Parque Estadual do Utinga.....	62
Figura 14: Rota da trilha Caminhos de Bujaru;.....	64
Figura 15: Curso de guias de trilhas, reunião de planejamento e Placa de sinalização.....	64
Figura 16: Distribuição de mudas, mutirão de limpeza e apresentação lúdica. ....	66
Figura 17: Mapa de Localização da Área Proposta para criação de UC municipal. ....	72
Figura 18: Mapa de Localização do Lixão do município de Bujaru. ....	98
Figura 19: Audiência pública à respeito do projeto de instalação do aterro sanitário no município de Bujaru. ....	99
Figura 20: Instituições Governamentais que compõem o Levantamento Institucional. ....	102
Figura 21: Instituições Não-Governamentais que compõem o Levantamento Institucional. ....	105

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico: Densidade demográfica dos municípios da RI Rio Capim. ....	18
Gráfico 2: Área territorial dos municípios da Região de Integração Rio Capim. ....	18
Gráfico 3: Evolução da população de Bujaru de 1991 a 2022. ....	18
Gráfico 4: Taxa de urbanização dos municípios da Região de Integração Rio Capim. ....	19
Gráfico 5: Total de áreas urbanizadas nos municípios da Região de Integração Rio Capim em comparação com a capital Belém. ....	20
Gráfico 6: Faixa etária da população de Bujaru por gênero. ....	23
Gráfico 7: População de Bujaru por Gênero. ....	25
Gráfico 8: População de Bujaru por cor. ....	26
Gráfico 9: Estabelecimentos de educação básica no município de Bujaru. ....	27
Gráfico 10: Distribuição dos estabelecimentos de educação básica no município de Bujaru. ....	27
Gráfico 11: Estabelecimentos de educação básica por ente federativo em Bujaru. ....	28
Gráfico 12: Número de matrículas nas áreas urbana e rural no município de Bujaru. ....	28
Gráfico 13: Matriculados e creches, pré-escolar, fundamental e médio. ....	29
Gráfico 14: Número de matrículas por etapa de ensino no município de Bujaru. ....	29
Gráfico 15: Nota do IDEB de quatro municípios do estado do Pará. ....	31
Gráfico 16: Nota do IDEB de quatro municípios do estado do Pará. ....	31
Gráfico 17: Evolução do PIB de Bujaru nos dez últimos anos. ....	35
Gráfico 18: Evolução do PIB do município de Bujaru em relação à média estatal na última década. ....	35
Gráfico 19: PIB Per capita dos municípios da Região de Integração Rio Capim. ....	36
Gráfico 20: PIB por setores de economia do Município de Bujaru. ....	37
Gráfico 21: Porcentagem do efetivo de rebanho pecuário do Município de Bujaru. ....	38
Gráfico 22: Rendimento médio anual da produção da lavoura permanente. ....	39
Gráfico 23: Rendimento médio anual da produção da lavoura temporária. ....	40
Gráfico 24: Serviços públicos no município de Bujaru na escala estadual de 2013 a 2021. ....	42
Gráfico 25: Média do VA de serviços públicos no PIB Estadual entre 2013 e 2021. ....	43
Gráfico 26: Rendimento de serviços privados do município de Bujaru na escala estadual entre 2013 2021. ....	44
Gráfico 27: Média do Valor Adicionado (VA) de serviços privados no PIB Estadual entre 2013 e 2021. ....	45
Gráfico 28: Indústria do município de Bujaru na escala estadual. ....	46
Gráfico 29: Média do Valor Adicionado (VA) industrial no PIB Estadual entre 2013 e 2021. ....	47
Gráfico 30: Média do Valor Adicionado (VA) de impostos no PIB Estadual entre 2013 e 2021. ....	48
Gráfico 31: Evolução dos Empregos Formais por Setor da Economia entre 2015 e 2021. ....	49
Gráfico 32: Vínculos Empregatícios Formais por Escolaridade. ....	50
Gráfico 33: Famílias inscritas no CadÚnico. ....	51
Gráfico 34: Quantidade de benefícios emitidos no mês de dezembro de 2023. ....	52
Gráfico 35: Bujaru - Receita Corrente vs Despesa Corrente (2019-2024). ....	53
Gráfico 36: Participação das Transferências Correntes na Receita Corrente (%) por ano. ....	54
Gráfico 37: Resultado Orçamentário Corrente (2019-2024). ....	54
Gráfico 38: Investimentos Totais vs Transferências de Capital (2019-2024). ....	55

Gráfico 39: Composição de Despesas de Capital (% investimento vs amortização), por ano.	55
Gráfico 40: População por gênero e faixa etária dos moradores das comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.	75
Gráfico 41: Estado Civil e Religião dos moradores das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição	76
Gráfico 42: Origem dos moradores das comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.	77
Gráfico 43: Tempo de Residência e Relações Sociais de Vizinhaça.	78
Gráfico 44: Escolaridade dos moradores de Bom Intento, Conceição e Itabira.	79
Gráfico 45: Educação Ambiental nas Escolas.	80
Gráfico 46: Ocorrência de doenças na família e locais de atendimentos.	81
Gráfico 47: Tipo de alimentação consumida pelos moradores das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.	82
Gráfico 48: Participação Institucional pela população e tipo de Instituição.	84
Gráfico 49: Moradores que foram assaltados ou que presenciaram assalto nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.	85
Gráfico 50: Número de vezes que presenciaram assalto e tipos de violência nas áreas de Bom Intento, Itabira e Conceição.	85
Gráfico 51: Principais problemas apontados nas comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.	87
Gráfico 52: Atividades que compõem a renda dos moradores das comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.	88
Gráfico 53: Renda Mensal Familiar e Acesso ao Crédito.	88
Gráfico 54: Aposentadoria, Pensão e Programa Social de Transferências de Renda dos moradores das comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.	89
Gráfico 55: Fonte de Energia para as residências das comunidades e para a produção de alimentos.	90
Gráfico 56: Conexão à Internet e Fontes de Informações utilizadas pelos moradores.	91
Gráfico 57: Conhecimento, Utilização da Área e Conhecimento dos moradores sobre Unidades de Conservação.	92
Gráfico 58: Propostas de Melhoria para a Área da UC.	93
Gráfico 59: Abastecimento de água nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.	94
Gráfico 60: Características e tipo de tratamento da água nas residências das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.	95
Gráfico 61: Tipos de fossas utilizadas nas residências das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.	96
Gráfico 62: Destino do resíduo sólido dos moradores da região do Bom Intento, Itabira e Conceição.	97
Gráfico 63: Tipo e situação dos imóveis nas comunidades do Bom Intento, Itabira e Conceição.	99
Gráfico 64: Número de residentes que possuem documentação, tipos de documentação do imóvel e tipo de construção.	100
Gráfico 65: Cobertura das casas, Esquadrias utilizadas nas casas das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.	101

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Área, população, densidade demográfica, PIB, IDHM e IDEB dos municípios da Região de Integração Rio Capim.....	17
Quadro 2: Projetos desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente.....	60
Quadro 3: Variáveis e peso para cálculo de metodologia do ICMS Verde.....	67
Quadro 4: Percentual, ano base, ano de cálculo e ano de repasse do ICMS Verde.....	67
Quadro 5: Fatores, Variáveis e Pesos e Índices referente repasse do ICM Verde aos municípios, referente aos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.....	68
Quadro 6: Índices referente repasse do ICMS Verde aos municípios.....	69
Quadro 7: Quarta metodologia de cálculos para repasse do ICMS Verde.....	70
Quadro 8: Valores do ICMS Verde repassados por ano ao município de Bujaru.....	70
Quadro 9: Informações Gerais sobre as edificações das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.....	75
Quadro 10: Registro de algumas instituições Governamentais que compõem o levantamento institucional localizadas na sede do município de Bujaru.....	102
Quadro 11: Registro de instituições não governamentais que compõem o levantamento institucional.....	105
Quadro 12: Diferença entre Parque Municipal Ambiental e Bosque Municipal.....	109

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AA – Área Antropizada  
ACS – Agente Comunitário de Saúde  
AD – Área Degradada  
APA - Área de Proteção Ambiental  
APP - Área de Preservação Permanente  
ARL - Área de Reserva Legal  
AVC – Acidente Vascular Cerebral  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
BASA – Banco da Amazônia  
CAdu Único – Cadastro Único  
Caisan – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
COP – Conferência das Partes  
CMMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente  
DCAV – Divisão de Conservação e Áreas Verdes  
DFA – Divisão de Fiscalização Ambiental  
DGBio - Diretoria de Gestão da Biodiversidade  
DLA - Departamento de Licenciamento Ambiental  
DOE - Diário Oficial do Estado  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental  
FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas  
FMMA – Fundo Municipal de Meio Ambiente  
GAB – Gabinete de Prefeito de Bujaru  
GEF – Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environmental Facility)  
GPS – Sistema de Posicionamento Global  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ICMS - Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDEFLOR-Bio - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IOEPA – Imprensa Oficial do Estado do Pará  
IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ITERPA – Instituto de Terras do Pará  
ITR - Imposto Territorial Rural  
LDB – Lei de Diretrizes de Base  
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
MVI – Mortes por Violência Intencional

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PEUC - Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza  
PIB – Produto Interno Bruto  
PLAMSAN – Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional  
PNADc – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua  
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PRESI – Gabinete da Presidência  
RI – Região de Integração  
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental  
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos  
RVN – Reserva de Vegetação Nativa  
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação  
SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura  
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bujaru  
SEMAGRI – Secretaria Municipal de Agricultura de Bujaru  
SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza  
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária  
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SISMMAT – Sistema Municipal de Meio Ambiente  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
UC - Unidades de Conservação  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia  
UR – Áreas de Uso Restrito  
US – Áreas de Uso Sustentável  
UVS – Unidade de Valorização Sustentável  
VA – Valor Adicionado Bruto

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 TRATATIVAS E EXPEDIÇÕES.....</b>	<b>12</b>
<b>3 REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO RIO CAPIM: TERRITÓRIO, DEMOGRAFIA, POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
3.1 TAXA DE URBANIZAÇÃO .....	19
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BUJARU E ÁREA DE ESTUDO .....</b>	<b>20</b>
4.1 MUNICÍPIO DE BUJARU .....	20
4.1.1 Localização, Limites e Acesso .....	22
4.1.2 Aspectos Demográficos .....	23
4.1.3 Educação.....	26
4.1.4 Saúde .....	32
4.1.5 Saneamento Básico.....	33
4.1.6 Economia.....	34
4.1.7 Gestão Ambiental .....	56
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	71
4.2.1 Acesso, Tamanho e Localização .....	71
4.2.2 Comunidades do Entorno: Bom Intento, Itabira e Conceição.....	74
4.2.3 População: Gênero, Faixa Etária, Estado Civil e Religião .....	75
4.2.4 Padrão de Ocupação: Origem dos Moradores, Tempo de Residência na Área, Pretensão de Mudar e Relações Sociais de Vizinhaça .....	77
4.2.5 Aspectos Sociais: Educação, Saúde, Segurança Alimentar, Organização Social, Violência e Problemas Citados .....	79
4.2.6 Aspectos Econômicos: Atividades Econômicas, Renda Familiar, Acesso a Crédito e Outras Fontes.....	87
4.2.7 Infraestrutura: Energia, Comunicação, Utilização da Área e Propostas de Melhorias....	90
4.2.8 Saneamento Básico: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos.....	93
4.2.9 Uso e Situação dos Imóveis, Documentação e Tipo de Construção na Área .....	99
4.3 LEVANTAMENTO INSTITUCIONAL.....	101
4.3.1 Organizações Governamentais .....	102
4.3.2 Organizações Não Governamentais.....	105
<b>5 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA .....</b>	<b>107</b>
5.1 DEFINIÇÕES DE CATEGORIAS DE MANEJO .....	108
5.1.1 Definição de Área de Relevante Interesse Ecológico.....	108
5.1.2 Definição de Bosque Municipal .....	108
5.2 DEFINIÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.....	110
<b>6 CONCLUSÕES.....</b>	<b>111</b>
<b>7 RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>112</b>
<b>8 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000) e a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza PEUC/SEUC (Lei 10.306, de 22/12/2023) versam que toda criação de Unidade de Conservação da Natureza seja subsidiada por estudos técnicos e realização de Consulta Pública.

E o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio, criado na Lei nº 8.096, de 01/01/2015, autarquia de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, que entre suas funções básicas se destaca por “executar a política estadual de unidades de conservação do Estado relativas à sua proposição, **criação** (grifo nosso), implementação e gestão...” em seu Roteiro e Orientações para Criação de Unidades de Conservação da Natureza Municipais no estado do Pará, 2025, estabelece, ainda, reconhecimento da área, estudos dos aspectos do meio físico, biológicos, socioeconômico, situação fundiária e a elaboração do Instrumento Legal.

No intuito de aumentar o sistema de Unidades de Conservação da Natureza municipais, o IDEFLOR-Bio no âmbito da Diretoria de Gestão da Biodiversidade – DGBio que tem as finalidades de planejar, coordenar, supervisionar e promover a execução de planos, programas e projetos relativos à preservação, proteção e conservação da biodiversidade, apoiando a realização de pesquisas nessas áreas, criou o Projeto Apoio à Criação e Reavaliação de UC Municipais nos municípios paraenses.

Tomando conhecimento desse projeto e objetivando criar Unidade de Conservação Municipal em seu território, a Prefeitura de Bujaru, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, apresentou ao IDEFLOR-Bio a área de interesse ecológico e solicitou apoio técnico para criação de 01 (uma) UC em seu município.

Seguindo os procedimentos legais e técnicos, este Diagnóstico Socioeconômico e da Situação Fundiária, em conjunto com os Diagnósticos do Meio Físico e Biológico subsidiarão, inicialmente, a realização da Consulta Pública que ocorrerá no mês de maio de 2026, a elaboração do Instrumento Legal e, como produto, a criação legal da primeira Unidade de Conservação Municipal no município de Bujaru e a quinta na Região de Integração Rio Capim, contribuindo para conservar os corpos hídricos, em especial as nascentes e os igarapés, assim como proteger as espécies de fauna e da flora, contribuindo para o microclima da cidade de Bujaru e sensibilizar a população do município e os visitantes para a conscientização da história recente relativa às ruínas do engenho Bom Intento. Para fins

didáticos, este diagnóstico se divide em seis partes: 1. Tratativas e Expedições, onde explicita as etapas; 2. Região de Integração Rio Capim, mostrando o perfil dos dezesseis municípios que compõem essa relevante região; 3. Características do Município de Bujaru e da Área de Estudo, com ênfase para o perfil das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição; 4. Levantamento Institucional, importante para o processo de realização de Consulta Pública e Conselho Gestor, após a criação da unidade; 5. Conclusões; e 6. Recomendações.

## **2 TRATATIVAS E EXPEDIÇÕES**

No ano de 2025 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bujaru (SEMMA) protocolou, no Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), o Ofício nº 127/2025 – GAB/SEMMA de 25 de março de 2025 sob o nº de Processo 2025/3012838, com anexo de relatório técnico da área de interesse, cuja secretária da pasta, sra. Maria Leuda de Sousa Coelho, solicitou apoio técnico para auxiliar os técnicos municipais na criação do Bosque Municipal de Bujaru na área do antigo engenho do Bom Intento, a qual caracteriza-se como rica em biodiversidade e ecossistemas típicos da região amazônica, além de relevante valor histórico e cultural. De acordo com o relatório técnico anexado ao ofício, a área localizava-se sob as coordenadas 1° 32' 37.15" S e 48°3'16.41" O, com o tamanho de 6,00 (seis) hectares, mais especificamente nas ruínas do engenho Bom Intento da antiga fazenda Bom Intento, com aproximadamente 2,5 quilômetros do centro da cidade de Bujaru.

No mesmo ano de 2025 a SEMMA, por meio do Ofício nº 321/2025 de 07 de Julho de 2025, sob o nº de protocolo 2025/3012838 de 14/07/2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, reiterou a solicitação de apoio ao IDEFLOR-Bio para a criação do que ela denomina de Bosque Municipal de Bujaru, fornecendo as mesmas informações da solicitação anterior e reiterando a importância ecológica e histórica da área do antigo engenho Bom Intento, citando estudos e registros da Revista Via Amazônia e Jeep Club do Pará.

Visando atender a referida solicitação, no período de 22 a 30/04/2025, a equipe do IDEFLOR-Bio composta pela Bióloga, gerente Mônica Costa, o Engenheiro Agrônomo, Bruno Martinez, a Bióloga Camila dos Anjos e a Engenheira Florestal Lucyana Santos, conforme Portaria nº 200 de 10 de abril de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) sob o nº 36.195 de 11/04/2025, visitou o município de Bujaru com o objetivo de realizar reuniões de visita técnica de apresentação sobre a proposta dos estudos na área de interesse com a prefeitura e representantes da Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA), e

levantamento de informações do meio físico e biológico da área para criação de unidade de conservação da natureza.

Figura 1: Levantamento Exploratório em área destinada para criação de UC municipal.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A segunda visita ao município de Bujaru ocorreu no período de 18 a 22/08/2025, pela equipe do IDEFLOR-Bio composta pela Socióloga gerente, Jocilete de Freitas, o Engenheiro Agrônomo Bruno Martinez e o Biólogo Rafael Potiguar, conforme a portaria nº 546 de 08 de

agosto de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) sob o nº 36.325 de 12/08/2025, cujo objetivo foi o levantamento de informações socioeconômicas, de infraestrutura, saneamento básico e situação fundiária na área de interesse, antiga Fazenda Bom Intento, município de Bujaru, além de realizar o levantamento institucional e logística.

Por meio da visita para reconhecimento da área e levantamento de dados socioambientais foi possível perceber que há uma relação prática e cultural entre a área de interesse para criação do bosque municipal e os moradores das comunidades próximas, a exemplo da utilização da área do engenho Bom Intento como lazer, devido à presença de igarapé na entrada do bosque, além da utilização para extrativismo de cacau e açaí, presentes no interior da antiga fazenda. A ligação cultural pode ser percebida através da importância histórica da área atribuída pelos próprios moradores, uma vez que remete diretamente a ocupação do território onde hoje é o município de Bujaru, cujo sentimento de pertencimento e o imaginário em torno das ruínas históricas é latente.

Vale ressaltar que a área já é parte do circuito de trilhas ecológicas “Caminhos de Bujaru”, o qual tem como objetivo a preservação de áreas de interesse ambiental por meio do turismo ecológico, o que reafirma a importância histórica e ambiental da área do Bom Intento.

Figura 2: Reunião entre IDFLOR-Bio e SEMMA; aplicação de formulários; tacho de fabricação de melaço de cana; trilha demarcada nas ruínas do engenho.



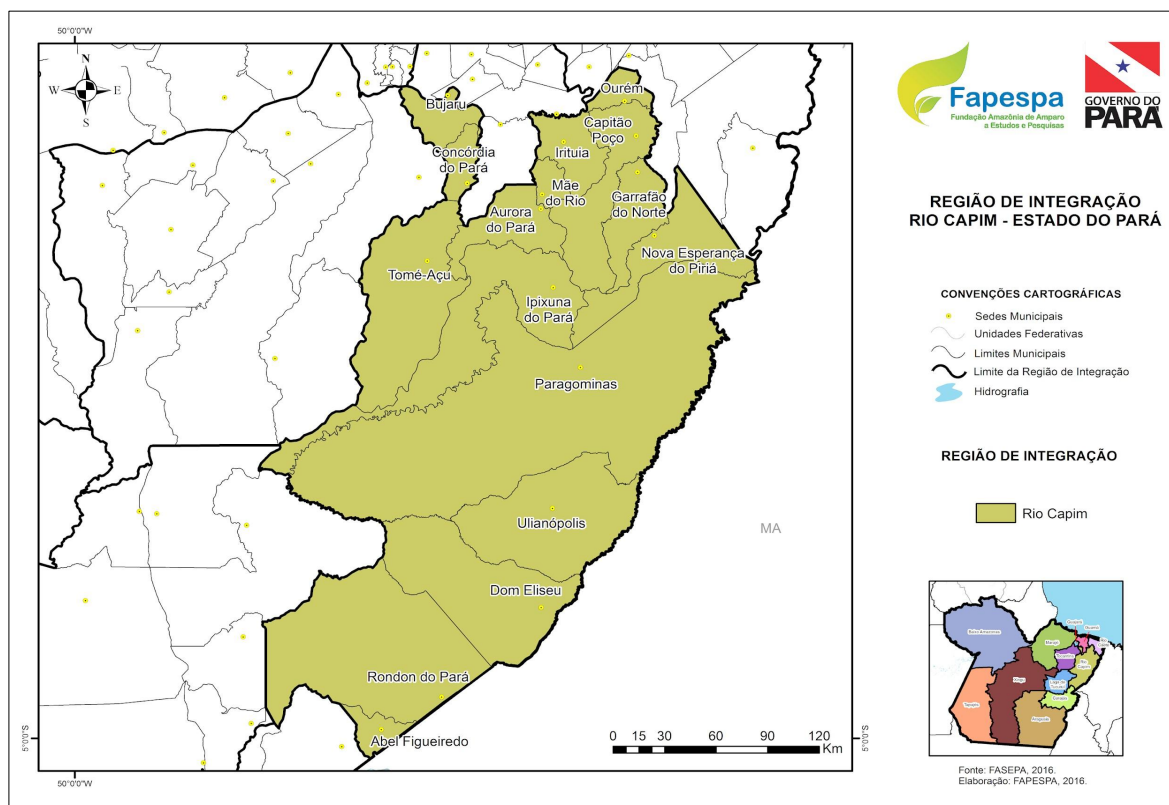


Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

### **3 REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO RIO CAPIM: TERRITÓRIO, DEMOGRAFIA, POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO**

Conforme a estratégia de gestão governamental do território paraense, o município de Bujaru integra a Região de Integração Rio Capim, junto aos municípios de Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Capitão Poço, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu e Ulianópolis (Decreto Estadual nº 1.066/2008, alterado pelo Decreto Estadual nº 2.146/2022). Dentro desse conjunto de dezesseis municípios, Bujaru ocupa a 12ª posição em extensão territorial, ocupando a quinta menor área, valendo à pena mencionar aqui o desmembramento de parte de seu território para dar origem ao município de Concórdia do Pará, ocorrido em 1988 (PARÁ, 2022).

Figura 3: Mapa da Região de Integração Rio Capim.



Fonte: Decreto Estadual 2.129 de 20.01.2022. FAPESPA, 2022.

Apesar de não possuir uma das maiores extensões territoriais, Bujaru se encontra na 5ª posição de densidade demográfica se comparada aos demais municípios da Região de Integração do Rio Capim, com 24,51 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2023b). Tendência, observada em toda a região, ou seja, os municípios com menor área tendem a concentrar as maiores densidades. É o caso de Mãe do Rio (469 km<sup>2</sup> e 73,19 hab./km<sup>2</sup>), Concórdia do Pará (701 km<sup>2</sup> e 38,37 hab./km<sup>2</sup>) e Ourém (562 km<sup>2</sup> e 31,79 hab./km<sup>2</sup>), que, embora territorialmente menores em relação ao conjunto regional, destacam-se pela alta concentração populacional (IBGE, 2023b), conforme se observa no Quadro 1. Essa peculiaridade pode indicar um padrão de uso e ocupação do solo onde grandes extensões de terra, nos municípios mais vastos, estejam sendo destinadas prioritariamente à produção agropecuária, limitando a ocupação de seus solos para a diversificação da produção ou para o uso por pequenos produtores, ou ainda limitando as suas respectivas expansões urbanas e residenciais.

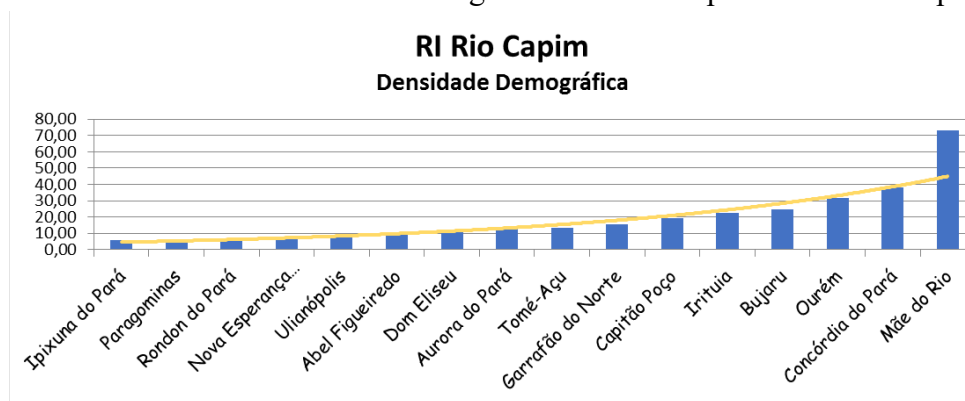
Quadro 1: Área, população, densidade demográfica, PIB, IDHM e IDEB dos municípios da Região de Integração Rio Capim.

Municípios	Área Km2 (2024)	População (2022)	Densidade Demográfica hab/km2 (2022)	População Estimada (2024)	PIB Per capita (2021)	IDH (2010)	IDEB (2023) 1ª a 5ª	IDEB (2023) 6ª a 9ª
<b>Brasil</b>	<b>8.509.379,576</b>	<b>203.080.756</b>	<b>23,86</b>	<b>212.583.750</b>	<b>47.802,02</b>	<b>0,727</b>	<b>5,7</b>	<b>4,7</b>
<b>Pará</b>	<b>1.245.828,829</b>	<b>8.120.131</b>	<b>6,52</b>	<b>8.664.306</b>	<b>29.095</b>	<b>0,646</b>	<b>4,8</b>	<b>4,2</b>
1. Abel Figueiredo	614,131	6.136	9,99	6.302	13.998,91	0,622	5,3	3,8
2. Aurora do Pará	1.811,840	23.774	13,12	24.321	9.584,87	0,519	5,1	4,2
<b>3. Bujaru</b>	<b>994,662</b>	<b>24.383</b>	<b>24,51</b>	<b>25.112</b>	<b>18.061,39</b>	<b>0,552</b>	<b>4,8</b>	<b>4,0</b>
4. Capitão Poço	2.901,026	56.506	19,48	59.960	11.289,26	0,548	5,1	4,6
5. Concórdia do Pará	700,614	26.881	38,37	28.287	12.274,67	0,566	3,8	3,6
6. Dom Eliseu	5.268,809	58.484	11,10	62.322	15.367,96	0,615	5,4	4,7
7. Garrafão do Norte	1.608,014	24.703	15,36	25.552	10.553,72	0,526	4,4	3,7
8. Ipixuna do Pará	5.215,555	30.329	5,82	30.158	9.307,92	0,489	4,5	3,8
9. Irituia	1.385,209	30.955	22,35	32.698	8.517,60	0,559	4,1	4,3
10. Mãe do Rio	469,341	34.353	73,19	37.048	11.198,48	0,599	5,0	4,2
11. Nova Esperança do Piriá	2.808,195	20.478	7,29	21.259	16.303,80	0,502	4,0	3,9
12. Ourém	561,710	17.855	31,79	18.675	11.097,32	0,568	5,0	5,1
13. Paragominas	19.342,565	105.550	5,46	112.843	36.952,54	0,645	5,4	4,6
14. Rondon do Pará	8.246,394	53.143	6,44	56.593	13.787,05	0,602	5,0	3,8
15. Tomé-Açu	5.145,361	67.585	13,14	72.326	16.107,97	0,586	5,3	4,5
16. Ulianópolis	5.088,468	37.972	7,46	39.576	32.043,86	0,604	6,2	5,2

Fonte: Decreto Estadual 2.129 de 20.01.2022. IBGE, 2010, 2021, 2022, 2023, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

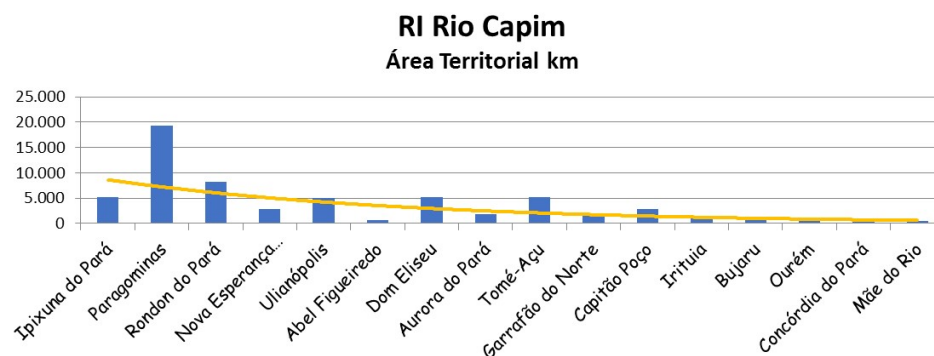
Não obstante, a menor densidade dos municípios mais vastos não parece estar correlacionada com a maior densidade de Bujaru, pelo menos por motivos migratórios, porque, em termos absolutos, a população deste último apresentou até mesmo redução após 2010. Com efeito, em termos absolutos, a população bujaruense caiu de 25.695 habitantes em 2010 para 24.383 em 2022, contrariando a projeção de crescimento estabelecida pelo IBGE, fixada em 29.717 habitantes, conforme pode ser deduzido do PIB per capita de 2021. Esta redução pode refletir algum limite do seu atual espaço para suportar pressões populacionais, ocasionando deslocamentos para outros espaços de seus limites, para localidades vizinhas ou outros centros urbanos (IBGE, 2023b).

Gráfico 1: Gráfico: Densidade demográfica dos municípios da RI Rio Capim.



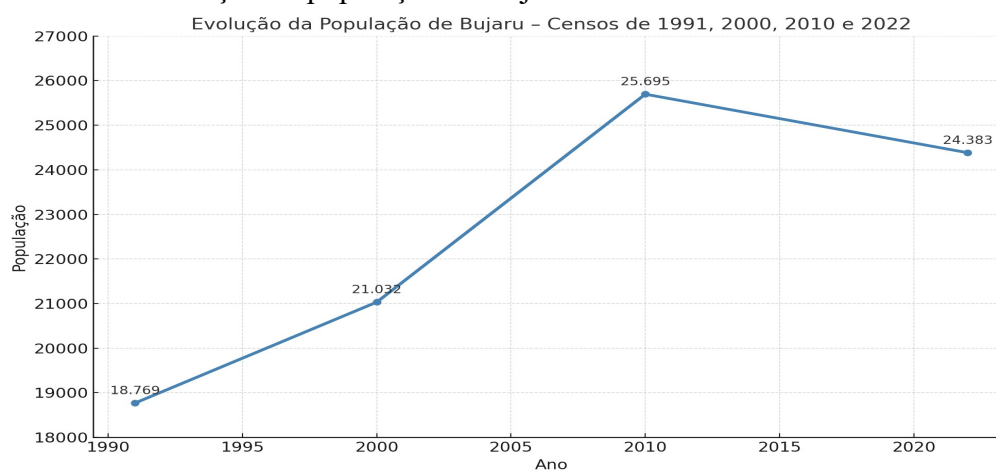
Fonte: Elaborado por DGBio/IDEFLOR-Bio, com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico 2022.

Gráfico 2: Área territorial dos municípios da Região de Integração Rio Capim.



Fonte: Elaborado por DGBio/IDEFLOR-Bio, com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico 2022.

Gráfico 3: Evolução da população de Bujaru de 1991 a 2022.

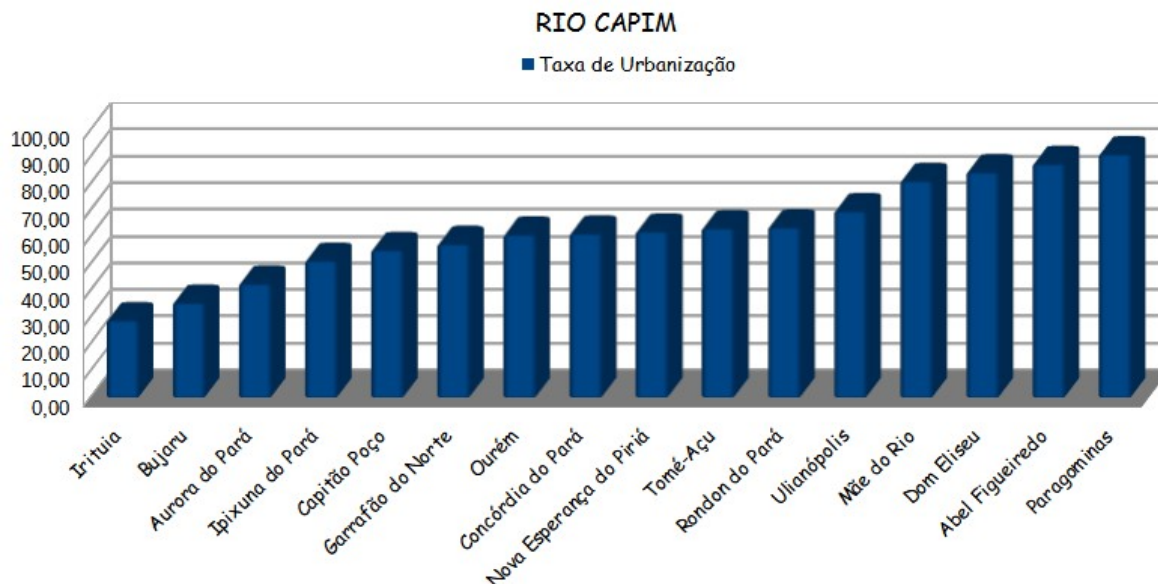


Fonte: Elaborado por DGBio/IDEFLOR-Bio, com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico 2022.

### 3.1 TAXA DE URBANIZAÇÃO

Além da redução da população registrada, o município apresenta outra tendência incomum. Nos últimos três levantamentos censitários, entre os censos de 2000 e 2022, Bujaru inverteu a distribuição da população entre o campo e a cidade, reduzindo sua taxa de urbanização de 51% em 2000 para 32% em 2010. Em 2022, houve uma leve recuperação, com o índice subindo para 36%, ainda assim distante da configuração urbana observada duas décadas atrás. Esta é a segunda menor concentração urbana da região, ficando abaixo até mesmo da cidade mais próxima geográfica e historicamente, Concórdia do Pará, cuja taxa de urbanização chegou a 61,35% em 2022. Na Região de Integração do Rio Capim essa taxa ainda chega a atingir proporções significativamente maiores, é o caso de Dom Eliseu (84,33%), Abel Figueiredo (87,45%) e Paragominas (91,09%), cujas taxas de urbanização se aproximam das registradas em cidades médias do estado, como Santarém (80%) e Marabá (90%) (IBGE, 2023a).

Gráfico 4: Taxa de urbanização dos municípios da Região de Integração Rio Capim.



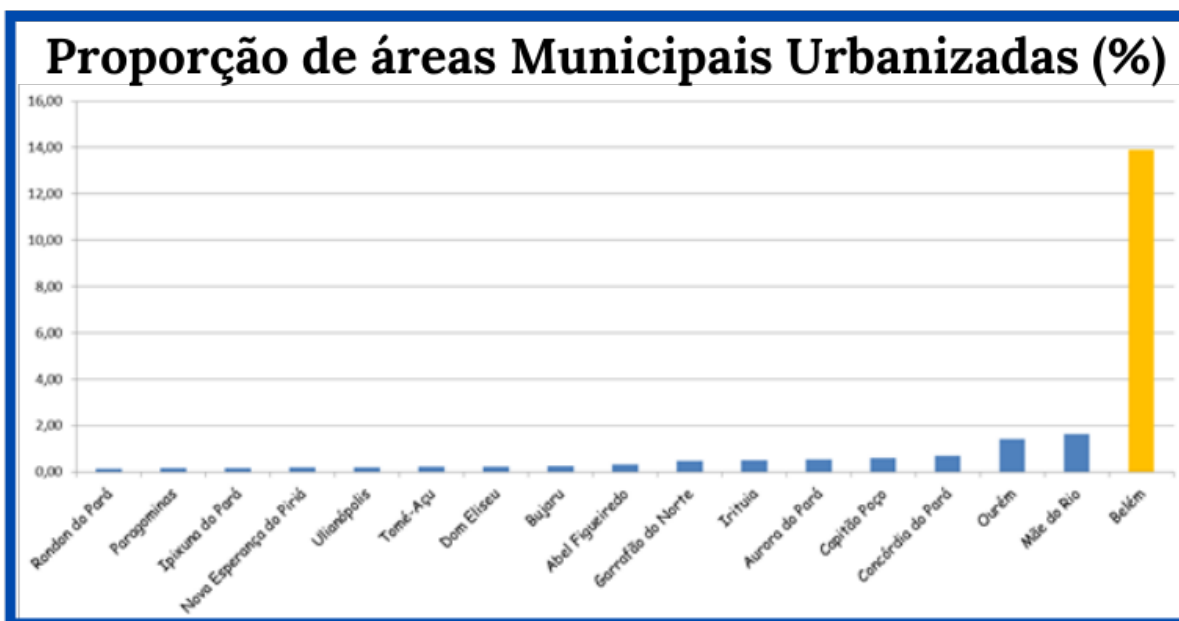
Fonte: Elaborado por DGBio/IDEFLOR-Bio, com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico 2022: população residente, por situação do domicílio (urbana/rural) – Pará.

Um aspecto essencial a ser analisado é a distribuição do espaço urbanizado dentro do município. Em 2019, apenas 0,25% do território de Bujaru era urbanizado, correspondendo a 2,18 km<sup>2</sup> de áreas densamente ocupadas e 0,30 km<sup>2</sup> de baixa densidade, em um total de 994,66 km<sup>2</sup>. Esse percentual está relativamente próximo da marca registrada por outros

municípios da região, como Dom Eliseu (0,23%), Tomé-Açu (0,23%), e Abel Figueiredo (0,31%), porém distante da média regional observada (0,46%). Não obstante, essa média também se mostra pouco representativa, dado o desvio padrão encontrado de 0,44% e do coeficiente de variação atingindo 95,36% no conjunto, evidenciando grande dispersão nesse aspecto. Com efeito, enquanto muitos municípios apresentam índices ainda menores de urbanização, como Rondon do Pará (0,12%), outros registram valores bem mais elevados, alçando a variabilidade geral, como registrado em Mãe do Rio (1,63%).

Nesse contexto, Bujaru com seus 0,25%, permanece abaixo da média regional, reforçando seu caráter predominantemente rural e a concentração da ocupação humana em núcleos bastante restritos. Para efeito de comparação, na Região Metropolitana de Belém, onde a infraestrutura urbana é mais consolidada, Belém possui 13,91% de seu território urbanizado, enquanto Ananindeua e Marituba alcançam 32,85% e 21,29%, respectivamente (IBGE, 2019).

Gráfico 5: Total de áreas urbanizadas nos municípios da Região de Integração Rio Capim em comparação com a capital Belém.



Fonte: Elaborado por DGBio/IDEFLOR-Bio, com base nos dados do IBGE – Áreas Urbanizadas do Brasil 2019.

#### 4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BUJARU E ÁREA DE ESTUDO

##### 4.1 MUNICÍPIO DE BUJARU

A formação do município de Bujaru está inserida no contexto da antiga zona Guajarina, uma das primeiras áreas ocupadas no nordeste paraense a partir do século XVIII.

Originalmente, Bujaru constituía um distrito do então município de São Domingos da Boa Vista (atualmente São Domingos do Capim), com registros datados de 1758.

A região de Bujaru foi desde os primeiros tempos ocupado por famílias atraídas pela fertilidade das terras, estabelecendo propriedades rurais voltadas à produção agrícola. Essa produção — especialmente de arroz, mandioca e derivados — desempenhou um papel fundamental no abastecimento de Belém, numa época em que a mobilidade era organizada sobretudo pelos rios. A rede hidrográfica do rio Bujaru, afluente do Guamá, foi essencial para a articulação entre as pequenas comunidades rurais e os mercados da capital, antes mesmo da existência de estradas.

Durante o século XX, o território de Bujaru passou por redefinições administrativas. Em 1938, deixou de ser distrito para tornar-se apenas zona do distrito-sede, São Domingo do Capim. No entanto, com o Decreto-Lei nº 4.505 de 30 de dezembro de 1943, assinado pelo interventor federal Magalhães Barata, Bujaru foi elevado à categoria de município autônomo, desmembrando-se oficialmente de sua antiga sede. Aliás, o nome "Bujaru" tem origem no principal rio da região e deriva do tupi, significando “boca de cobra”.

A partir da segunda metade do século XX, mudanças significativas ocorreram na dinâmica territorial. A construção da rodovia PA-140 modificou o eixo de mobilidade e integração da região. O que antes era feito quase exclusivamente por via fluvial passou a ser progressivamente substituído pela circulação rodoviária, facilitando o escoamento da produção agrícola, o acesso à cidade de Belém e a chegada de serviços públicos e bens de consumo. A substituição definitiva do transporte fluvial pelo rodoviário só se consolidou nos anos 1990, mas já nas décadas anteriores se observava o declínio da centralidade dos rios no cotidiano das comunidades.

Em 1988, com a promulgação da Lei nº 5.442, parte do território de Bujaru foi desmembrado para a criação do município de Bujaru, processo que reflete a crescente interiorização das estruturas administrativas impulsionada pela expansão das rodovias.

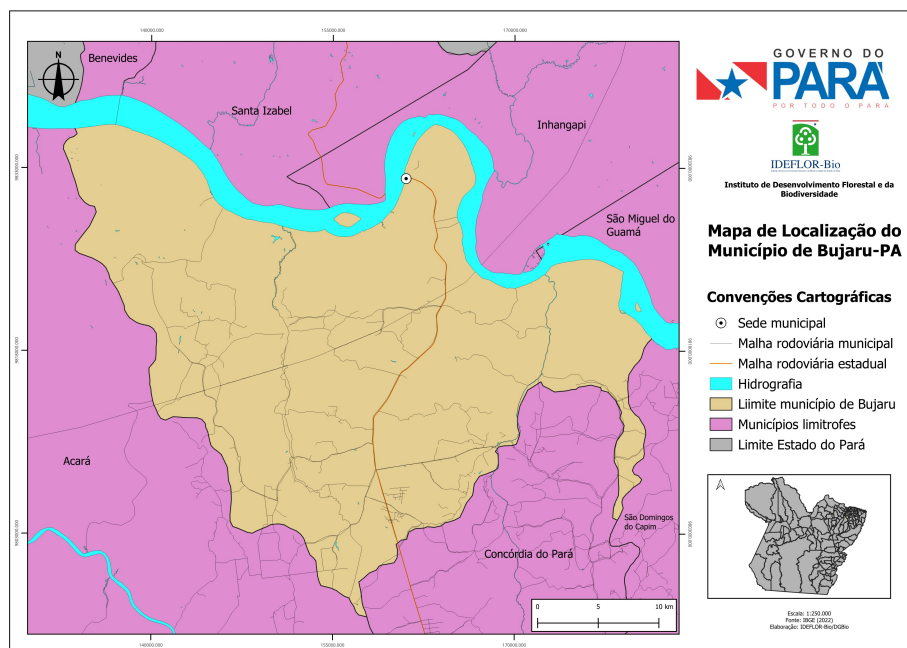
Atualmente, o município de Bujaru é composto por dois distritos: Bujaru (sede) e Guajará-Açu. Sua conformação territorial continua marcada por uma herança camponesa profundamente enraizada nas margens dos rios, embora agora fortemente influenciada pela malha rodoviária, elemento responsável pela redefinição dos fluxos econômicos e sociais da região.

#### 4.1.1 Localização, Limites e Acesso

O município de Bujaru compõe os limites territoriais do estado do Pará e, segundo a divisão geográfica regional elaborada pelo IBGE, está situado na mesorregião Metropolitana de Belém, na microrregião de Castanhal, bem como nas regiões geográficas intermediária e imediata de Belém (IBGE, 2023a). Bujaru localiza-se a aproximadamente 115 km da capital paraense, por via rodoviária.

A sede do município em destaque está posicionada nas coordenadas geográficas de latitude 01° 30' 54" sul e longitude 48° 02' 30" oeste. Ao Norte, seus limites fazem fronteira com os municípios de Benevides e Santa Isabel, Inhangapi; ao sul, com Concórdia do Pará e São Domingos do Capim; A leste com São Miguel do Guamá; e a oeste com o município de Acará (IBGE, 2023a).

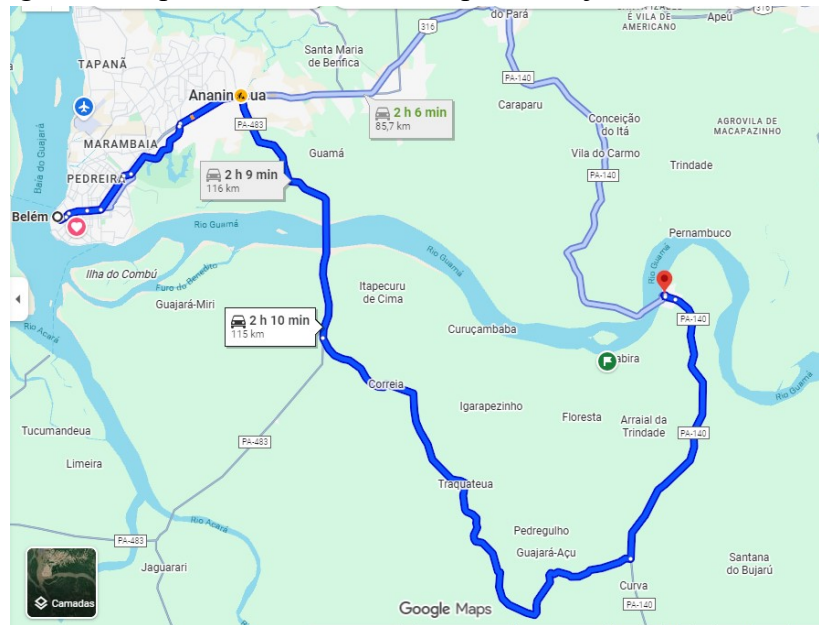
Figura 4: Mapa de localização do Município de Bujaru



Fonte: IBGE, 2025. Elaboração DGBio/IDFLOR-Bio, 2025.

Partindo da capital do Estado, Belém, o acesso a área se dá via terrestre, acessando a BR316, PA 483 (Alça Viária), Rodovia Perna Leste, e PA 140, chegando ao município de Bujaru em tempo estimado de 2 horas e 10 minutos, totalizando 115km.

Figura 5: Mapa de Acesso ao município de Bujaru.

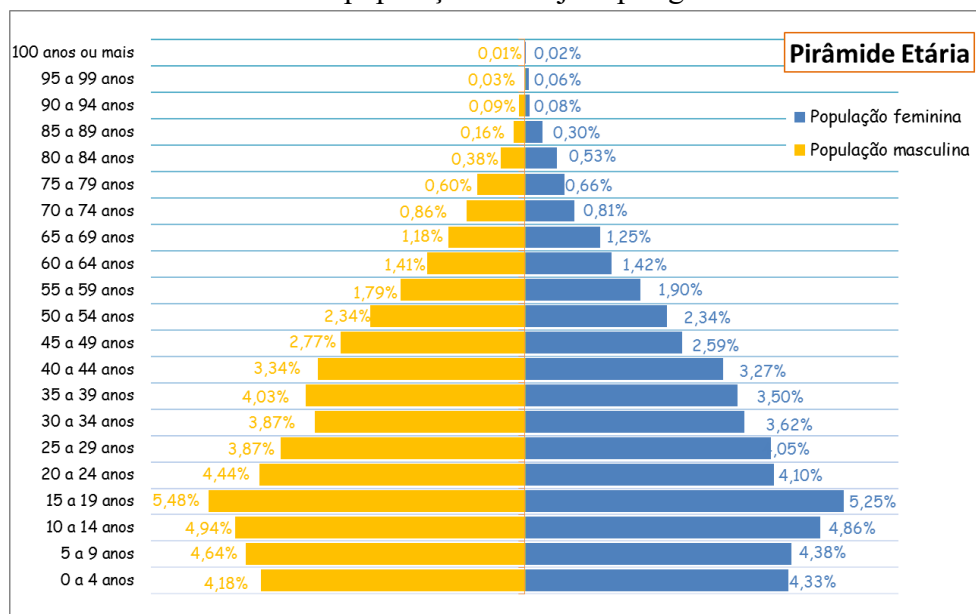


Fonte: Google maps, 2025.

#### 4.1.2 Aspectos Demográficos

Ao lado dos aspectos acima elencados, é pertinente também abordar especialmente alguns dados populacionais apurados sobre o município, pois este arranjo pode ajudar a avaliar não apenas as condições de vida atuais, mas também as projeções futuras e os desafios a serem enfrentados. Nesse sentido, podemos dar destaque para os dados sobre a distribuição etária e outros índices correlatos a ela, porque estes fatores impactam diretamente sobre a demanda populacional por infraestrutura, serviços urbanos e investimentos sociais.

Gráfico 6: Faixa etária da população de Bujaru por gênero.



Fonte: Elaborado por DGBio/ IDEFLOR-Bio, com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico 2022.

Juntamente com o gráfico 6, acima, é importante lembrar a redução populacional do município, observada em relação ao Censo anterior, abrindo entre as possibilidades futuras de Bujaru, horizontes de decréscimo, baixo ou nenhum crescimento demográfico. Outro dado a ser frisado é a proporção significativa de casais sem filhos verificada (16,58%), quase a sexta parte desse grupo social, fator significativo para levantar indagações sobre mudanças no perfil familiar local e em possíveis limites no crescimento da população municipal (IBGE, 2023b).

A distribuição etária da população apresenta uma estrutura relativamente jovem, evidenciada pelo número expressivo de indivíduos na faixa de 15 a 19 anos, porém nota-se, igualmente, uma leve tendência à redução da natalidade no município, a qual não parece decorrer de suas taxas de mortalidade infantil, pois, com uma taxa de 9,39 óbitos por mil nascidos vivos, Bujaru encontra-se em um grupo na sua região cujos índices ficam abaixo de 10, como Aurora do Pará (5,05), Rondon do Pará (5,14) e Ipixuna do Pará (5,15). Em contrapartida, outros municípios registram taxas significativamente mais elevadas, como Irituia (21,08), Garrafão do Norte (23,26) e Ourém (26,79) (PARÁ, 2024).

O mesmo padrão pode ser observado na taxa de mortalidade em menores de 5 anos. Bujaru encontra-se no grupo de municípios do RI Rio Capim com menos de 10 mortos por mil nascidos vivos nessa faixa etária, próximo de Rondon do Pará (8,56), Ipixuna do Pará (6,87) e Capitão Poço (10,32), em contraste com outros municípios, como Garrafão do Norte (28,42) e Ourém (31,25), onde a mortalidade infantil e na primeira infância são bastante expressivas (PARÁ, 2024).

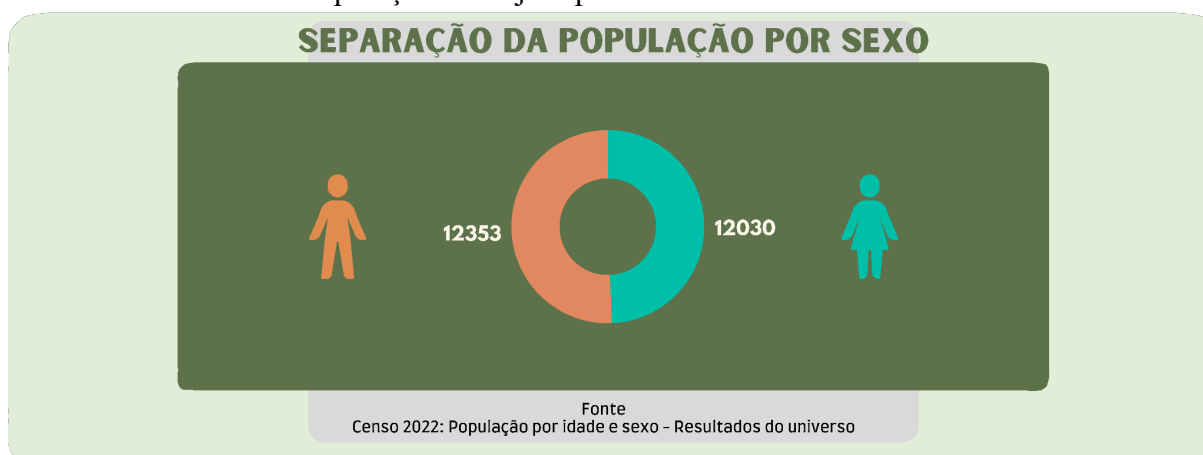
Na pirâmide etária do município observa-se também uma tendência de declínio progressivo nas faixas adultas a partir dos 20 anos de idade. Esse comportamento se apresenta de forma quase linear, mas com uma redução mais acentuada na faixa dos 30 anos. Destaca-se, ainda, o equilíbrio entre a proporção de homens e mulheres em todas as idades, com diferenças que não chegam a atingir 1 (um) ponto percentual em nenhum dos estratos elencados. Aliás, na totalidade da população recenseada há uma proximidade significativa entre os contingentes masculinos e femininos. A diferença entre os sexos é de apenas 323 indivíduos a mais do lado masculino, o que representa cerca de 1% da população local (IBGE, 2023b).

O contingente de idosos em Bujaru permanece relativamente pequeno, embora em crescimento. O índice de envelhecimento do município é de 27,06, demonstrando que existem aproximadamente 27 idosos para cada 100 jovens. Esse valor evidencia um processo de

envelhecimento populacional ainda em estágio inicial, mas já próximo de atingir um terço da população jovem, sugerindo tendência de intensificação nos próximos anos.

Esse quadro de envelhecimento populacional, ainda que incipiente, pode trazer implicações relevantes, tanto na demanda por serviços públicos de saúde, assistência e previdência, quanto na dinâmica do mercado de trabalho, decorrentes de pressões relacionadas à renovação da força produtiva. Além disso, torna-se cada vez mais necessário o planejamento de políticas sociais voltadas especificamente à população idosa, de modo a assegurar qualidade de vida e inclusão dessa parcela crescente da sociedade.

Gráfico 7: População de Bujaru por Gênero.



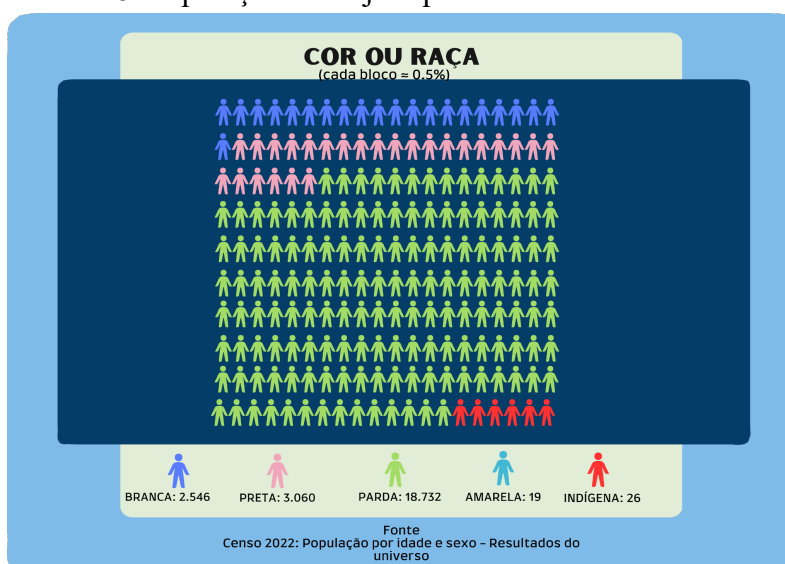
Fonte: Elaborado por DGBio/ IDEFLOR-Bio, com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico 2022.

Entretanto, esse equilíbrio não se reflete nas oportunidades de trabalho, ao menos com base nos dados oficiais de vínculos empregatícios formais registrados em 2023. Nesse ano, Bujaru contabilizou apenas 341 vínculos formais de trabalho, número bem abaixo da mediana estadual (1.004). Apesar de estar dentro do limite inferior do conjunto estadual, o município se distancia significativamente do limite superior. Do total, 254 vínculos foram ocupados por homens (cerca de 74%), enquanto apenas 87 estavam ligados a mulheres (PARÁ, 2024).

Ao voltar o enfoque para a remuneração média, observa-se uma inversão dessa proporção, ainda que sem configurar uma compensação efetiva para as mulheres. A média salarial de Bujaru manteve-se abaixo da registrada em sua região de integração (R\$ 1.797,69), embora 36% superior ao salário mínimo de 2023 (R\$ 1.320,00). Nesse contexto de remuneração limitada e baixa formalização, a média salarial feminina foi de R\$ 1.920,23, superando a masculina (R\$ 1.755,72) em R\$ 164,52 (PARÁ, 2024). Este resultado sugere uma possível exigência maior de nível de qualificação profissional para àquelas poucas vagas formais ocupadas por mulheres.

No contexto da exposição dos dados populacionais de Bujaru, é oportuno ainda tratar da composição do município quanto às raças. Segundo os dados do último Censo, a maioria dos habitantes de Bujaru se declarou parda, representando cerca de 77% da população, em seguida, destacam-se os grupos autodeclarados preto (12%) e branco (10%). Já as populações amarela e indígena aparecem com contingentes significativamente menores, somando, respectivamente, 19 e 26 indivíduos (ver gráfico XX). Ressalte-se, ainda, que o Censo de 2022 registrou a presença de 2.451 pessoas pertencentes à população quilombola, incluídas nos grupos acima mencionados (IBGE, 2023b).

Gráfico 8: População de Bujaru por cor.



Fonte: Elaborado por DGBio/ IDEFLOR-Bio, com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico 2022.

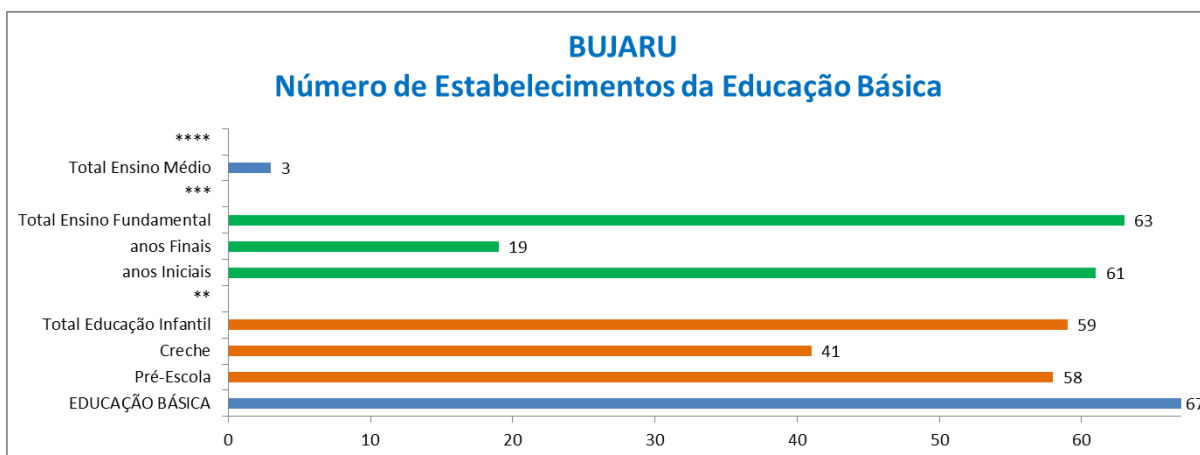
#### 4.1.3 Educação

A Constituição Federal, em seu artigo 211, estabelece a responsabilidade compartilhada entre os entes federativos, pela oferta da educação básica (BRASIL, 1988). Onde, cabe aos municípios, prioritariamente, a educação infantil e o ensino fundamental e aos estados, a oferta do ensino médio. Em razão disso, verifica-se que o maior volume de estabelecimentos de ensino em Bujaru é mantido pelo poder público municipal, cuja oferta se concentra predominantemente no ensino fundamental, sem qualquer indicativo de iniciativas do poder público federal e da privada. Já no ensino médio, a oferta parece ficar sob responsabilidade do governo estadual (ver gráfico 9).

Efetivamente, observa-se na educação básica de Bujaru um número significativamente maior de estabelecimentos de ensino nas etapas iniciais, entre a creche e o ensino

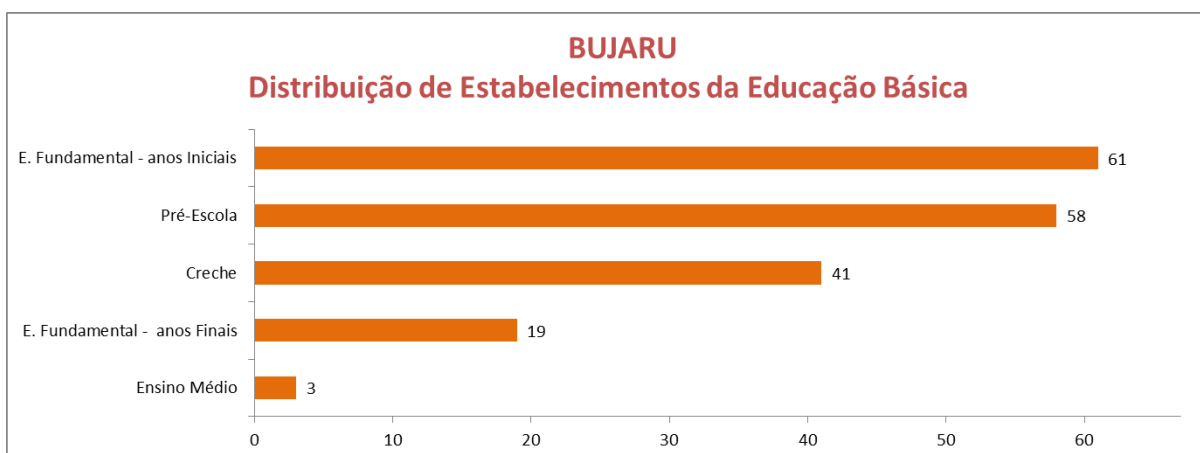
fundamental, porém, reduzindo-se este quantitativo nos anos finais dessa etapa (19 unidades) e apresentando um quantitativo bastante reduzido de oferta para o ensino médio, com somente 03 unidades, indicando uma restrição gradual na oferta de ensino e a redução da continuidade da educação e finalização da educação básica no município.

Gráfico 9: Estabelecimentos de educação básica no município de Bujaru.



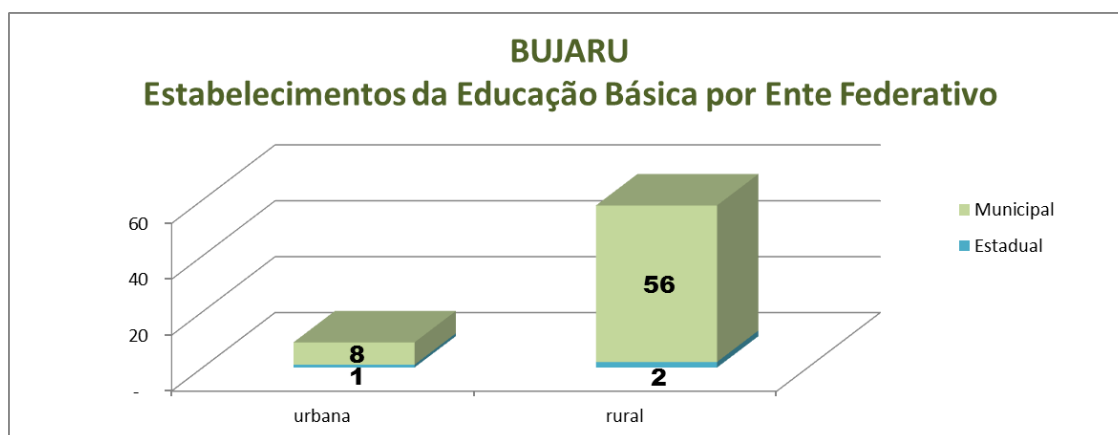
Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Gráfico 10: Distribuição dos estabelecimentos de educação básica no município de Bujaru.



Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

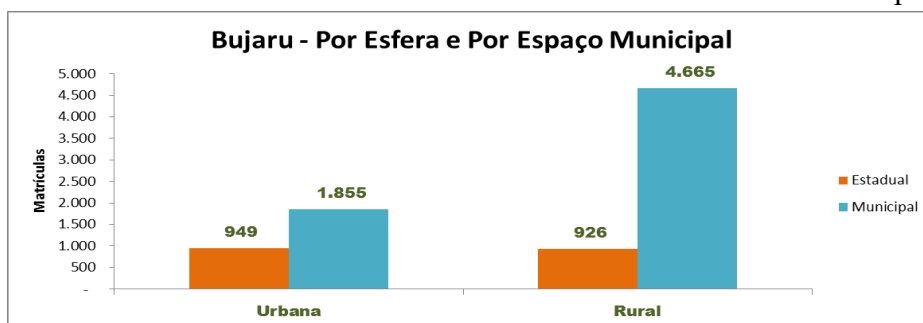
Gráfico 11: Estabelecimentos de educação básica por ente federativo em Bujaru.



Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Em 2023, o INEP contabilizou o total de 67 unidades escolares no município. Dessas, somente 9 são urbanas, sendo 8 municipais e 1 estadual (INEP, 2023). A maioria das unidades escolares são rurais, disposição condizente com um município cuja população se encontra predominantemente no campo. Das 58 rurais, 56 são municipais e apenas 2 estaduais. As matrículas nesses espaços seguem a distribuição apresentada no gráfico a seguir:

Gráfico 12: Número de matrículas nas áreas urbana e rural no município de Bujaru.

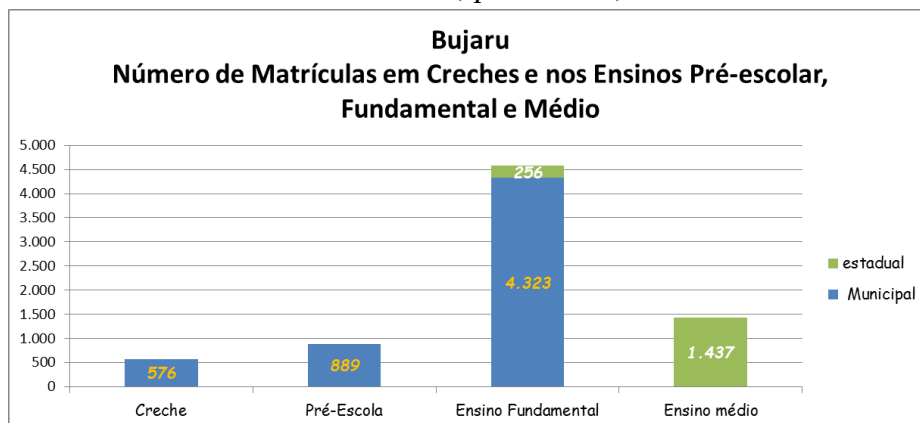


Fonte: INEP, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A tendência de redução de oferta de ensino, mostrada acima, talvez se adeque à estrutura etária atual de Bujaru, pois o município conta com boa parcela de sua população em idade escolar, de 0 a 19 anos, pelo menos em termos ideais, sobretudo porque a sua estrutura da rede de ensino local é fortemente concentrada no ensino fundamental, podendo atender tanto aquela parcela da população considerada ideal, como uma parcela de idade mais elevada e, portanto, em situação de distorção de idade séria.

Entretanto, dada a progressão etária da população, em breve essa configuração pode criar descompasso entre o público em idade escolar e a oferta educacional nas etapas finais da educação básica. De fato, sem a expansão da oferta do ensino médio, em breve se formará no município um gargalo dificultando a continuidade dos estudos deste público, cujo término do ensino fundamental tende a se aproximar.

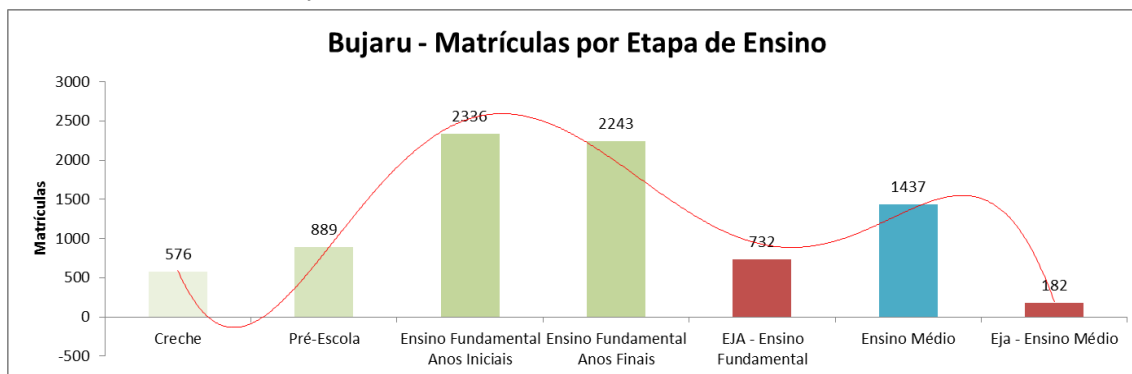
Gráfico 13: Matriculados e creches, pré-escolar, fundamental e médio.



Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Gráfico 14: Número de matrículas por etapa de ensino no município de Bujaru.

Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.



Nos dados populacionais de 2022, a faixa etária de 15 a 19 anos em Bujaru concentrava 2.551 indivíduos (IBGE, 2023b). Embora essa faixa não coincida exatamente com o recorte oficial do ensino médio — previsto pela LDB para jovens entre 15 e 17 anos — ela fornece uma aproximação razoável do público potencial para essa etapa da educação básica. Ao comparar esse contingente com o número de matrículas no ensino médio no ano seguinte (2023), cuja soma chegou a apenas 1.437 alunos (INEP, 2024), observa-se uma diferença significativa — sem mencionar ainda a fração potencial contida na faixa etária

anterior, de 10 a 14 anos, parte da qual pode ter ingressado no ensino médio em 2023, pois, de fato, os anos finais do ensino fundamental contavam 2.243 alunos, dos quais uma fração deve ter avançado para a etapa seguinte. Este contingente de postulantes ao ensino médio deve abranger também eventuais alunos das faixas etária superior, possivelmente, em situação de distorção idade-série.

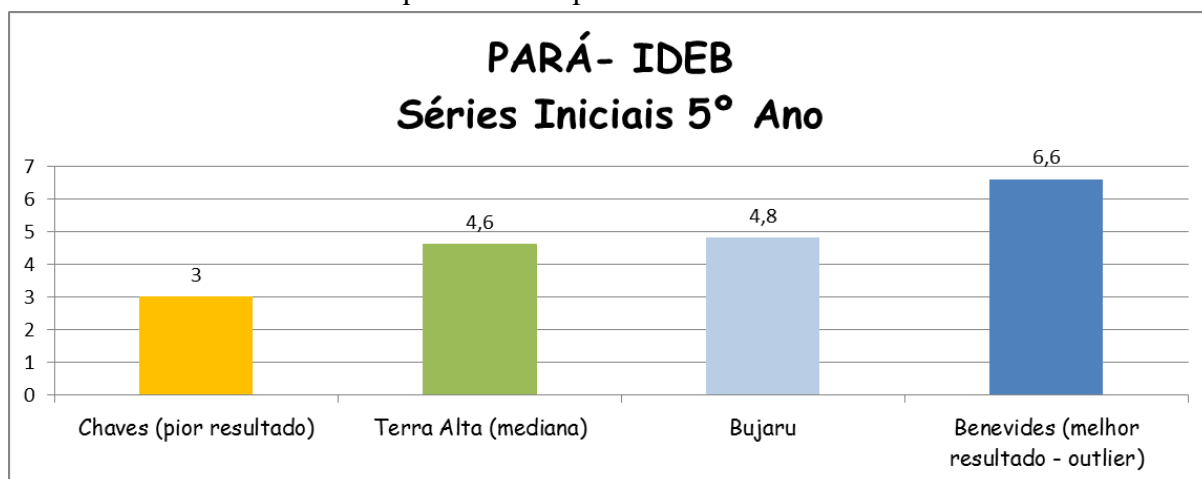
Embora não seja possível afirmar a existência de um déficit na cobertura escolar apenas com base nesses dados, o contraste entre o volume populacional e a quantidade de matrículas reforça a impressão de um descompasso entre a demanda potencial e a oferta efetiva ou o acesso à educação no ensino médio do município. Tal discrepância levanta hipóteses importantes sobre evasão escolar, sobre possíveis deslocamentos de discentes para estudar em outros municípios e sobre atraso ou abandono escolar, todas as hipóteses que merecem a avaliação e a atenção por parte dos gestores públicos, a fim de planejar adequadamente as políticas educacionais locais.

Segundo dados consolidados da educação municipal, a taxa de reprovação no ensino fundamental em Bujaru é de 5%. Esse índice refere-se praticamente à totalidade da reprovação no município, pois o município concentra 95% da oferta dessa etapa. A taxa de abandono é de 1,8%, levemente superior à média estadual, de 1,7%. Já a distorção idade-série no ensino fundamental atinge 22,3%, próximo a média da Região de Integração Rio Capim (23,5%) e da média estadual (23%) (PARÁ, 2024), portanto, neste recorte, cerca de um quarto dos discentes enfrenta dificuldades para acompanhar o curso dos estudos de forma contínua, onde quase 7 alunos de 100 a cada ano, ou é reprovado ou abandona a escola.

No ensino médio, etapa ofertada exclusivamente pelo poder público estadual, os dados oficiais indicam taxas menores de reprovação (1,3%) e abandono (1,8%), comparadas às da etapa anterior. Contudo, a distorção idade-série nessa etapa é alarmante: atinge 50,3% dos estudantes, a maior da Região de Integração Rio Capim (PARÁ, 2024). Esse dado reforça a impressão de haver fragilidades na oferta e no atendimento educacional do ensino médio no município. Afinal, se quase metade dos alunos está fora da idade recomendada para essa etapa, é plausível supor uma presença significativa nesse grupo de estudantes com idade superior à faixa etária prevista na LDB, ou seja, entre 15 e 17 anos. Os dados do ensino fundamental permitem também suspeitar de uma quantidade considerável de ingresso já em situação de distorção nessa etapa. Nesse sentido, além da população da faixa etária prevista para o ensino médio, a oferta deveria ser ainda mais ampla em relação àquela aferida no levantamento apresentado acima.

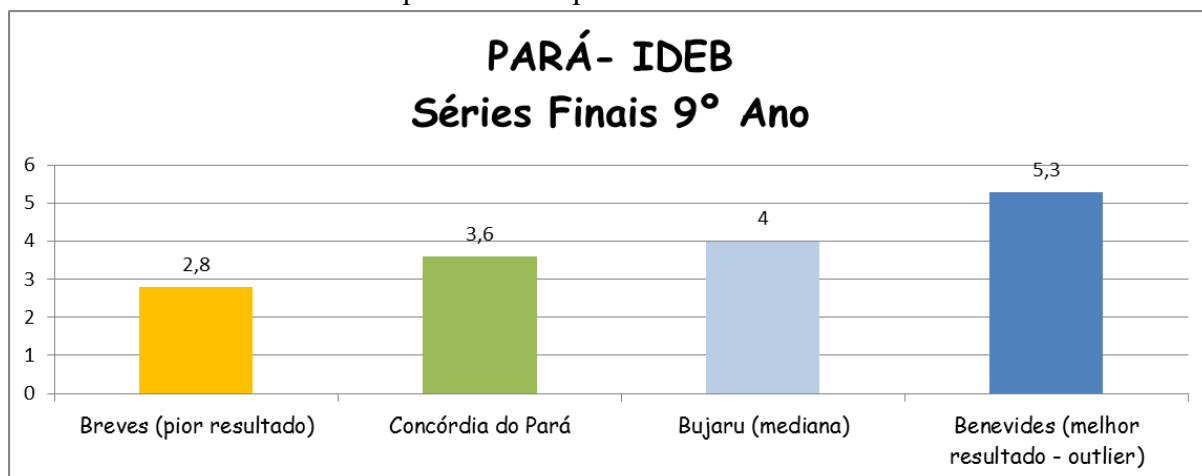
Não obstante, o panorama não impacta nos resultados das avaliações externas de Bujaru, sendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) um dos mais reconhecidos. Em 2023, Bujaru obteve um resultado levemente acima da mediana do estado nas séries iniciais do ensino fundamental (5º ano), e ficou na região mediana nas séries finais (9º ano) (PARÁ, 2024).

Gráfico 15: Nota do IDEB de quatro municípios do estado do Pará.



Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Gráfico 16: Nota do IDEB de quatro municípios do estado do Pará.



Fonte: INEP, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Até o ano de 2023, os dados oficiais não registram oferta de ensino superior no município de Bujaru (INEP, 2023). Diante dessa ausência, os estudantes que desejam ingressar nessa etapa educacional precisam, provavelmente, buscar alternativas em municípios vizinhos, como Paragominas, ou recorrer à capital do estado, Belém, como destino mais viável.

#### 4.1.4 Saúde

Segundo dados consolidados pela Fapespa, Bujaru não dispõe de infraestrutura hospitalar. Essa é a pior configuração da RI Rio Capim (PARÁ, 2024). Os aparatos disponíveis para o cuidado com a saúde da população bujaruense apresentam algumas limitações, sobretudo pela ausência de equipamentos básicos, como respirador/ventilador, mamógrafo com comando simples, tomógrafo computadorizado, eletroencefalógrafo e usina de oxigênio, porém, os poucos aparelhos atualmente disponíveis encontram-se em uso (PARÁ, 2024).

Figura 6: Equipamentos de Diagnóstico e Infraestrutura hospitalar.

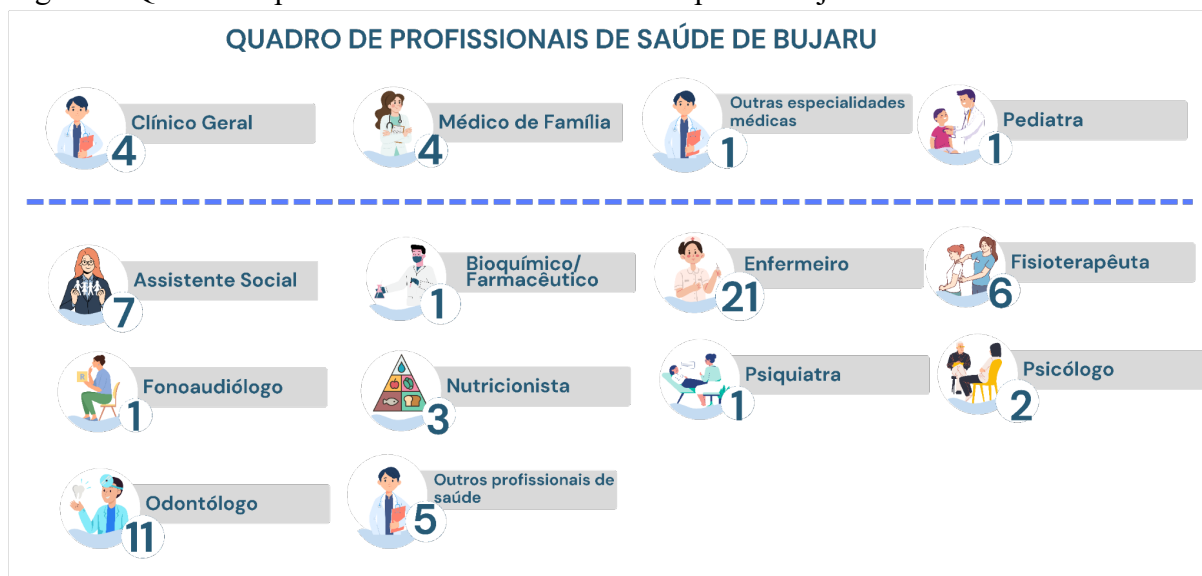


Fonte: Fapespa/2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Em relação ao quadro de profissionais de saúde, Bujaru conta com 11 médicos. Em termos de disponibilidade de médicos por mil habitantes, esse quantitativo representa uma razão de 0,45, situando-se abaixo da média regional (0,54). Entre os 16 municípios analisados, ocupa a 9ª melhor posição, sendo superado por localidades como Irituia (0,52), Aurora do Pará (0,55) e Dom Eliseu (0,79). Apenas Ulianópolis (1,05) supera a marca de 1 médico por mil habitantes (PARÁ, 2024). Em contraste, Belém, capital do estado, registra uma razão de 3,5 médicos por mil habitantes — um patamar bastante distante da realidade dos

municípios do interior do estado. Esse contraste evidencia desigualdades significativas na distribuição de profissionais da saúde pública do Pará. Além da escassez numérica, a ausência de especialidades essenciais também chama atenção, especialmente no cuidado com crianças e gestantes, como é o caso de pediatras e gineco-obstetras, que não estão presentes no município, conforme ilustrado na figura 8 abaixo.

Figura 7: Quadro de profissionais de saúde do município de Bujaru.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Apesar das limitações em recursos materiais e humanos, a taxa de mortalidade de Bujaru em 2023 não revela o pior cenário em comparação à realidade paraense. Com índice de 5,04 óbitos por habitante, o município está acima da média regional (4,79), mas situa-se exatamente na faixa mediana do grupo, sem ocorrência de outliers. Além disso, encontra-se abaixo da média estadual, que é de 5,39 óbitos por habitante. Logo, pode não ser um cenário ideal, mas não é o pior dos cenários na região e nem no estado.

#### 4.1.5 Saneamento Básico

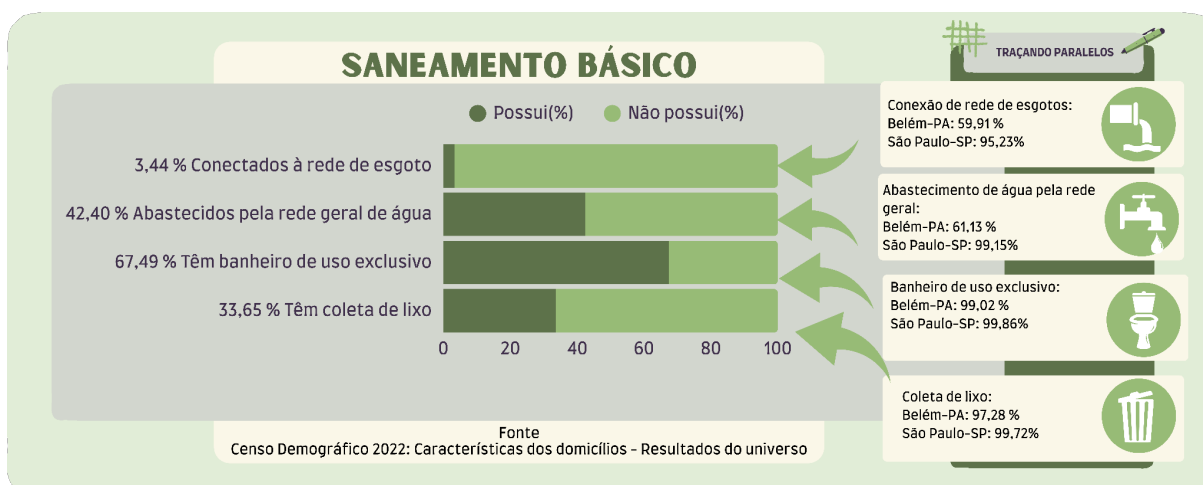
No último Censo não foi identificado nenhum aglomerado subnormal (favela) no município em destaque (IBGE, 2023b). Segundo os dados da mesma campanha censitária (2022), apenas 42,4 % dos domicílios particulares permanentemente ocupados são abastecidos pela rede geral de água (IBGE, 2023b), porém, este não é o pior índice da Região de Integração Rio Capim, onde Bujaru registra 23,03 % e Nova Esperança do Piriá 13,91%. Em contraste, municípios como Paragominas (80,77%) e Abel Figueiredo (81,25%)

apresentam coberturas superiores a 80%, ambos caracterizados por baixa densidade populacional e alta taxa de urbanização, com mais de 89% de seus habitantes vivendo em áreas urbanas (IBGE, 2023b).

Um aspecto crítico da infraestrutura municipal é o acesso das residências à rede de esgoto. A situação do saneamento na RI Rio Capim é alarmante, onde apenas três municípios possuem mais de 10% dos domicílios conectados à rede, e Bujaru está bem abaixo dessa marca com 3,44% (IBGE, 2023b). Esse déficit na infraestrutura resulta no descarte irregular de resíduos no meio ambiente, o que pode causar impactos ambientais e problemas sociais, como a contaminação de cursos d'água e riscos à saúde humana e animal. Além disso, a distância necessária para expandir a cobertura da rede até, pelo menos, metade dos domicílios é considerável, exigindo altos investimentos para garantir um saneamento básico eficiente.

Em relação à coleta de lixo, Bujaru também apresenta índices bastante modestos, longe de proporções registradas em grandes centros urbanos, como a capital do estado e até mesmo São Paulo (ver figura 9) (IBGE, 2023b). Em relação à disponibilidade de banheiros domiciliares, os dados também não são auspiciosos, porque mais de 30% dos domicílios não dispõem desse espaço essencial da privacidade e higiene pessoal do cotidiano de núcleos familiares isolados.

Figura 8: Dados de rede de esgoto, abastecimento de água, banheiro e coleta de lixo.



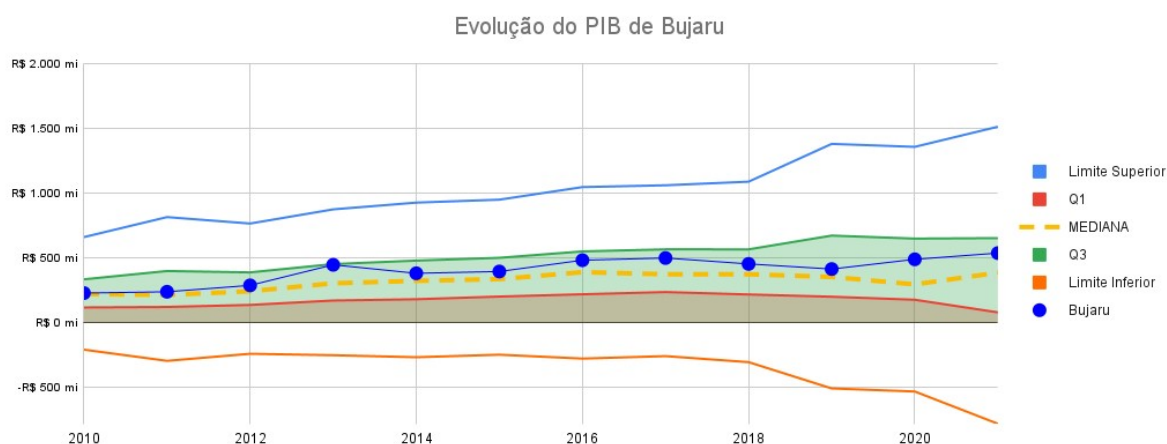
Fonte: Elaborado por DGBio/ IDEFLOR-Bio, com base nos dados do IBGE – Censo Demográfico 2022.

#### 4.1.6 Economia

A trajetória do PIB de Bujaru entre 2010 e 2021 (IBGE, 2023c) não apresentou um crescimento contínuo. Durante este período, o município registrou variações que o posicionam próximo da mediana em relação aos demais municípios da RI Rio Capim,

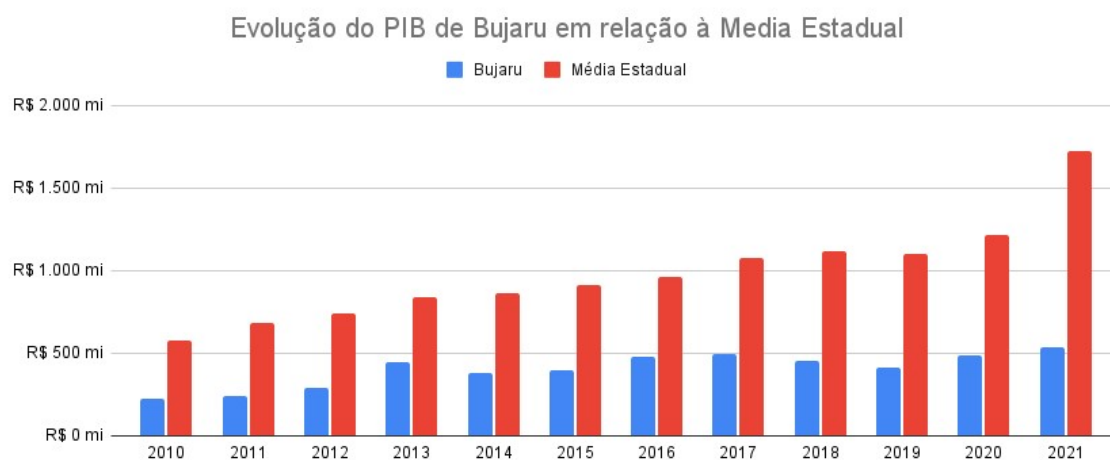
mantendo-se consistentemente dentro do terceiro quartil, em um conjunto no qual há alguma distorção, porquanto apresente dois outliers na sua margem superior, Paragominas e Ulianópolis. Nesse cenário, após ligeiros crescimentos, Bujaru apresenta algumas quedas capazes de arrefecer o crescimento acumulado. Nessa trajetória, o município alcançou um crescimento de 135,5%, enquanto a média estadual alcançou 200,1%, resultado influenciado pela forte heterogeneidade entre os municípios, com alguns apresentando expansão muito acima da média, enquanto Bujaru acompanha esse fluxo de forma lenta e gradual, sem atingir os níveis mais elevados do estado.

Gráfico 17: Evolução do PIB de Bujaru nos dez últimos anos.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

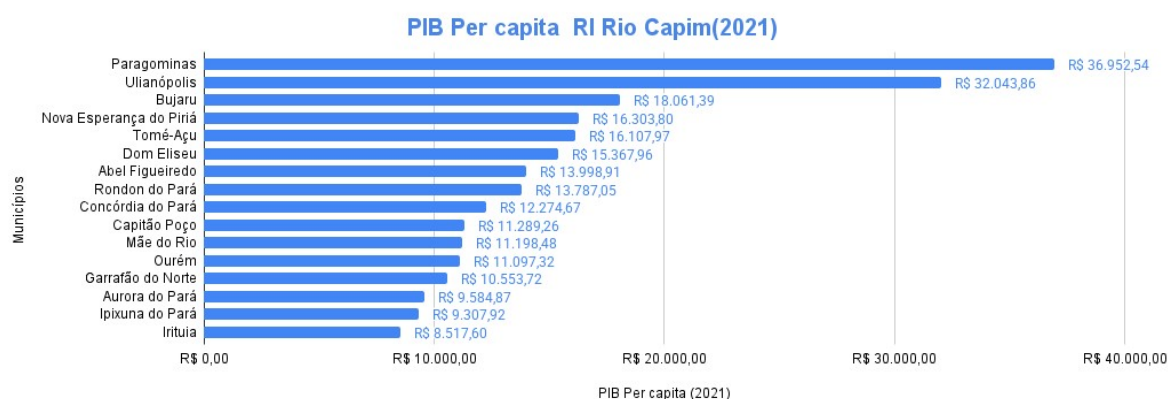
Gráfico 18: Evolução do PIB do município de Bujaru em relação à média estatal na última década.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Em termos de PIB per capita, em 2021 Bujaru ocupou a 46ª posição entre os 144 municípios paraenses e a 3ª colocação dentro do grupo da Região de Integração Rio Capim, com R\$18.061,39 por habitante. No entanto, esse resultado deve ser interpretado com cautela, pois foi calculado com base em uma estimativa populacional para 2021 que se mostrou imprecisa diante do Censo Demográfico de 2022. Enquanto o IBGE projetava uma população de 29.717 habitantes em 2021, o recenseamento realizado no ano seguinte apontou apenas 24.383 habitantes — uma diferença significativa, que reduz substancialmente a confiabilidade do indicador per capita. Dessa forma, embora essa medida seja útil para fins comparativos e de proporcionalidade, no caso de Bujaru o índice está sujeito a distorções relevantes. Ainda assim, para efeito de referência, apresentamos abaixo os resultados do PIB per capita dos municípios que compõem a Região de Integração Rio Capim.

Gráfico 19: PIB Per capita dos municípios da Região de Integração Rio Capim.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

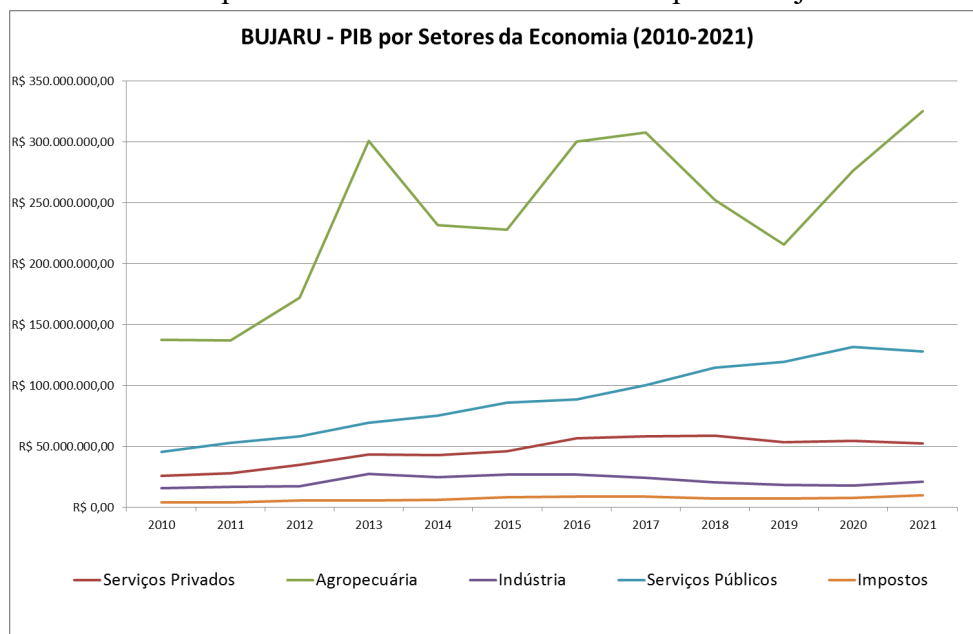
Ao observar a composição do PIB de Bujaru ao longo do período, agrupado por grandes setores da economia, observa-se uma participação expressiva do setor agropecuário nos resultados de todo o período (2010-2021). Apesar de algumas oscilações negativas, as atividades ligadas ao campo sempre recuperaram o patamar anterior e até melhorando-os ligeiramente, representando, em média, 58,5% do total do PIB municipal.

Em segundo lugar, destaca-se o setor de serviços, analisado em duas vertentes: os serviços públicos (administração, defesa, educação, saúde e seguridade social) e os serviços privados, com clara predominância dos primeiros. De fato, os serviços corresponderam, em média, a 34,4% do PIB, sendo 23,1% ligados ao setor público e 11,3% ao privado. A participação do setor público foi, portanto, mais que o dobro da dos serviços privados.

A indústria aparece como o setor de menor peso relativo, embora apresente crescimento ao final da série. Este setor representou, em média, apenas 5,4% do PIB no período avaliado, evidenciando sua baixa expressão na estrutura econômica municipal.

Por fim, os impostos líquidos de subsídios mantiveram também participação reduzida ao longo de todo o período e corresponde a apenas 1,7% do total, denotando uma baixa capacidade de arrecadação tributária local, diante da estrutura econômica do município.

Gráfico 20: PIB por setores de economia do Município de Bujaru.

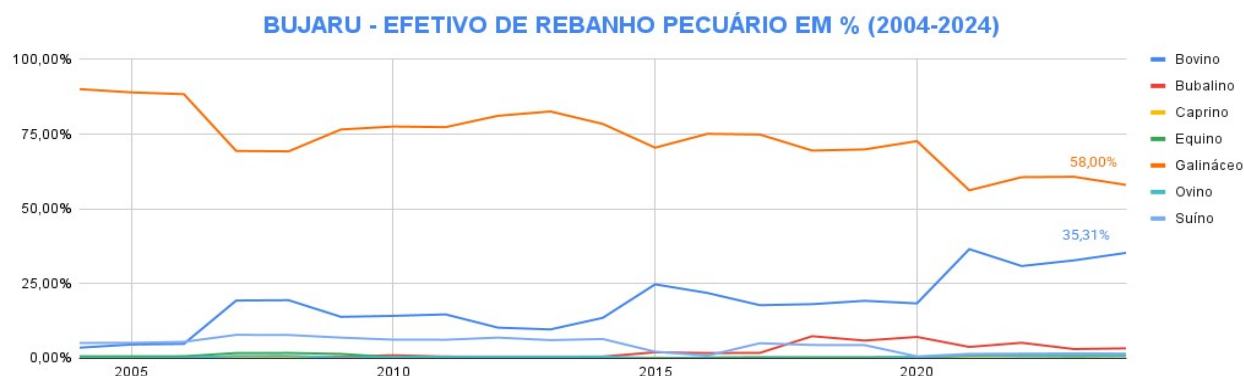


Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.1.6.1 Agropecuária

Como dito acima, agropecuária é o setor mais forte da economia de Bujaru e este dado confirma o perfil de um município preponderantemente agrário. O IBGE fornece dados de 2004 a 2024 (IBGE, 2023c), demonstrando haver em Bujaru a produção de bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos. Desses, em termos de volume, o maior destaque histórico em termo de efetivo do rebanho é a produção de galináceos, cujo efetivo em média representou 70% da produção bujaruense no período em destaque. Porém, este efetivo apresenta leve queda nos últimos anos e vem cedendo lugar para a produção bovina, cuja média do efetivo do rebanho chega a 18,29% do volume total do município, mas, no último ano da série, essa produção representou 35,31%, enquanto o galináceo 58% no PIB municipal.

Gráfico 21: Porcentagem do efetivo de rebanho pecuário do Município de Bujaru.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Em termos de volume de produção, inclusive se destacam os derivados dessas duas culturas, isto é, leite e ovos. Aquele com uma produção média de 193.636,36 de litros anualmente, entre 2014 e 2024, mas com tendência de queda nos últimos anos, registrando apenas 48.000 litros em 2024. Já os ovos apresentaram uma produção média de 59.000 dúzias no mesmo período e, apesar de parecer mais estável, registrou somente 37.000 dúzias em 2024. Em termos de valor gerado, o leite representou em média 31,41% do total de valor gerado pelo município durante o período e os ovos representaram 39,56%. Em 2024, o leite registrou R\$144.000,00 e os ovos R\$222.000,00. Com rendimento ligeiramente abaixo desses derivados, destaca-se na pecuária de Bujaru a produção de mel, com um volume e valor médio de 6728,36 kg e R\$200.000,00 respectivamente no período.

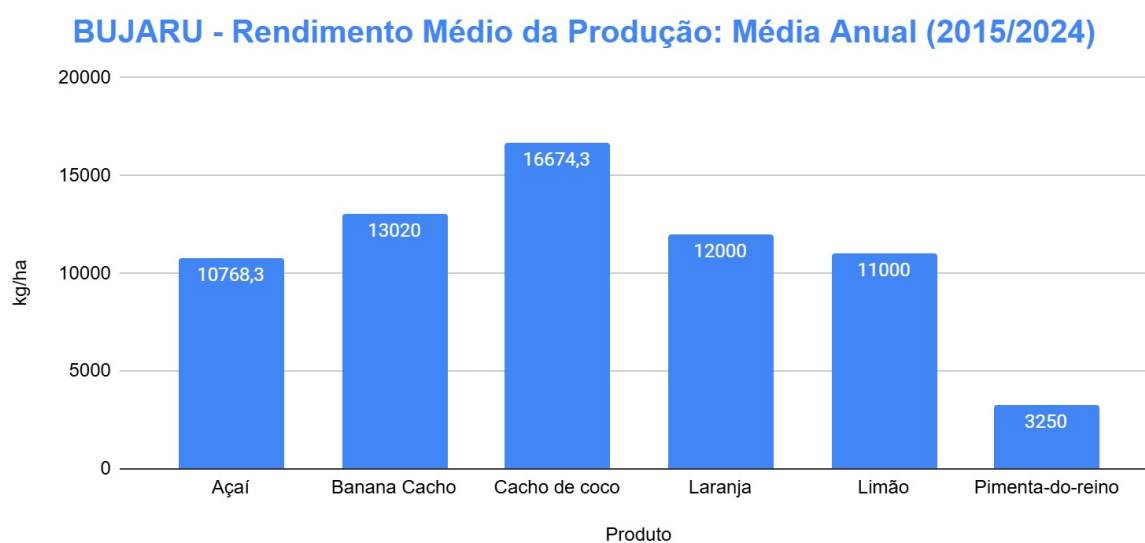
### *Lavoura Permanente*

Do conjunto de dados sobre lavoura permanente disponibilizados pelo IBGE será considerado apenas o período de 2015 a 2024 (IBGE, 2023c), pois somente nesse intervalo estão disponíveis informações completas para todos os produtos agrícolas, possibilitando a devida comparação entre eles. Nesse quesito, composto pela produção de açaí, banana-cacho, coco-da-baía, cacho de coco, laranja, limão e pimenta-do-reino, todas as culturas apresentam uma área destinada ao plantio equivalente à área colhida.

Nesse conjunto, o açaí se destaca de forma absoluta em termos de área plantada, com média de 6.230 hectares anuais, correspondendo a 82,99% da média de áreas colhidas no município no período delimitado. Em termos de volume de produção, o mesmo fruto se sobressai, com média de 670.436 toneladas anuais, resultado equivalente a 98,12% da produção média do município. Porém, não está sendo levado em consideração o coco-da-baía, pois este é medido em frutos, com uma média de 4.830,8 mil anuais.

Em termos de eficiência dessa produção, observa-se um cenário mais uniforme. Tendo em vista um aproveitamento municipal médio de 66.712,6 kg, destaca-se a colheita do cacho de coco, mas sem considerar aí o coco da baía, pois este é medido em frutos por hectares, obtendo uma média de 11.536,7 frutos/ha anuais.

Gráfico 22: Rendimento médio anual da produção da lavoura permanente.



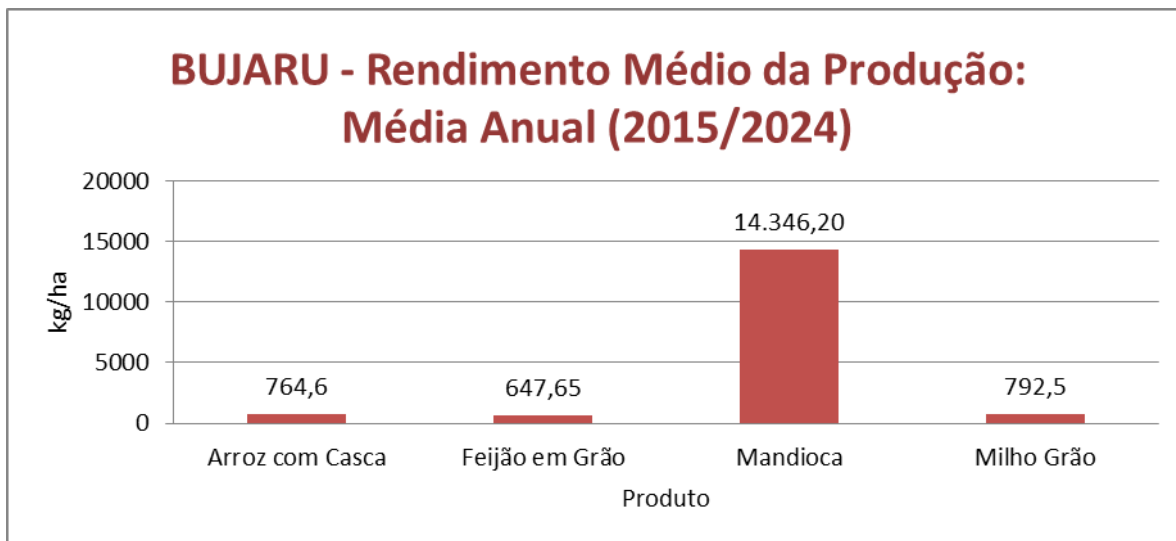
Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Em face do equilíbrio acima, onde apenas a pimenta-do-reino encontra-se distorcida, o açaí desponta como o principal produto deste conjunto, porque a média anual do valor obtido com o produto, R\$ 170.118,00, representa 89,35% da média anual do município da lavoura permanente.

#### *Lavoura Temporária*

Na cultura da lavoura temporária, os resultados revelam com mais clareza o efetivo destaque do município de Bujaru, porque os produtos listados possuem as mesmas unidades de medida, com dados conscientes para o período de 2005 a 2024, a produção de mandioca apresenta grande destaque proporcional sobre os demais produtos. Com efeito, entre Arroz com casca, Feijão em Grão, Milho Grão e a mandioca, esta apresenta larga superioridade, com média de 2385,5 ha colhidos anualmente, representa, 85,82% da média municipal e sua produção em toneladas representa 99,07% da média anual do município, com uma média anual de R\$ 34.998,85, o rendimento médio também demonstra uma força nos resultados bem superior aos demais.

Gráfico 23: Rendimento médio anual da produção da lavoura temporária.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

O valor da produção da mandioca também reflete esta força na lavoura temporária do município, pois a média anual dos rendimentos da cultura representa 97% da média obtida nesse conjunto de produtos, registrando média de R\$ 9.487,45 mil anuais.

#### *Extração Vegetal e Silvicultura*

No campo do extrativismo, Bujaru apresenta duas vertentes de produtos, alimentícios e madeireiros. Para ambos os grupos, encontram-se dados disponíveis, de forma consistente, no período de 2004 a 2024. No primeiro grupo, constam dois produtos, açaí e castanha do Pará. Entre eles, mais uma vez o açaí se destaca, com média anual de 397,38 toneladas, a marca representa 89,81% dessa produção e alcançou uma média de R\$ 800,71 mil no período, 89,41% do seguimento, restando margens bem modestas para a castanha do Pará.

No segmento madeireiro, o município apresenta resultados para produção de carvão vegetal, com média de produção anual de 45,8 toneladas e média de valor da produção de 23,14 mil para o mesmo período informado para os itens alimentícios. Consta também dados sobre a produção de lenha e de madeiras em tora. A extração da lenha é ligeiramente mais volumosa que a madeira em tora, sendo 3744,04 m<sup>3</sup> produzidos em média anual do primeiro (57,28%) contra 2791,80 m<sup>3</sup> (42,72%) do segundo; porém este supra aquele em valor de produção média anual, sendo R\$ 273,10 mil relativos à madeira em tora (88%) contra R\$ 37,24 mil da lenha vegetal (12%).

#### 4.1.6.1 Serviços Públicos

Entre 2010 e 2021, o valor adicionado bruto (VA) dos serviços públicos no estado do Pará apresentou crescimento expressivo. A média estadual passou de aproximadamente R\$ 96,7 milhões em 2010 para cerca de R\$ 275,9 milhões em 2021, evidenciando a expansão da atividade estatal. Paralelamente, o desvio-padrão aumentou de R\$ 213 milhões para R\$ 533 milhões, indicando que a distribuição dos serviços públicos entre os municípios permaneceu altamente desigual. A elevada dispersão dos resultados, com desvio-padrão médio de R\$ 1,27 bilhão ao longo da série histórica (2010-2021), indica elevado volume das atividades estatais em poucos municípios, enquanto a maioria apresenta participação proporcionalmente mais moderada (IBGE, 2023c).

As dimensões territoriais do Pará favorecem a formação de cidades médias situadas fora da Região Metropolitana de Belém, que atuam como pólos regionais de abastecimento para municípios menores, cuja capacidade social e econômica não lhes permite prover-se de modo autônomo, inclusive de serviços, tanto privados como públicos. Nesse sentido, a capital do estado liderou todos os resultados do período, passando de cerca de R\$ 2,37 bilhões em 2010 para quase R\$ 5,72 bilhões em 2021. Ananindeua, Marabá, Santarém e, cada vez mais destacada, Parauapebas também apresentaram trajetória de expansão contínua, alcançando, em 2021, valores entre R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,8 bilhão decorrentes da atuação do Estado.

O protagonismo da capital e desses centros regionais resulta de vários fatores. Por um lado, a presença do setor público representa a principal base de sustentação de muitas economias municipais do Pará, figurando como o maior ou o segundo maior componente do PIB local, principalmente nas cidades de menor porte. Por outro, o crescimento de outros setores amplia a arrecadação estatal e eleva a demanda por serviços básicos, sobretudo onde a urbanização avança com maior intensidade. Nesse contexto, municípios onde a atuação estatal se torna mais robusta transformam-se também em centros estratégicos de prestação desses serviços para as localidades menores e vizinhas, sobretudo de serviços mais especializados ou complexos.

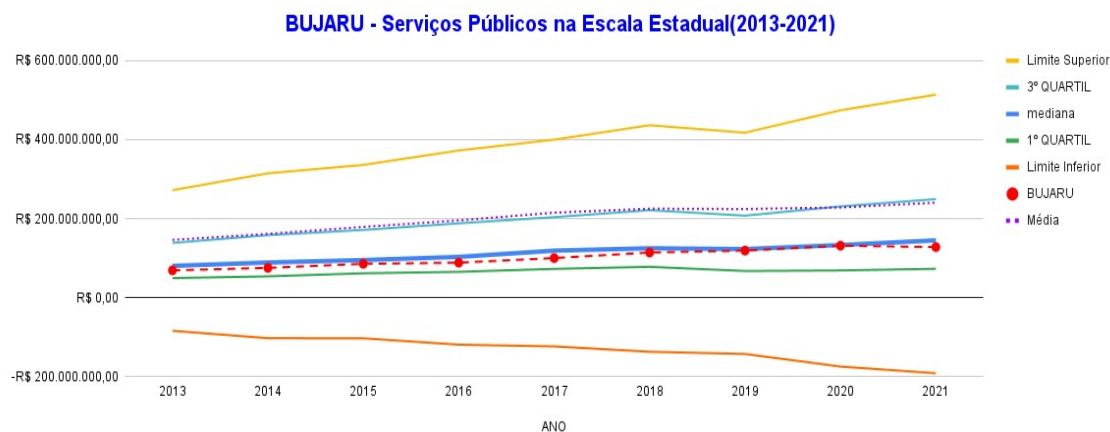
Ao observar a Região de Integração Rio Capim, nota-se a disparidade em relação aos principais centros urbanos do estado. Em 2021, Paragominas alcançou cerca de R\$ 559 milhões em VAB de serviços públicos; Tomé-Açu, R\$ 335 milhões; Concórdia do Pará, R\$ 170 milhões; e Bujaru, R\$ 128 milhões. Esses resultados, embora revelem crescimento contínuo ao longo da série histórica, permanecem significativamente inferiores aos observados nas cidades líderes do estado (IBGE, 2023c).

Para fins de comparação do desempenho de Bujaru, consideraram-se apenas os dados do período 2013-2021, para o qual há informações disponíveis para todos os municípios do estado. Trata-se, contudo, de uma comparação de escala, sem implicar avaliação da capacidade de gestão municipal, pois não considera as especificidades socioeconômicas locais.

No período em destaque, a média estadual do rendimento do setor manteve-se próxima ao terceiro quartil (Q3), situando-se constantemente acima da mediana, mas sem ultrapassar o limite superior do intervalo interquartil. Esse padrão indica a presença de assimetria positiva moderada: os municípios com maiores resultados elevam a média, mas não a ponto de distorcê-la severamente, como ocorreria caso se aproximasse do limite superior.

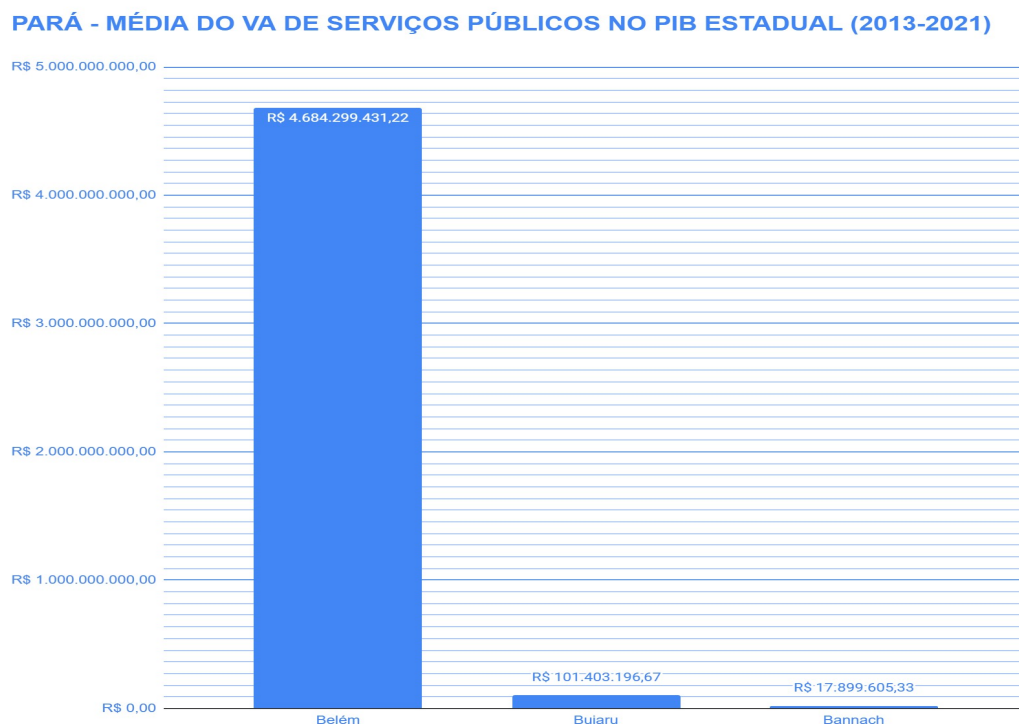
Nesse contexto, Bujaru posiciona-se abaixo da mediana na maior parte do período, agrupando-se aos municípios que compõem a base da distribuição estadual. Assim, embora não figure entre os casos de distorção inferior, o município também não acompanha a elevação da média impulsionada pelos maiores desempenhos, reforçando sua condição de faixa intermediária-inferior no conjunto estadual.

Gráfico 24: Serviços públicos no município de Bujaru na escala estadual de 2013 a 2021.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Gráfico 25: Média do VA de serviços públicos no PIB Estadual entre 2013 e 2021.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.1.6.2 Serviços Privados

A análise do setor de serviços privados no estado do Pará entre 2010 e 2021 revela um quadro de forte dispersão, refletindo profundas desigualdades econômicas entre os municípios. A média do valor adicionado bruto (VA) do setor cresceu de aproximadamente R\$ 187,6 milhões em 2010 para cerca de R\$ 449,6 milhões em 2021, evidenciando uma tendência de expansão. Entretanto, o desvio-padrão manteve-se extremamente elevado, passando de R\$ 946,7 milhões em 2010 para R\$ 1,65 bilhão em 2021, o que demonstra que os resultados individuais dos municípios permanecem muito distantes da média estadual. Esse padrão indica uma distribuição fortemente assimétrica, dominada por poucos polos urbanos de grande porte.

A concentração do setor é notória na Região Metropolitana de Belém, com destaque para Belém e Ananindeua, além de importantes centros regionais, como Marabá, Santarém e, mais recentemente, Parauapebas. Esses municípios mantiveram, durante todo o período, valores significativamente superiores aos demais municípios paraenses. Belém, em particular, registrou VA superior a R\$ 10 bilhões anuais desde 2010, ultrapassando R\$ 18 bilhões em 2019. Outros centros, como Ananindeua, Marabá e Santarém, superaram R\$ 2 bilhões a partir

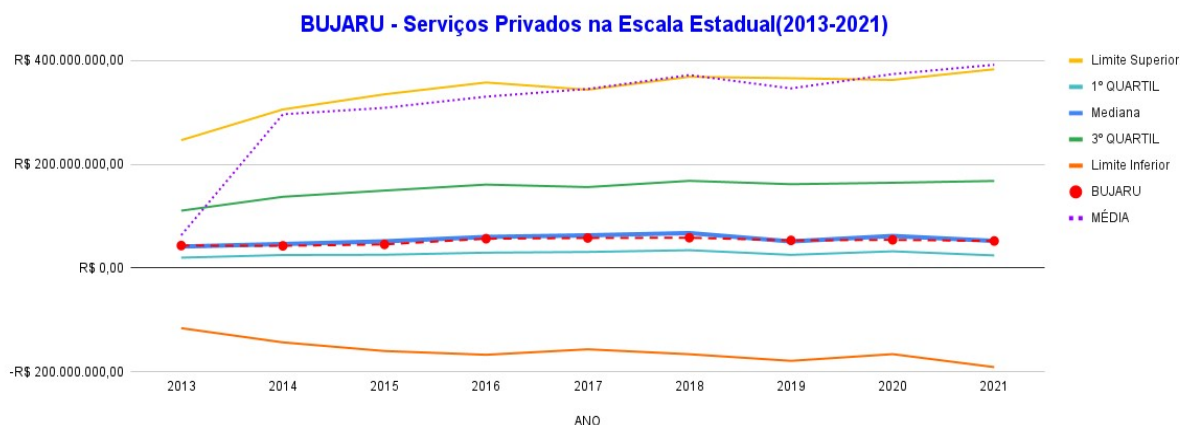
de 2012, enquanto Parauapebas, historicamente associado à mineração, apresentou expressivo avanço também nos serviços, atingindo mais de R\$ 5,6 bilhões em 2021 (IBGE, 2023c).

Em contraste, os municípios da Região de Integração Rio Capim, onde se localiza Bujaru, operam, em sua maioria, com volumes de serviços privados de dez a cem vezes menores que os registrados nos grandes centros estaduais, revelando diferenças estruturais marcantes entre os dois agrupamentos. Dentro da região, destaca-se Paragominas, com os maiores volumes apresentados de VA em serviços privados ao longo do período, alcançando a faixa de R\$ 1 bilhão nos últimos três anos da série histórica, embora ainda muito aquém das grandes cidades paraenses.

Seguindo o mesmo critério adotado para o setor de serviços públicos, realizou-se uma comparação de escala para situar o desempenho de Bujaru no conjunto estadual. Foram utilizados os dados do período 2013–2021, para o qual há informações completas para todos os municípios paraenses. Nesse intervalo, o rendimento de Bujaru manteve-se próximo da mediana estadual, porém sempre abaixo da média. Como a média do setor tem permanecido próxima ao limite superior do intervalo interquartil (IQR), infere-se uma elevação da média causada por municípios com valores muito robustos, gerando uma distorção positiva no conjunto.

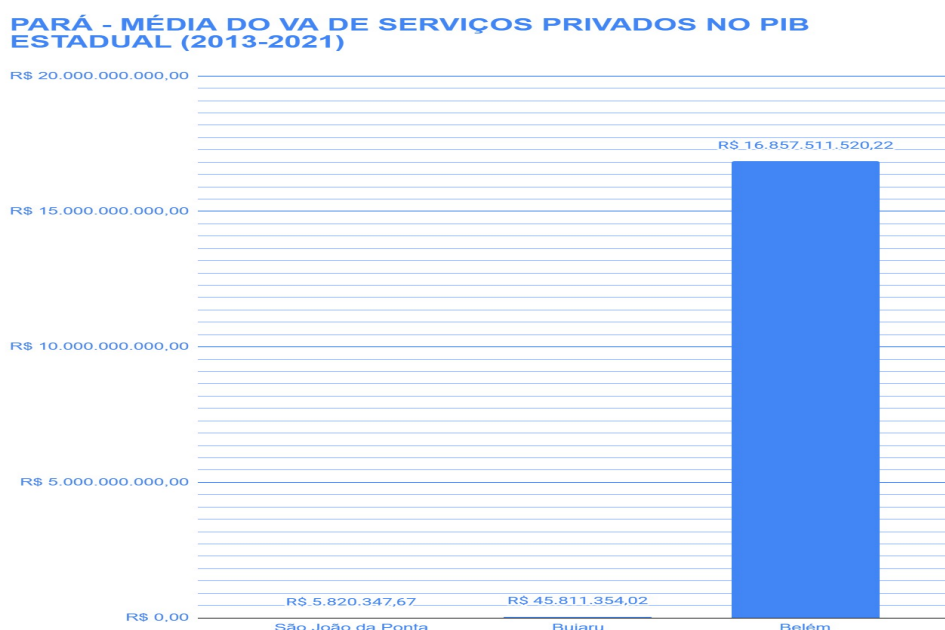
Essa configuração indica que Bujaru não está entre os destaques do setor: sua posição é relativamente estável, próxima à mediana, mas com leve tendência de aproximação ao primeiro quartil (Q1). Assim, o município integra o grupo da base da distribuição estadual, sem, contudo, situar-se em faixas de distorção inferior.

Gráfico 26: Rendimento de serviços privados do município de Bujaru na escala estadual entre 2013 2021.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Gráfico 27: Média do Valor Adicionado (VA) de serviços privados no PIB Estadual entre 2013 e 2021.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.1.6.3 Indústria

Os dados do Valor Adicionado Bruto (VAB) da Indústria no estado do Pará entre 2010 e 2021 evidenciam uma forte desigualdade na distribuição da atividade industrial entre os municípios. Em 2021, ano de maior disparidade, a diferença entre o maior e o menor VAB industrial alcançou R\$ 40,7 bilhões. Enquanto Parauapebas liderava com um VAB excepcionalmente elevado, vários municípios registraram valores ínfimos, na casa de poucos milhões de reais, como Curuá (R\$ 3,55 milhões), Chaves (R\$ 3,20 milhões), Quatipuru (R\$ 3,06 milhões) e Brejo Grande do Araguaia (R\$ 3,06 milhões).

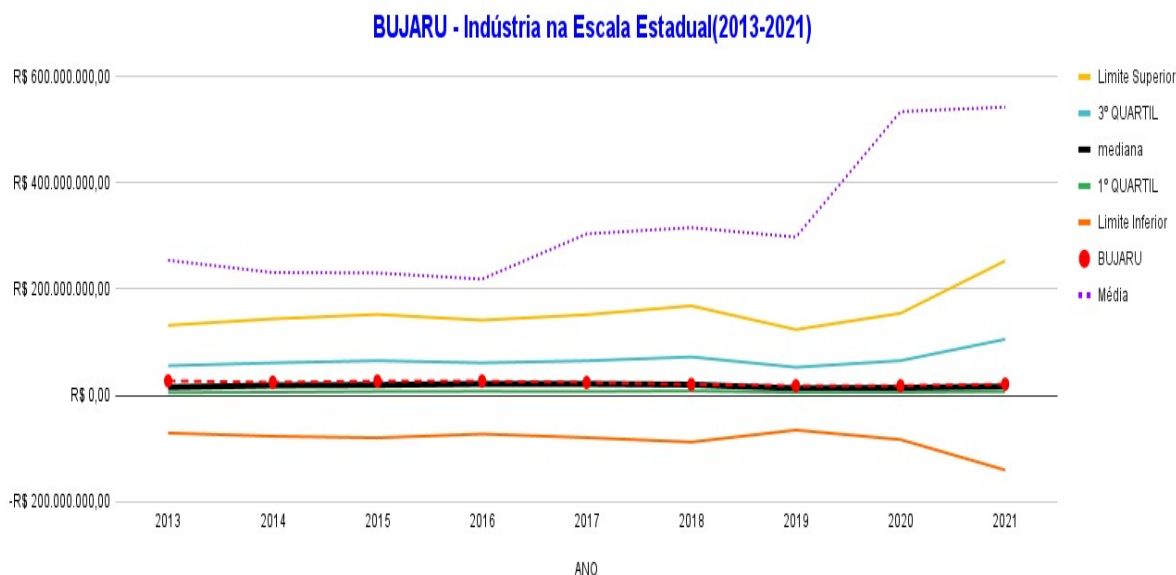
Essa discrepância também aparece na análise estatística: a média estadual subiu de cerca de R\$ 187,4 milhões em 2010 para aproximadamente R\$ 773,1 milhões em 2021, indicando crescimento agregado do setor. Entretanto, o desvio-padrão aumentou de R\$ 1,04 bilhão para R\$ 4,29 bilhões no mesmo período, revelando que essa expansão foi altamente concentrada em poucos polos industriais, ampliando as desigualdades internas (IBGE, 2023c).

Entre 2013 e 2021, observa-se certa constância da média estadual do setor industrial cima do limite superior do intervalo interquartil (IQR), caracterizando uma distorção positiva intensa. Como o resultado dos demais setores, isso indica a influência de poucos municípios,

com resultados extraordinariamente elevados, para comprimir a distribuição e tornar a média pouco representativa da realidade da maioria, pois o estado do Pará apresenta municípios com realidades bastante diversas.

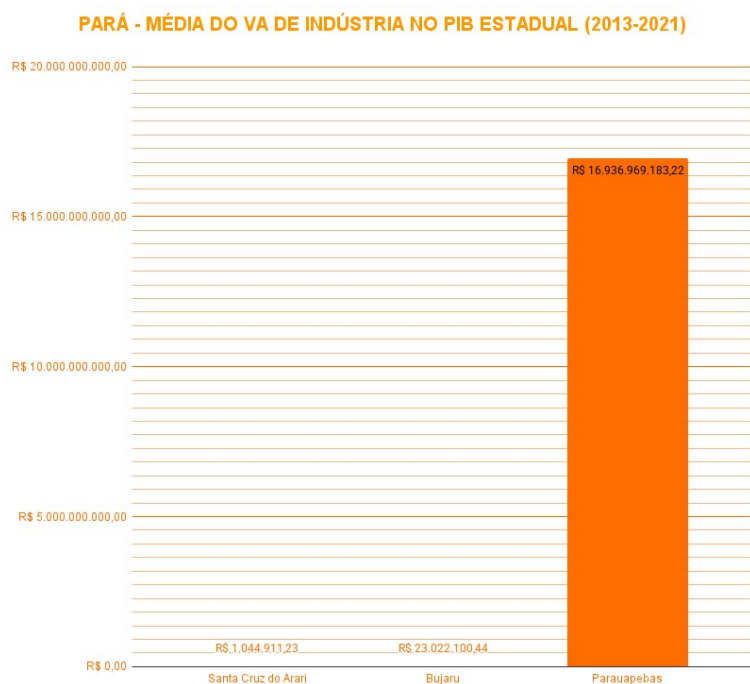
Nesse cenário, o crescimento do conjunto estadual é discreto quando observados os quartis e a mediana, que refletem mais adequadamente a evolução dos municípios fora do grupo de exceção. Bujaru manteve-se próximo à mediana ao longo de praticamente todo o período, acompanhando a tendência central do estado. Assim, o município não se beneficia do movimento distorcido que eleva à média, mantendo-se em uma posição de desempenho intermediário e estável, inserido na base estadual.

Gráfico 28: Indústria do município de Bujaru na escala estadual.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Gráfico 29: Média do Valor Adicionado (VA) industrial no PIB Estadual entre 2013 e 2021.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

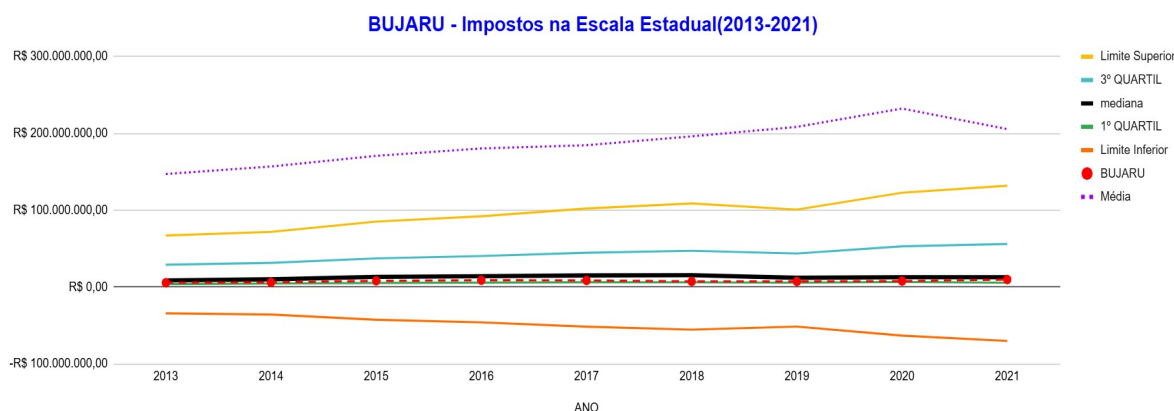
#### 4.1.6.4 Impostos

O desempenho de Bujaru na arrecadação de impostos reflete, em grande medida, a estrutura dos demais setores da economia local. O setor primário, predominante no município, caracteriza-se por menor circulação de mercadorias e menor formalização do mercado de trabalho, limitando a base tributária. Já os serviços privados e públicos não se destacaram no município — especialmente o primeiro, apresentando sinais de arrefecimento a partir de 2015 e estes, aliás, costumam gerar maior carga tributária. A indústria, segmento que geralmente oferece salários e valores de produção mais elevados, também permanece com resultados modestos em Bujaru.

Essa arrecadação relativamente baixa, entretanto, não é um caso isolado do município. Entre 2013 e 2021, a distribuição estadual dos impostos municipais revela um estreitamento entre o primeiro quartil (Q1) e a mediana, indicando que a maior parte dos municípios se concentra em níveis próximos de arrecadação. Em contrapartida, o terceiro quartil (Q3) apresenta maior amplitude, refletindo maior dispersão nos níveis superiores, provavelmente em razão da presença de poucas cidades de grande ou médio porte com arrecadação mais elevada.

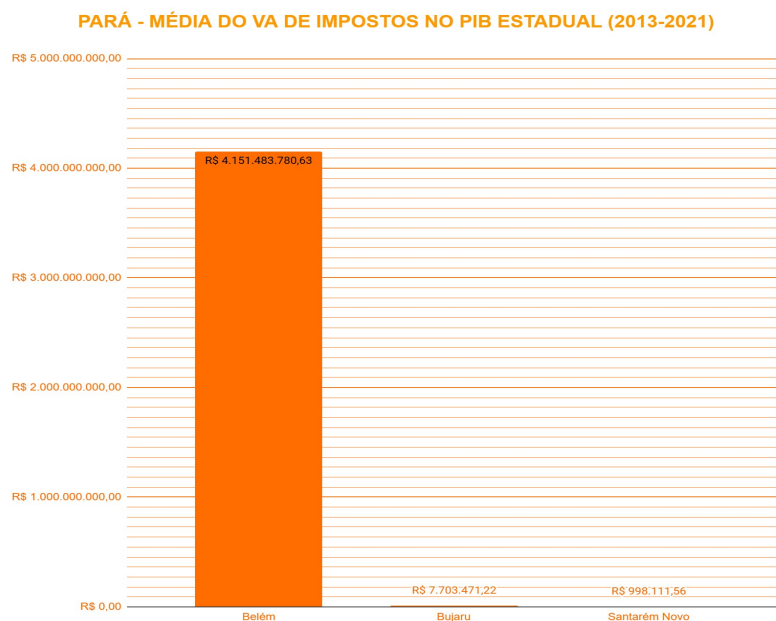
Nesse contexto, Bujaru manteve-se entre o primeiro quartil e a mediana, demonstrando estabilidade relativa e baixa variação em seu desempenho tributário. Embora não figure entre os casos de distorção superior, também não acompanha o crescimento dos municípios com maior arrecadação, reforçando sua posição na base da distribuição estadual. Apesar de apresentar uma tendência de crescimento interno, em escala estadual essa melhora não é suficiente para deslocar o município a níveis mais elevados de arrecadação.

Gráfico 28: Impostos do município de Bujaru na escala estadual de 2013 a 2021.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Gráfico 30: Média do Valor Adicionado (VA) de impostos no PIB Estadual entre 2013 e 2021.



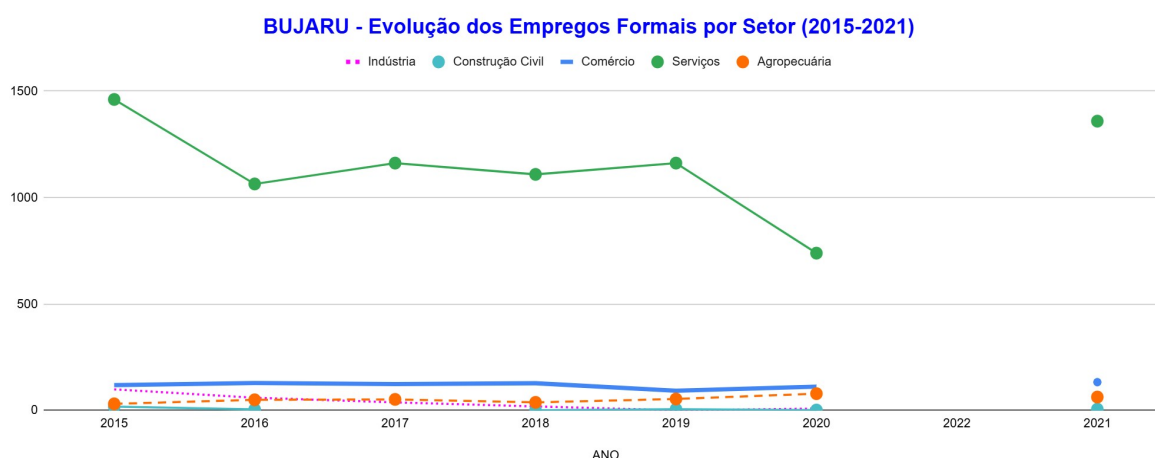
Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.1.6.5 Empregos Formais e Renda

Segundo dados compilados do MTE-RAIS pela FAPESPA (PARÁ, 2024), observam-se, na geração de empregos formais em Bujaru algo relevante para ser registrado. O setor mais destacado do PIB municipal não é o responsável pela maior quantidade de empregos formais. Aliás, observando os dados de 2015 a 2016, com lacuna de informação no ano de 2022, o setor de serviços, públicos e privados, mantém posição de destaque na formalização de vínculos empregatícios, porém, não se trata do setor mais forte da economia municipal, como visto acima, nem apresenta tendências de elevação acentuada nos últimos anos, abrindo a possibilidade para avariar a possibilidade de baixa formalização de trabalhos no setor agropecuário, fato capaz de repercutir nos demais indicadores do município, como nos relativos à arrecadação tributária, mascarando dados dos seus efetivos resultados econômicos.

O município não apresenta dados mais destacados nesse quesito. Em 2023, seu resultado é o segundo mais baixo da RI do Rio Capim e representa 0,6% dos vínculos registrados em sua região deste ano e 0,04% em relação ao estado. Mesmo no seu setor de maior destaque, seu resultado corresponde a apenas 0,83% das oportunidades de formalização de sua região, este resultado deve ser por um lado reflexo do porte econômico do município, cuja economia se apoia na produção do setor primário e de ter um forte viés de serviços públicos assistindo as demandas sociais de sua população. Por outro lado, este resultado pode decorrer da baixa formalização de empregos, justamente no setor agropecuário.

Gráfico 31: Evolução dos Empregos Formais por Setor da Economia entre 2015 e 2021.



Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

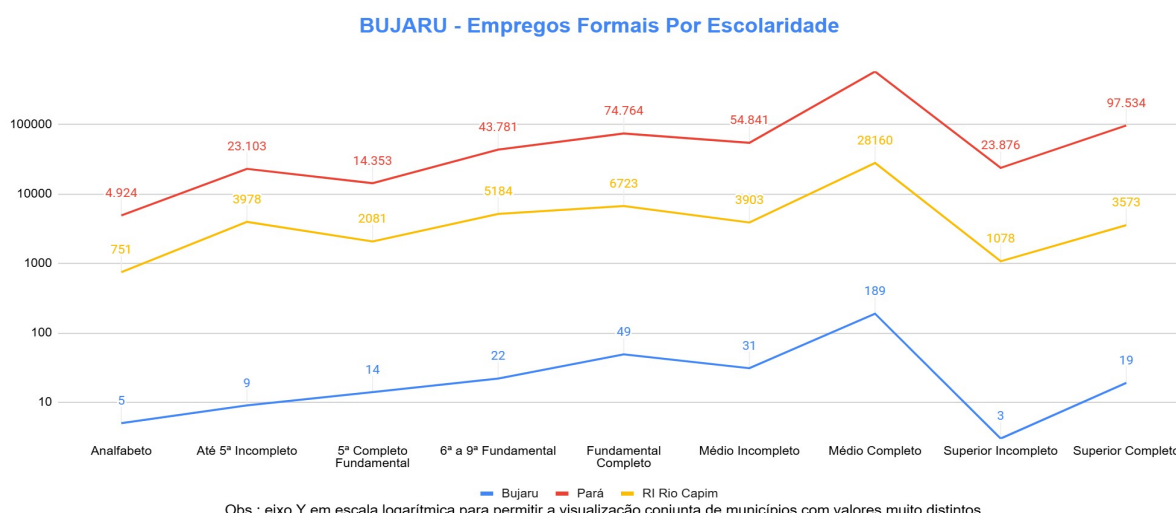
Outra correlação pertinente a ser estabelecida neste contexto de empregos formais e setores econômicos decorre da análise da escolaridade dos trabalhadores formais. Esta revela

um padrão semelhante entre o estado do Pará, a Região de Integração Rio Capim e o município de Bujaru. Nos três recortes territoriais, destaca-se o predomínio de vagas para trabalhadores com ensino médio completo, cuja concentração chega a mais de 40% dos vínculos formais no referido município.

No contexto regional e no estadual observa-se uma expressiva participação de trabalhadores com baixa escolaridade, sobretudo aqueles com até a 5ª série incompleta. Em Bujaru, apesar de números bem modestos, sua tendência é crescente até o ensino fundamental completo, mas a partir deste momento as tendências visivelmente se igualam, indicando a maior presença de ocupações com menor exigência educacionais em todo o estado, possivelmente ligadas à informalidade parcial ou à baixa complexidade técnica de certas atividades, compatível com atividades agropecuárias ou comércio varejista, por exemplo.

Por outro lado, os trabalhadores que concluem o ensino médio passam a compor o maior grupo entre os empregados formais, reforçando o papel dessa etapa como limite mínimo de qualificação exigido no mercado local. Já as vagas destinadas a pessoas com ensino superior completo permanecem restritas, não ultrapassando 10% no estado e apresentando percentuais ainda mais baixos na região e no município, reflexo de uma estrutura produtiva com baixa complexidade e escassa demanda por profissionais de alta escolarização.

Gráfico 32: Vínculos Empregatícios Formais por Escolaridade.



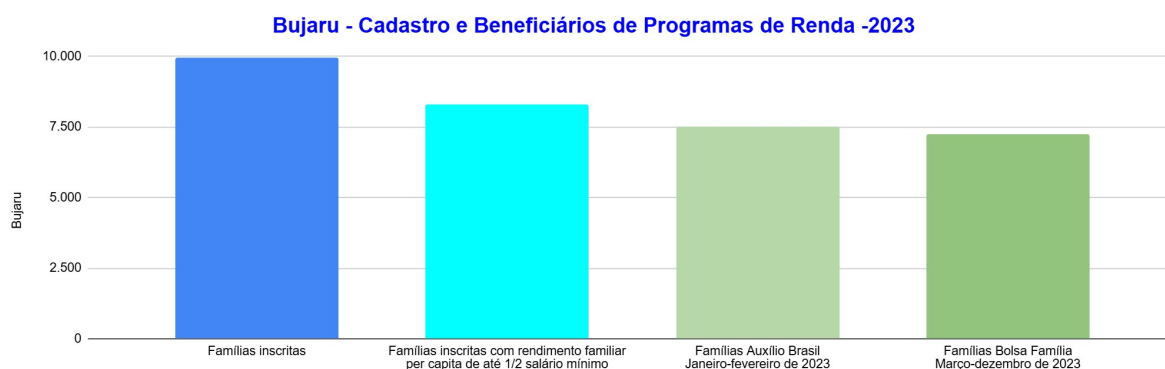
Fonte: Fapespa, 2024. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.1.6.6 Programas de Transferências de Renda

Em 2023, o município de Bujaru registrou 9.943 famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), das quais 8.310 (84%) declararam renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo.

Contudo, nem todas as famílias inscritas foram efetivamente beneficiadas em 2023. Onde, 7.521 beneficiados receberam o Auxílio Brasil (6,49% da RI Rio Capim e 0,54% do estado) de janeiro a fevereiro e 7.257 beneficiados (6,42% da RI Rio Capim e 0,54% do estado) passaram a ser atendidas pelo novo Bolsa Família de março a dezembro. Isso equivale a 96% das famílias cadastradas, revelando uma lacuna de cobertura que pode ser explicada por fatores como elegibilidade, atualização cadastral ou limitação orçamentária.

Gráfico 33: Famílias inscritas no CadÚnico.



Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

No mês de março verifica-se redução no número de famílias atendidas, mas em aumento no volume de recursos transferidos. Enquanto o Auxílio Brasil destinou cerca de R\$ 9.381.941,00 em dois meses, o Bolsa Família repassou mais de R\$ 51.359.180 em dez meses, refletindo um reajuste nos valores médios mensais pagos de R\$ 623,71 para R\$ 662,57, com provável atenção à composição familiar e à recomposição de valores mínimos.

Se as famílias cadastradas fossem contadas como indivíduos, este quantitativo de beneficiários representaria já quase 30% da população bujaruense. Esses dados reforçam o papel estrutural das políticas sociais na composição da renda domiciliar no município de Bujaru. A ampla inscrição no CadÚnico e o volume significativo de recursos transferidos apontam para uma economia ainda fortemente dependente de programas compensatórios, evidenciando a fragilidade do mercado de trabalho e a urgência de estratégias que articulem assistência social com inclusão produtiva e geração de renda.

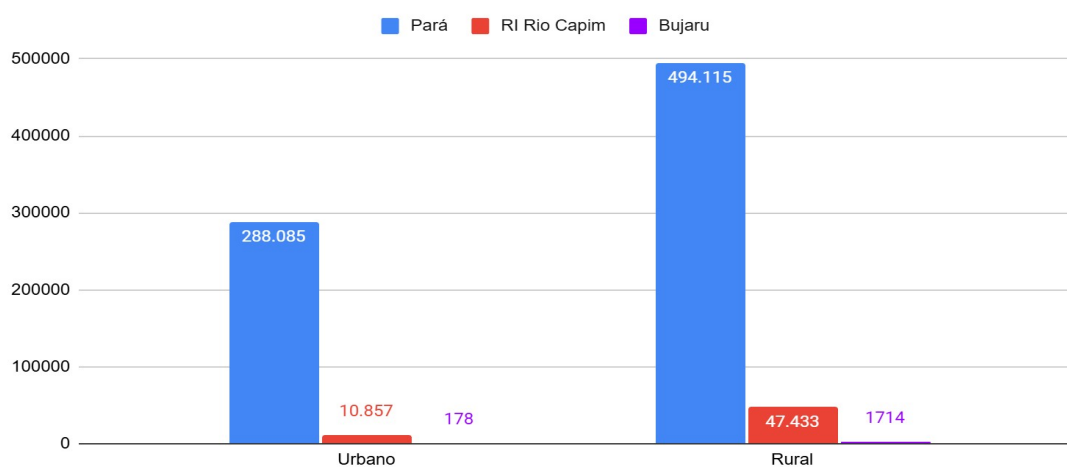
#### 4.1.6.7 Aposentadoria, Pensão e Benefício de Prestação Continuada

Os benefícios emitidos pela Previdência Social também exercem função central na sustentação da renda local, especialmente nas áreas rurais. Esses benefícios abrangem tanto os de natureza previdenciária, como aposentadorias, pensões e auxílios assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a idosos ou pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

Em dezembro de 2023, Bujaru contabilizou 1.892 benefícios emitidos, sendo cerca de 90,06 % de origem rural. No registro total do ano, o município recebeu R\$ 27.227.028,00, dos quais R\$ 24.120.417,00 foram repassados à zona rural.

Esse volume corresponde a 3,7% do total do valor dos benefícios emitidos em 2023 na Região de Integração Rio Capim e 0,4% do montante estadual, proporção condizente com o porte do município. No entanto, a predominância de benefícios rurais em relação ao total local destaca a importância da previdência rural como fonte estruturante da renda familiar, sobretudo diante da aparente baixa formalização de vínculos de trabalho verificada no município. Embora não haja uma relação direta entre o número de benefícios e o desempenho recente da agropecuária no PIB e nos empregos formais, esse contraste evidencia uma estrutura rural dual: de um lado, produtividade crescente no setor primário; de outro, dependência social persistente, sustentada por transferências que asseguram a sobrevivência de parcela significativa da população fora do mercado de trabalho ativo.

Gráfico 34: Quantidade de benefícios emitidos no mês de dezembro de 2023.

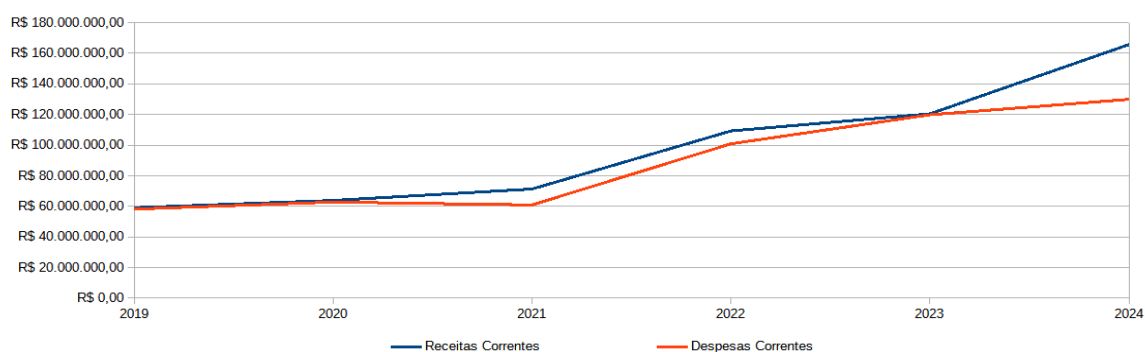


Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.1.6.8 Síntese Orçamentária de Bujaru (2019–2024)

Entre 2019 e 2024, o município de Bujaru apresentou uma trajetória orçamentária marcada por um estreito equilíbrio do custeio, inclusive, apresentando desconformidade com pressupostos da LRF, porém isso não comprometeu transferências intergovernamentais para o município, das quais tem forte dependência, possibilitando ao mesmo tempo melhoria progressiva na capacidade de investimento público, especialmente a partir de 2022.

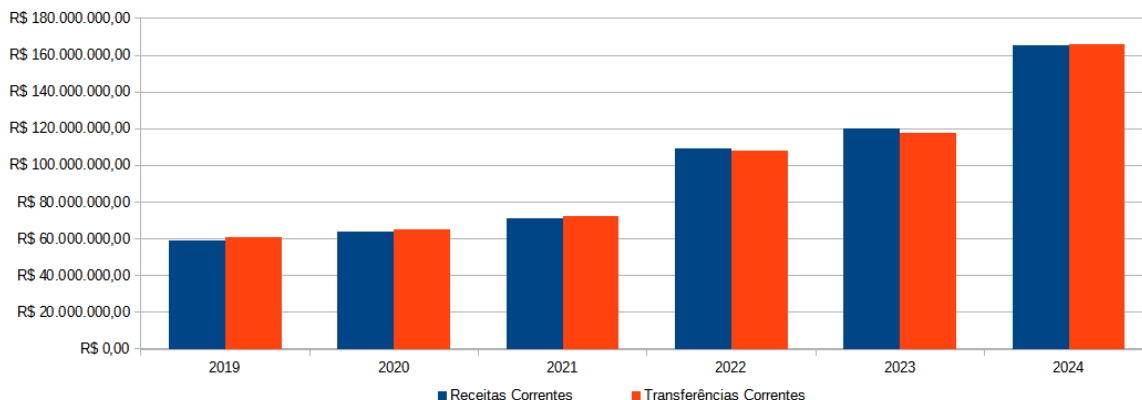
Gráfico 35: Bujaru - Receita Corrente vs Despesa Corrente (2019-2024).



Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

Nos primeiros dois anos, o equilíbrio entre receitas e despesas correntes foi extremamente delicado, com superávits marginais sustentados quase exclusivamente por repasses federais e estaduais. A arrecadação própria, inferior a 3% da receita corrente, evidenciava a baixa autonomia fiscal do município, sendo esta, porém, uma realidade financeira dos entes municipais do estado.

Gráfico 36: Participação das Transferências Correntes na Receita Corrente (%) por ano.

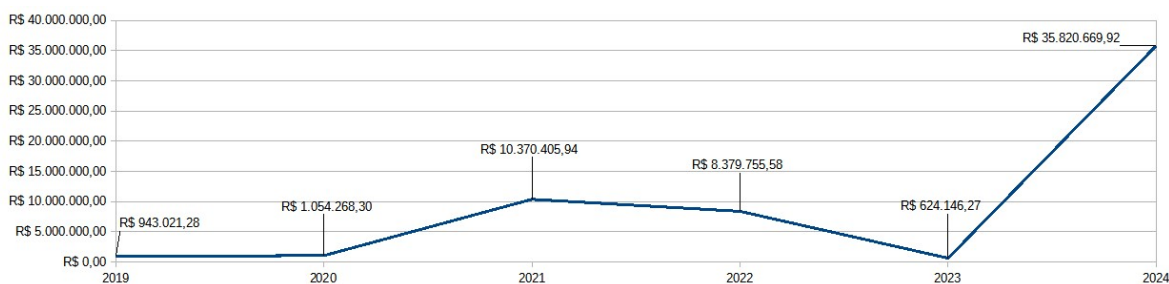


Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

Em 2020, os efeitos da pandemia de Covid-19 desconcertam um pouco esse quadro, prejudicando a arrecadação tributária, afetando repasses e comprometendo o ritmo dos investimentos.

A partir de 2021, com a chegada de uma nova gestão municipal, aparentemente houve um processo de reorganização fiscal. Mesmo com a pandemia ainda impactando a economia local, o município conseguiu ampliar o superávit corrente e iniciar um ciclo de recuperação da capacidade de investimento, embora ainda com recursos próprios e valores modestos.

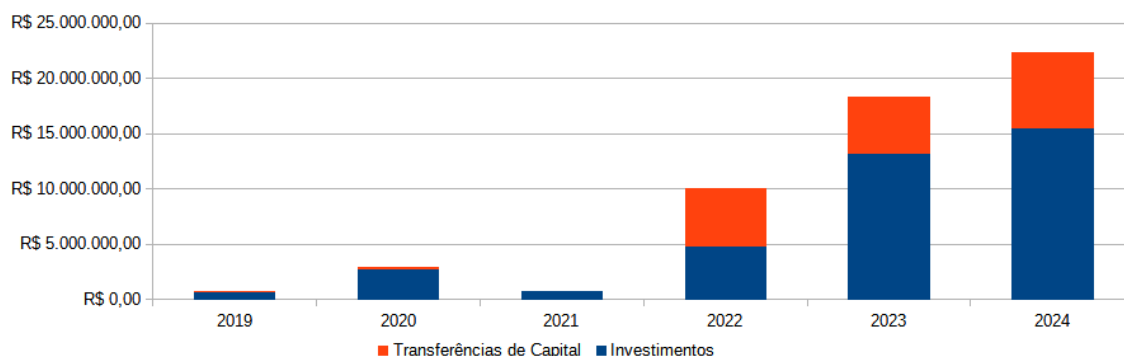
Gráfico 37: Resultado Orçamentário Corrente (2019-2024).



Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

Em 2022, os efeitos desse reequilíbrio tornaram-se mais evidentes. O município passou a captar transferências de capital mais expressiva, ampliando significativamente os investimentos em infraestrutura. Essa tendência se intensificou nos dois anos seguintes, em 2023 e, especialmente, em 2024, Bujaru alcançou volumes de investimento muito superiores aos registrados anteriormente, mesmo com arrecadação própria ainda limitada. O expressivo superávit de 2024, o maior da série, consolidou um cenário de folga fiscal com alta capacidade de aplicação.

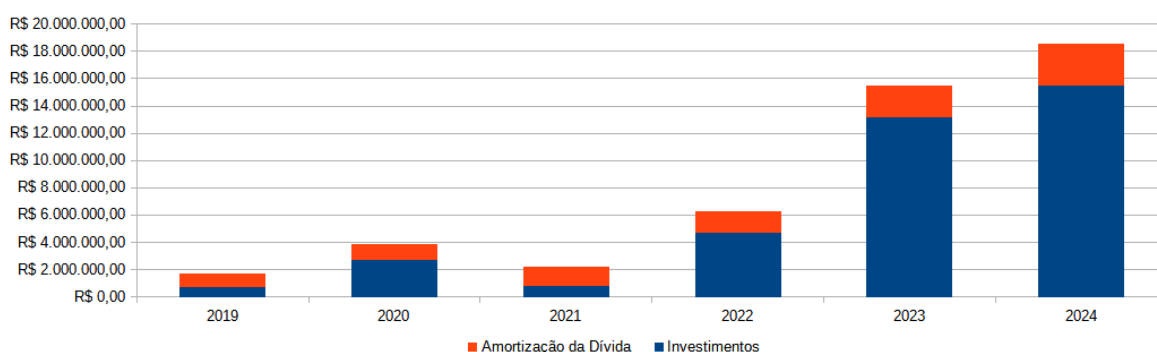
Gráfico 38: Investimentos Totais vs Transferências de Capital (2019-2024).



Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

Paralelamente, houve uma mudança no perfil das despesas de capital. Enquanto nos primeiros anos a maior parte desses recursos era comprometida com a amortização da dívida pública, a partir de 2022 observa-se uma priorização clara de investimentos diretos, ação que tende a ser estruturante.

Gráfico 39: Composição de Despesas de Capital (% investimento vs amortização), por ano.



Fonte: Radar Fapespa, 2023. Elaboração DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

No entanto, ao longo de quase todo o período analisado, a despesa com pessoal manteve-se sistematicamente acima do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina um teto de 54% da receita corrente líquida para o Poder Executivo municipal. Entre 2019 e 2023, os gastos com pessoal variaram entre 55% e 69% da receita, com apenas o exercício de 2024 ficando abaixo desse patamar. Esse dado revela uma fragilidade persistente na gestão do custeio com pessoal, que pode comprometer a capacidade do município de receber transferências voluntárias, celebrar convênios e manter regularidade junto aos órgãos de controle, caso não haja uma consolidação dessa redução observada no último exercício.

Em síntese, o período reflete uma gestão financeira que, embora estruturalmente dependente de transferências e com arrecadação tributária restrita, conseguiu evoluir de um equilíbrio frágil para uma condição de maior solidez fiscal e capacidade de investimento ao longo da última administração municipal, ainda que sob o alerta de comprometimento elevado com pessoal até o final de 2023.

#### 4.1.7 Gestão Ambiental

##### 4.1.7.1 Secretaria Municipal de Meio Ambiente

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bujaru (SEMMA), à época unida com a Secretaria de Agricultura (SEMAGRI), foi criada no ano de 2005, por meio da Lei Municipal nº 525 de 25 de novembro de 2005,

com finalidade de coordenar, programar e executar a política agropecuária e de meio ambiente no município, provendo em caráter permanente e de acordo com as possibilidades financeiras, o fomento das atividades fins de sua área, especialmente voltadas para o pequeno produtor e/ou prestador de serviços, bem como aquelas voltadas à proteção ambiental e ao desenvolvimento das potencialidades turísticas da região (Lei Municipal nº 525/2005, art. 16).

Com estrutura constituída de 01 (um) conselho municipal e 02 (dois) setores, sendo eles, de Fomento à Produção Agropecuária e de Meio Ambiente. Assim, a administração era composta por 1 (um) secretário municipal de agricultura e meio ambiente, 4 (quatro) diretores de departamento e 4 (quatro) chefes de setor, de Administração. Não foram especificados na Lei quais os departamentos e setores a serem administrados, mas subentende-se que seriam respectivamente 2 (dois) voltados para a agricultura e 2 (dois) voltados para a pasta ambiental

Figura 9: Organograma da SEMMA - SEMAGRI conforme Lei Municipal nº 525/2005.

#### Organograma Segundo a Lei 525 de 25 de novembro de 2005.



Fonte: Lei Municipal nº 525 de 25 de novembro de 2005. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

No ano de 2007, por meio da Lei nº 546 de 07/02/2007, foi alterada a Lei de nº 525/2005, mantendo a finalidade da Secretaria, mas alterando a sua estrutura. Nessa Lei a secretaria de Meio Ambiente (SEMMA) foi desmembrada da Secretaria de Agricultura (SEMAGRI), criando assim uma pasta independente com a função de coordenar, programar e executar a política de meio ambiente do município, provendo em caráter permanente e de acordo com as possibilidades financeiras, o fomento de atividades fins de sua área, sempre que possível de forma integrada com os órgãos afins das demais esferas de governo e/ou de cooperação internacional. A lei 546/2007 também assegura a criação de um órgão colegiado para atuar na pasta ambiental do município de Bujaru, o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

No mesmo ano, por meio da Lei nº 549 de 27/06/2007 é atualizada e consolidada a Política Municipal de Meio Ambiente do município de Bujaru, a qual é definida como

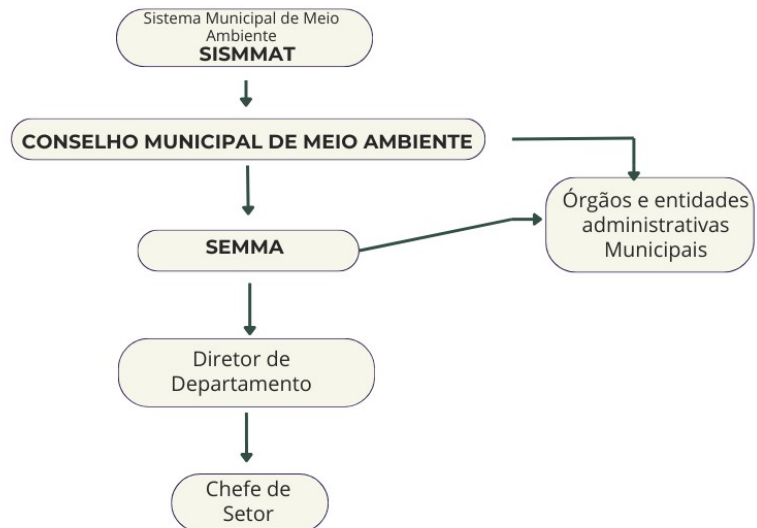
o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos de ação, medidas e diretrizes fixadas nesta Lei, para o fim de preservar, conservar, proteger, defender o meio ambiente natural, e recuperar e melhorar o meio ambiente antrópico, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades locais, em harmonia com o desenvolvimento econômico-social, visando assegurar a qualidade ambiental propícia à vida” (Lei nº 549/2007, art. 1º).

Nessa mesma lei fica criado o Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMMAT), com o fim de implementar a política Municipal do Meio Ambiente, bem como controlar sua execução (Lei nº 549/2007, art. 7º).

A estrutura funcional do SISMMAT é composta de: a) Conselho Municipal do Meio Ambiente como órgão normativo, consultivo e deliberativo; b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) como órgão central executor, com a função de planejar, coordenar, executar, supervisionar e controlar a Política Municipal do Meio Ambiente; e como órgãos setoriais, c) órgãos ou entidades da administração pública municipal, direta e indireta, bem como as Fundações instituídas pelo poder público que atuam na elaboração e execução de programas e projetos relativos à proteção da qualidade ambiental ou que tenham por finalidade disciplinar o uso dos recursos ambientais (Lei nº 549/2007, art. 8º).

Figura 10: Organograma da SISMMAT conforme Lei Complementar nº 27/06/2007.

**Organograma segundo a Lei Complementar 549 de 27 de junho de 2007.**



Fonte: Lei Complementar nº 744 de 06 de março de 2015. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

O organograma abaixo apresenta informações de dados coletados em agosto de 2025, cuja Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bujaru compunha a seguinte estrutura: Secretário de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA, Departamento de Educação Ambiental, Departamento de Licenciamento Ambiental – DLA, Departamento de Áreas Verdes, Divisão de Fiscalização Ambiental – DFA, Divisão de Conservação e Áreas Verdes – DCAV.

Figura 11: Organograma da SEMMA atual.



Fonte: SEMMA, 2025. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

O que pese a importância de todos os setores, chama atenção na estrutura da SEMMA – Bujaru o Departamento de Educação Ambiental e o Departamento de Áreas Verdes, onde está inserido a Divisão de Conservação de Áreas Verdes, os quais estarão diretamente envolvidas na criação, implementação e gestão da primeira Unidade de Conservação da Natureza Municipal criada no município de Bujaru.

A SEMMA também promove parceria com outros órgãos municipais para melhor execução do SISMMAT, à exemplo da limpeza urbana, paisagismo e coleta de resíduos sólidos, os quais são executados juntamente com a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA).

### *Projetos Desenvolvidos*

É digno de nota registrar os projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bujaru que dinamiza, conscientiza e executa as pautas ambientais do município, entre os quais destaca-se: Viveiro de Produção de mudas, Arboriza Bujaru, Caminhos de Bujaru, Ações integradas Semana do Meio Ambiente e Criação da primeira Unidade de Conservação Municipal, conforme se observa no quadro 2, abaixo.

Quadro 2: Projetos desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente.

<b>Projeto</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Parceiros</b>
Viveiro de Produção de mudas	Instalação e Manutenção do viveiro para a produção e distribuição de mudas no município.	IDEFLOR-Bio
Arboriza Bujaru	Conscientização e educação ambiental de crianças e adolescentes por meio do plantio e cultivo de árvores nativas	Secretarias Municipais
Caminhos de Bujaru	Preservação ambiental por meio do turismo ecológico e desenvolvimento socioeconômico local.	IDEFLOR-Bio
Ações integradas Semana do Meio Ambiente	Conscientização ambiental, valorização do saber tradicional, torna práticas sustentáveis parte do cotidiano dos munícipes	Secretarias Municipais, UFPA, UFRA e IDEFLOR-Bio
Criação da 1ª Unidade de Conservação Municipal	Conservação e preservação da biodiversidade, e em específico dos corpos hídricos e igarapés no interior e entorno da área, assim como proteger espécies de fauna e flora sensíveis e ameaçadas de extinção, contribuir para o microclima da cidade e sensibilizar a população do entorno e visitantes das ameaças antrópicas. Preservação também do patrimônio histórico e arqueológico presente na área de Bom intento	IDEFLOR-Bio

Fonte: SEMMAC/PMCP, 2025. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

### *Viveiro de Mudanças*

O projeto realizado em parceria como IDEFLOR-Bio tem por objetivo a produção de mudas de espécies nativas da região Amazônica para a arborização da cidade e distribuição entre os municípios de Bujaru.

O viveiro foi montado em 25/07/2024, medindo 12X18m e possui capacidade para 1.500 (mil e quinhentas) mudas, além da montagem, também foram ministrados cursos de montagem de viveiro e produção de mudas, no qual foram produzidas 720 mudas de açaí em tubetes, e estas inseridas no recém-construído viveiro de mudas da SEMMA Bujaru – IDEFLOR-Bio.

Desde 2024 IDEFLOR-Bio fomenta a produção de mudas no viveiro institucional, sempre levando em visitas técnicas de monitoramento sementes de espécies Florestais nativas e Frutíferas regionais, Fibra de coco, Palha de Arroz, fertilizantes orgânicos e químicos, embalagens plásticas e tubetes. Desta forma contribuimos com a distribuição de mudas da Secretaria de meio ambiente de Bujaru e arborização da sede do município. Hoje o viveiro possui 5.880 mudas de diversas espécies como andiroba, cacau, açaí, cupuaçu, Ipê, entre outras.

Figura 12: Plantio das mudas e instalação do viveiro de mudas de Bujaru.



Fonte: SEMMA, 2025.

### *Arboriza Bujaru*

O projeto “Arboriza Bujaru” tem como objetivo a conscientização e educação ambiental de crianças e adolescentes da rede de ensino municipal de Bujaru por meio da prática de plantio e cultivo de árvores nativas da região amazônica, ensinando-os assim sobre a importância que as árvores possuem para o ecossistema e os benefícios ecológicos e climáticos que elas proporcionam em uma zona urbana arborizada.

O projeto foi executado em 5 (cinco) etapas, sendo a primeira, realização de palestras nas escolas municipais sobre a importância das árvores para os ecossistemas, tendo como foco os benefícios ecológicos, sociais e econômicos de se preservar a floresta em pé. As apresentações foram realizadas em escolas da zona urbana e da zona rural do município e envolveu não apenas a comunidade escolar, mas também familiares que, juntamente com os alunos, se empenharam no cultivo das mudas plantadas.

Em sua primeira versão, o projeto objetivou plantar em pontos estratégicos da cidade e comunidades, 81 árvores nativas, em alusão aos 81 anos do município de Bujaru. Além das palestras, foram realizadas oficinas de plantio e manutenção de mudas, onde os alunos aprenderam técnicas básicas de jardinagem e preservação de áreas verdes, com o intuito de garantir o sucesso do plantio das 81 árvores, bem como o crescimento saudável das mesmas.

Como forma de incentivar e potencializar o engajamento dos alunos no cuidado com as mudas, foi organizado o “concurso de cuidados”, onde ganharia a escola que apresentasse

as mudas melhor plantadas e desenvolvidas. A competição ainda foi intensificada, devido ocorrer na época de estiagem, o que desafiou as instituições a manterem as mudas vivas e saudáveis. Após uma avaliação conjunta da Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Educação de Bujaru, as escolas vencedoras foram, a E.M.E.F Maria José, na área urbana e a E.M.E.F São Sebastião, na área rural.

As escolas vencedoras ganharam como premiação uma excursão com os alunos para o Parque Estadual do Utinga Camillo Vianna, em Belém, onde vivenciaram a experiência de caminhar por trilhas e foram apresentados a espaços expositivos como a Casa da Mata, onde está localizada a exposição sobre povos originários “Verônica Tembé”, e projetos de reintrodução de animais como o Projeto Ararajuba, o que promoveu um momento muito rico de aprendizagem e sensibilização ambiental para os alunos da rede municipal de ensino de Bujaru.

Figura 13: Plantio de árvores; palestra; visita ao Parque Estadual do Utinga.





Fonte: Prefeitura de Bujaru, 2024/2025.

### *Caminhos de Bujaru*

A trilha ecológica “Caminhos de Bujaru”, é uma iniciativa inovadora idealizada pela SEMMA em parceria com o IDEFLOR-Bio, a qual visa promover o turismo ecológico, a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico local por meio da conexão entre comunidades quilombolas, comunidades rurais, áreas ricas de biodiversidade e de relevante importância histórica e cultural.

A trilha possui aproximadamente 130 km de extensão e busca, durante seu percurso, valorizar o patrimônio natural e cultural da região e fortalecer as comunidades locais, promovendo assim educação ambiental, geração de renda no município, além da valorização das tradições quilombolas e rurais. O projeto encontra-se em sintonia com as metas globais de desenvolvimento, alinhado com os princípios da COP 30, ocorrido em novembro de 2025, enfatizando a importância da sustentabilidade, da preservação da biodiversidade amazônica e a promoção de práticas turísticas responsáveis (SEMMA, 2024).

Além da criação e sinalização da rota da trilha Caminhos de Bujaru, o projeto também realizou cursos, reuniões e capacitações com comunitários e pequenos empreendedores locais, a fim de melhorar os serviços já oferecidos, tais como hospedagem, alimentação e artesanato, focando em práticas que reduzam os impactos ambientais, além de implementar novos serviços, como guias atuantes na trilha, enfatizando sempre práticas sustentáveis, segurança e conhecimento sobre a cultura, história e biodiversidade local. (SEMMA, 2024).

A trilha “Caminhos de Bujaru” está inserida na Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso, a qual é uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, ICMBio e Ministério do Turismo, objetivando estruturar o ecoturismo nacional. As trilhas cadastradas ganham





Fonte: Agência Pará, 2024/2025.

### *Ações integradas – Semana do Meio Ambiente*

A Semana do meio Ambiente é uma iniciativa SEMMA, que busca promover um movimento de conscientização e sensibilização ambiental e a realização de ações ecológicas concretas envolvendo os diversos setores da sociedade. O projeto foca principalmente na integração entre poder público, escolas, universidades e comunidade, visando a formação de uma consciência coletiva sobre o cuidado com o meio ambiente.

O projeto aposta em atividades práticas e educativas integradas em diversas frentes, como oficinas de hortas, distribuição, plantio e cuidado de mudas, mutirões de limpeza na zona urbana e rural, revitalização de canais e igarapés, palestras e ações lúdicas voltadas para o público infantil. As atividades foram pensadas para serem transformadoras e engajar a população fortalecendo assim o vínculo com o território em que habitam.

Por meio destas atividades, a Semana do Meio Ambiente objetiva conscientizar os munícipes sobre a importância da preservação dos recursos naturais, estimular práticas sustentáveis nas escolas, comunidades e órgãos públicos, tornando-as parte do cotidiano; valorizar os saberes tradicionais e comunitários em relação ao uso de plantas e seu cultivo; participação direta da população na revitalização de espaços naturais; o fortalecimento de parcerias institucionais e comunitárias para ações ambientais contínuas; e por fim, reforçar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Este tipo de iniciativa mostra-se de fundamental importância, principalmente em um município com forte conexão com o meio ambiente como Bujaru, uma vez que aproxima a população de temáticas ambientais e as torna parte do seu cotidiano, estimulando o pensamento crítico à cerca de impacto ambientais e como pequenas ações integradas são capazes de mitigá-los.

Figura 16: Distribuição de mudas, mutirão de limpeza e apresentação lúdica.



Fonte: Prefeitura de Bujaru, 2025.

#### 4.1.7.2 Sustentabilidade Financeira

Conforme dados coletados junto à SEMMA, os recursos financeiros disponíveis para a Gestão de Meio Ambiente do município de Bujaru, provém de diversas fontes como, Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), Orçamento Municipal, Convênios e Parcerias, somado a isso se tem o ICMS Verde.

ICMS Verde é um instrumento econômico de política ambiental que tem por objetivo incentivar os municípios a criarem e manterem unidades de conservação e áreas protegidas, além de compensar os esforços dos municípios em prol da conservação ambiental, por meio de critério de repartição de cota-parte do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS).

A Constituição Federal de 1988, Art. 158, IV, Parágrafo Único, inciso II, previa o ICMS de “até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com

base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.

A Constituição do Estado de 05 de outubro de 1989, Art. 225, § 2º assegura aos “Municípios que tenham parte de seus territórios integrando unidades de conservação ambiental, tratamento especial, quanto ao crédito das parcelas de ICMS”.

E a Lei Estadual 7.638 de 12 de julho de 2012, estabeleceu o percentual do cálculo do critério ecológico iniciando por 2% em 2012, calculado no ano de 2013 e repassado o valor aos municípios no ano de 2014; no ano de 2013 passou para 4% com a base de dados do ano de 2014 e repassado aos municípios em 2015; no ano de 2014 passou para 6% com a base de dados do ano de 2015 a ser repassado ao município no ano de 2016.

O Decreto Estadual 1.696, de 7 de fevereiro de 2017, Art. 3º deu nova regulamentação à Lei Estadual nº 7.638, de 12 de julho de 2012, acrescentando 8% referente ao ano base 2015, calculado baseado em dados do ano de 2016 e repassado aos municípios em 2017, ou seja, o referido Decreto fixou o percentual de repasse do ICMS Verde aos Municípios, a partir do ano de 2017, em 8%, estabilizando o repasse neste percentual para os anos subsequentes, conforme o art. 8º da Lei nº 7.638, de 12 de julho de 2012.

Quanto à metodologia, desde o estabelecimento do ICMS Verde é possível observar três metodologias de cálculo do ICMS. Sendo que a primeira metodologia constou no Decreto 775 de 26.06.2013, que permaneceu nos anos 2012, 2013 e 2014. Metodologia esta que levou em consideração 03 (três) variáveis e pesos diferenciados, conforme quadro 3, abaixo.

Quadro 3: Variáveis e peso para cálculo de metodologia do ICMS Verde.

ANOS - 2012/ 2013/ 2014	
VARIÁVEIS	PESO (%)
Áreas Protegidas	25
Cobertura Vegetal e Redução de Desmatamento	25
Cadastro Ambiental Rural – CAR	50
	100

Fonte: Decreto Estadual nº 775 de 26.06.2013. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Seguindo o disposto no art. 3º do Decreto 775 de 26.06.2013, existia o ano base, o ano do cálculo e o ano do repasse, conforme podemos observar no quadro 4 abaixo:

Quadro 4: Percentual, ano base, ano de cálculo e ano de repasse do ICMS Verde.

Repasse (%)	Ano Base	Ano de Cálculo	Ano de Repasse
2	2012	2013	2014
4	2013	2014	2015
6	2014	2015	2016
8	2015	2016	2017

Fonte: Decreto Estadual nº 775 de 26.06.2013. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A segunda metodologia de cálculo versava no Decreto Estadual 1.696 de 07.02.2017 que consistia em análise fatorial de dados, composto por 04 (quatro) fatores: Regularização Ambiental, Gestão Florestal, Estoque Florestal e Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal e suas variáveis e pesos referendados pela Portaria nº 1335, de 27 de agosto de 2019 que Estabelece os índices definitivos referentes ao repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará para o ano de 2020, conforme podemos observar no quadro 5 abaixo. E somados a Portaria nº 499, de 29 de maio de 2020, publicada no DOE nº 43.240, de 01/06/2020 que estabelece os índices provisórios para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2021 e dá outras providências.

Quadro 5: Fatores, Variáveis e Pesos e Índices referente repasse do ICM Verde aos municípios, referente aos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

Fatores	Variáveis	Pesos (%)				
		2017	2018	2019	2020	2021
Regularização Ambiental	CAR, Área de Preservação Permanente, Reserva Legal e Área Degradada	38,67	44,56	35,63	40,15	46,43
Gestão Florestal	Áreas Protegidas de Uso Restrito, Uso Sustentável, Desflorestamento e Desflorestamento em Área Protegida	35,44	29,87	34,16	33,12	27,83
Estoque Florestal	Remanescente Florestal	14,09	14,23	18,69	15,14	13,88
Fortalecimento Gestão Ambiental	Capacidade do Exercício da Gestão Municipal	11,85	11,34	11,53	11,59	11,86
<b>TOTAL</b>		100	100	100	100	100,00

Fonte: Decreto Estadual 1.696 de 07.02.2017 e Portaria 499 de 29.05.2020. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

O Decreto Estadual 1.696, de 7 de fevereiro de 2017, art. 4º estabeleceu a partir de 2017 as dimensões dos indicadores ambientais a partir de quatro fatores: Fator 1, denominado de Regularização Ambiental, representa a dimensão que avalia o esforço municipal quanto aos processos de adequações ambientais dos produtores rurais e é composto pelas seguintes variáveis: Cadastro Ambiental Rural - CAR; Área de Preservação Permanente - APP; Reserva Legal - RL e a Área Degradada - AD. O Fator 2, denominado de Gestão Territorial, representa a dimensão que mede o impacto territorial das áreas protegidas e a gestão sobre as unidades de conservação e é composto pelas variáveis, Áreas Protegidas de Uso Restrito; Áreas Protegidas de Uso Sustentável; Desflorestamento e Desflorestamento em Áreas Protegidas. O Fator 3, denominado de Estoque Florestal, representa a dimensão que mede o remanescente florestal do município analisado, ou seja, o percentual de cobertura vegetal ainda existente e é formado por uma única variável, o Remanescente Florestal. E o Fator 4, denominado de

Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal, representado pela dimensão que mede a capacidade de exercício da gestão ambiental municipal para licenciamento de impacto local, fiscalização e outras atividades e é composto por uma única variável, a capacidade de exercício da Gestão Ambiental.

Na sequência, a Portaria 1.335 de 27.08.2019 estabeleceu os índices definitivos referentes ao repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, para o ano de 2020, onde o Fator 1 ficou com o Peso de 40.15%, o Fator 2 com o Peso de 33.12%, o Fator 3 com o Peso de 15.14%, e o Fator 4 com o Peso de 11.59%, conforme indicado no quadro 6.

Quadro 6: Índices referente repasse do ICMS Verde aos municípios.

<b>Fatores</b>	<b>Peso</b>	<b>Indicador</b>
1. Regularização Ambiental	46.43	Cadastro Ambiental Rural – CAR; Área de Preservação Permanente – APP; Reserva Legal – RL e Área Degradada – AD.
2. Gestão Territorial	27.83	Áreas Protegidas de Uso Restrito; Áreas Protegidas de Uso Sustentável.
		Desflorestamento e Desflorestamento em Áreas Protegidas.
3. Estoque Florestal	13.88	Remanescente Florestal.
4. Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal	11.86	Capacidade de Exercício da Gestão Ambiental.
TOTAL	100,00	

Fonte: Portaria nº 499, de 29.05.2020. DOE Nº 43.240 de 01.06.2020. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A quarta metodologia de cálculos para repasse do ICMS Verde se deu a partir do Decreto 1.064, de 28 de setembro de 2020, que, em seu Art. 4º, versa que o repasse do ICMS Verde, aos Municípios, a partir do ano de 2021, será estabelecido de acordo com as dimensões dos indicadores ambientais, a partir das seguintes variáveis: I - Cadastro Ambiental Rural (CAR); II - Área de Preservação Permanente (APP); III - Área de Reserva Legal (ARL); IV - Área Antropizada (AA); V - Reserva de Vegetação Nativa (RVN); VI - Áreas de Uso Restrito (UR); VII - Áreas de Uso Sustentável (US); e VIII - Análise de CAR no Município (ACar), corroborado pela Portaria 747, de 01 de junho de 2021, para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2022.

Portaria 1.122, de 01 de junho de 2022, onde tornaram públicos os índices provisórios para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2023 e Portaria 1.551 de 27 de julho de 2023, torna público os índices definitivos para o repasse do ICMS Verde aos municípios do Estado do Pará, durante o ano de 2024.

Quadro 7: Quarta metodologia de cálculos para repasse do ICMS Verde.

Variáveis	Peso		
	2022	2023	2024
I - Cadastro Ambiental Rural – CAR	14,16%	13,49%	13,17
II - Área de Preservação Permanente – APP	11,06%	11,75%	13,74
III - Área de Reserva Legal – ARL	10,70%	13,35%	12,60
IV - Área Antropizada – AA	13,12%	13,60%	13,27
V – Reserva / Remanescente de Vegetação Nativa – RVN	13,87%	14,47%	14,24
VI - Áreas de Uso Restrito – UR	12,02%	11,83%	12,39
VII - Áreas de Uso Sustentável – US	12,48%	12,70%	13,69
VIII - Análise de CAR no Município- ACar	12,61%	8,85%	6,91
TOTAL	100,00	100,00	100,00

Fonte: Portaria 1.551 de 27 de julho de 2023. Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

De acordo com a Portaria SEMAS nº 1.551/2023, O município de Bujaru possui um índice de 0.0353872 para o repasse do ICMS Verde em 2024. Esse índice foi calculado com base nos dados ambientais coletados em 2022.

Quadro 8: Valores do ICMS Verde repassados por ano ao município de Bujaru.

VALORES DO ICMS VERDE REPASSADOS NO PERÍODO DE 2015 A 2024					
ANOS	2015	2016	2017	2018	2019
VALORES	126.875,02	580.887,59	1.230.926,6	1.114.769,5	1.256.801,2
ANOS	2020	2021	2022	2023	2024
VALORES	1.317.714,6	1.760.288,99	1.704.901,35	1.365.302,26	1.726.519,65

Fonte: Semas/Pa. [https://icmsverde.semas.pa.gov.br/valores\\_de\\_repasses.php](https://icmsverde.semas.pa.gov.br/valores_de_repasses.php). Elaboração DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A Lei 7.638 de 12/07/2012, art. 4º, versa que, “a destinação dos recursos a que cada município tiver direito, em função da presente Lei, será definida em legislação municipal, com ênfase na operacionalização do Fundo Municipal do Meio Ambiente e sua gestão pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente”.

Entretanto, vale ressaltar que a Lei 10.306/2023, art. 117, Parágrafo único, altera o art. 4º dessa Lei Estadual 7.638/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação: “deverão ser destinados às unidades de conservação municipais, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos pelos municípios”.

Isso nos remete a concluir que, independentemente de destinação de recursos do ICMS Verde por legislação municipal, a lei estadual já garante o repasse de no mínimo 20% dos recursos recebidos pelos municípios.

#### 4.1.7.3. Estratégia Financeira

Estratégia financeira é o planejamento econômico acerca da sustentabilidade financeira da unidade conservação, que busca estabelecer uma gestão de recursos de forma equilibrada e que possibilite a sua manutenção em longo prazo. De acordo com a Política

Estadual de Unidade de Conservação da Natureza e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (PEUC/SEUC), a implementação de uma unidade de conservação deverá ser acompanhada de uma estratégia financeira com o objetivo de analisar a sua sustentabilidade econômica e que constituem fontes de recursos para as unidades de conservação:

I - Compensação ambiental; II - Fundos estaduais com destinação prevista em lei; III- Doações, contribuições em dinheiro, bens móveis ou imóveis que venha a auferir de pessoas naturais ou jurídicas; IV - Cooperações nacionais e internacionais e de acordos bilaterais entre governos; V - Receitas decorrentes de condenações judiciais por atos lesivos às unidades de conservação, inclusive das condenações relacionadas com a defesa dos interesses difusos e coletivos; VI - Produto oriundo da cobrança pelo uso de serviços ecossistêmicos; VII - Outras receitas destinadas por lei.

Ainda, cita a mesma lei que,

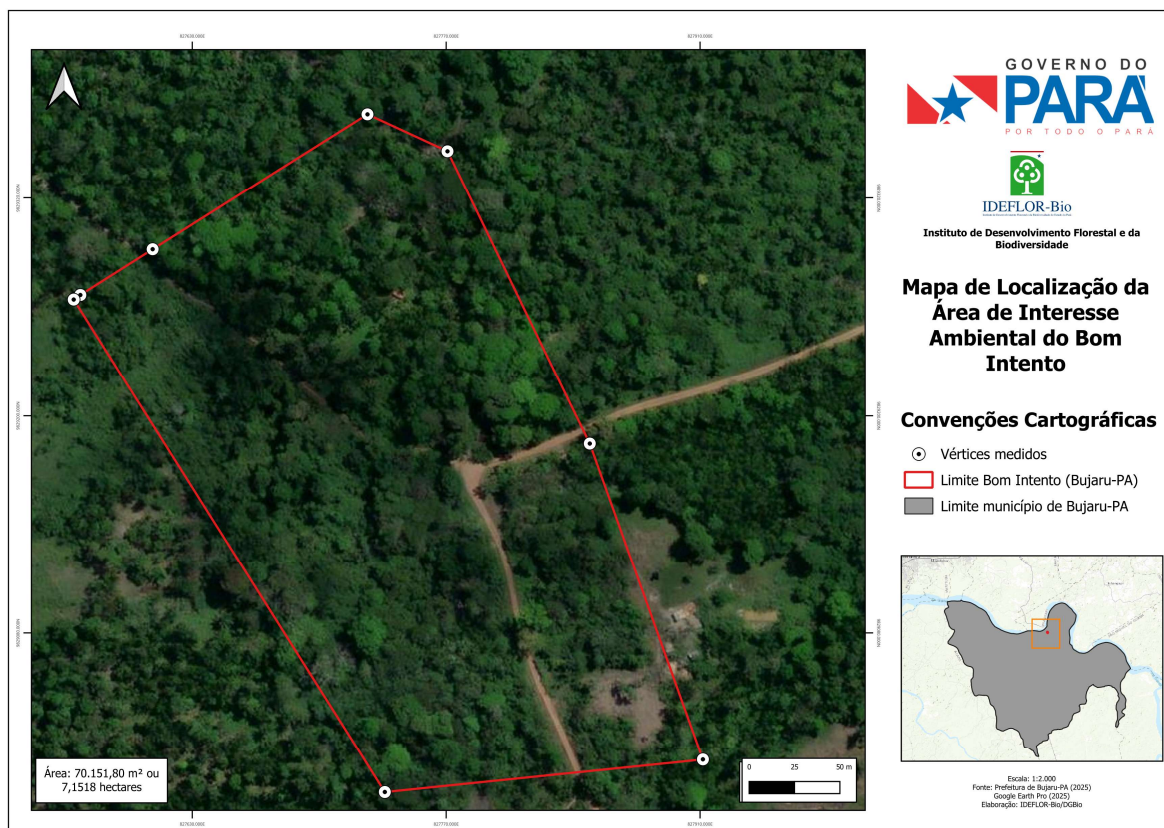
os órgãos executores e os órgãos de apoio direto à gestão de unidades de conservação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC) poderão receber recursos, financiamentos ou doações de qualquer natureza, nacionais ou internacionais, com ou sem encargos, provenientes de organizações privadas ou públicas ou de pessoas físicas que desejarem colaborar com a sua proteção, preservação e recuperação. E os recursos deverão ser utilizados, prioritariamente, para criação, implementação, gestão e manutenção das unidades de conservação, inclusive construção de estruturas físicas necessárias ao seu funcionamento. Mas que os recursos de que trata o caput deste artigo não se referem aos recursos provenientes de compensação ambiental, que deverão observar atos normativos específicos. E que os recursos destinados às Unidades de Conservação de Uso Sustentável serão aplicados de acordo com a legislação específica e critérios estabelecidos a partir de seu plano de gestão. E a estratégia financeira da unidade de conservação deverá estabelecer até 50% (cinquenta por cento) e não menos que 25% (vinte e cinco por cento), na sua implementação, manutenção e gestão (Lei 10.306/2023, arts. 46, 69, Incisos I a VIII, art. 70 § 1º e 2º e art. 71).

## 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 4.2.1 Acesso, Tamanho e Localização

A área proposta para criação da Unidade de Conservação da Natureza Municipal, de interesse ambiental, histórico e cultural ruínas do Engenho Bom Intento está situada dentro da Gleba Estadual Bom Intento, faz parte da zona rural do município de Bujaru, aproximadamente 2,5 quilômetros do centro urbano, Região de Integração Rio Capim, Mesorregião Metropolitana de Belém e Microrregião de Castanhal. Com o tamanho de 7,0152 (sete hectares, um are e 52 centiares), localiza-se sob 7 (sete) pontos de coordenadas geográficas 01° 32' 30.19" S e 48° 03' 18.17" W; 01° 32' 30.85" S e 48° 03' 16.74" W; 01° 32' 36.10" S e 48° 03' 14.20" W; 01° 32' 41.78" S e 48° 03' 12.18" W; 01° 32' 42.36" S e 48° 03' 17.84" W; 01° 32' 33.52" S e 48° 03' 23.40" W; 01° 32' 33.44" S e 48° 03' 23.28" W.

Figura 17: Mapa de Localização da Área Proposta para criação de UC municipal.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024. Elaboração, DGBio/ IDEFLOR-Bio, 2025.

A área em questão apresenta um bosque de vegetação nativa em alto grau de recuperação, além da presença de cursos d'água e nascentes, o que caracteriza a área como Área de Preservação Permanente (APP). Tais características fazem com que as ruínas do Engenho Bom Intento seja um polo de biodiversidade na região, como mostrado por Silva, 2022, ao comparar a diversidade de fungos da família Polyporales em duas áreas do município de Bujaru, Bom Intento e Sítio Corrêa, onde Sítio Corrêa apresentou aproximadamente 15 (quinze) espécies em comparação com Bom Intento, o qual apresentou 21 espécies, destas, 1 (uma) é o primeiro registro da espécie no Pará.

A origem do engenho Bom Intento remete ao início da ocupação do território do atual município de Bujaru, quando por volta do Séc. XVII Frades Carmelitas, utilizando de mão de obra escravizada vinda da Guiné-Bissau, ergueram uma capela e um engenho de cana-de-açúcar para a produção de aguardente e outros derivados da cana, além de mel, extração de madeira e produção de arroz (Nascimento, 2024). O engenho se tornou importante na região, e já no Século XIX, contava com 250 léguas de extensão, forte presença de posseiros e escravizados. Vale ressaltar que a região de confluência dos rios Capim e Guamá eram

repletas de engenhos de cana-de-açúcar e arroz, onde se concentrava uma grande população cativa presente nas fazendas. De acordo com Vicente Salles (1971), a bacia do rio Capim fazia parte de uma das zonas canavieiras do Pará no Século XIX, possuindo numerosos engenhos reais para a fabricação do mel-de-cana, garapa e cachaça.

O engenho do Bom Intento também possui estreita ligação com um dos episódios mais importantes da história paraense, a revolta da cabanagem, quando durante o movimento a propriedade foi alvo de ocupação dos cabanos e disputa pelas tropas repressoras, servindo de base para cercar os cabanos durante a repressão (Nascimento, 2024).

Atualmente, a área da antiga Fazenda Boa Intento, hoje em ruínas se encontra “abandonada” a aproximadamente 100 (cem) anos, abrigando agora uma floresta secundária em processo de recuperação e as ruínas das construções da capela e do engenho. Devido a sua importância histórica e ambiental, a área tornou-se um destino turístico dentro de Bujaru, atraindo visitantes de Bujaru e de diversos outros municípios.

Foi observado pela nossa equipe que, além dos turistas, as ruínas também atraem exploradores que buscam artefatos históricos que acreditam ainda estar soterradas sob as ruínas do antigo engenho, tais como ferramentas, peças de ferro e bronze utilizadas durante o funcionamento do engenho, materiais escravocratas, louças e até moedas e joias, tesouros que podem ter sido abandonados, como relatado nas narrativas orais que permeiam o imaginário bujaruense (Nascimento, 2021).

Dada a notória importância histórica do antigo Engenho Bom Intento, e o já publicado trabalho denominado “Engenhos do Pará”, de autoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que reúne informações dos engenhos de cana-de-açúcar implantados na região amazônica, foi solicitado ao IPHAN por meio do ofício nº 605/2025-DGBio/GAB/PRESI/IDEFLOR-Bio de 24/11/2025, informações sobre a realização de pesquisas a respeito do Engenho Bom Intento, bem como os procedimentos necessários para a realização de pesquisas de caráter arqueológico na área de interesse junto ao IPHAN.

Em resposta, o IPHAN, por meio do Ofício nº 335/2026 de 01 de abril de 2026, Processo nº 01492.000690/2025-31, informa ao IDEFLOR-Bio que não foi identificado processo específico, físico ou digital, referente ao Engenho Bom Intento, no município de Bujaru/PA, mas foram localizadas referências ao referido sítio em outros processos administrativos, associadas a pesquisas desenvolvidas pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), o qual sugere que o interessado seja orientado a buscar informações junto ao Setor

de Arqueologia da mencionada instituição acerca das pesquisas realizadas na área do referido engenho.

#### **4.2.2 Comunidades do Entorno: Bom Intento, Itabira e Conceição.**

O levantamento de informações de campo das ruínas do Engenho Bom Intento e comunidades adjacentes, Itabira e Conceição, confrontantes à área delimitada para a criação da Unidade de Conservação Municipal no município de Bujaru, se deu no período de 18 a 22 de agosto de 2025, nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição, zona rural do município de Bujaru. Para a coleta de informações em campo sobre as comunidades, foi organizado previamente o formulário socioeconômico, de infraestrutura, saneamento básico e da situação fundiária. Foi também visitada a área e entorno para reconhecimento espacial e social, além de ter sido realizada reunião com técnicos ambientais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), onde foi possível coletar informações a fim de se ter o perfil socioeconômico dos moradores dessas áreas e um panorama socioambiental prévio sobre o Engenho Bom Intento e comunidades adjacentes. A partir dessas informações foi traçada a logística para a semana de aplicação dos formulários, treinada a equipe de campo e aplicado o formulário de 05 (cinco) folhas com os moradores das residências das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição, por meio de (08) oito agentes, entre técnicos do IDEFLOR-Bio e SEMMA, além de registro fotográfico, registro de GPS e conversas informais com os técnicos da SEMMA. Todos os dados foram tabulados e transformados em figuras, mapas, gráficos, quadros e textos.

A partir das informações coletadas foi possível organizar o quadro abaixo com os nomes das comunidades, residências acessadas e população da pesquisa. Durante o período foram aplicados formulários em 31 residências, sendo 12 (doze) na comunidade denominada Bom Intento, com uma população de pesquisa de 30 (trinta) pessoas, 08 (oito) na comunidade Itabira, com uma população de pesquisa de 33 pessoas e 11 (onze) formulários aplicados na comunidade denominada de Conceição do Guamá, com uma população de Pesquisa de 46 pessoas, totalizando a população pesquisada de 109 pessoas.

Apesar de serem três comunidades diferentes e relativamente distante umas das outras, cerca de 5 km (cinco quilômetros), elas estão conectadas por se localizarem no interior da área da antiga fazenda Bom Intento, e por ainda utilizarem o local do antigo engenho, seja para o extrativismo de cacau e açaí, seja para lazer.

Quadro 9: Informações Gerais sobre as edificações das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.

Comunidade	Residências Entrevistadas	População da Pesquisa
Bom Intento	12	30
Itabira	08	33
Conceição	11	46
Total	31	109

Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

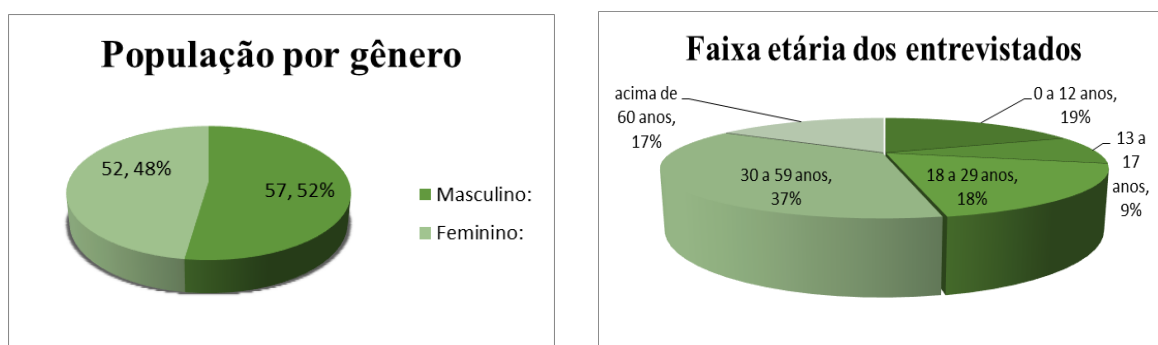
#### 4.2.3 População: Gênero, Faixa Etária, Estado Civil e Religião

Referente à população, a partir da aplicação dos formulários foi possível identificar o perfil dos moradores das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição, assim identificadas, nas variáveis de gênero, faixa etária, estado civil e religião.

##### 4.2.3.1 Gênero e Faixa Etária

Segundo os dados levantados, as residências são constituídas por moradores de 48% (52) de mulheres e 52% (57) do sexo masculino.

Gráfico 40: População por gênero e faixa etária dos moradores das comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.



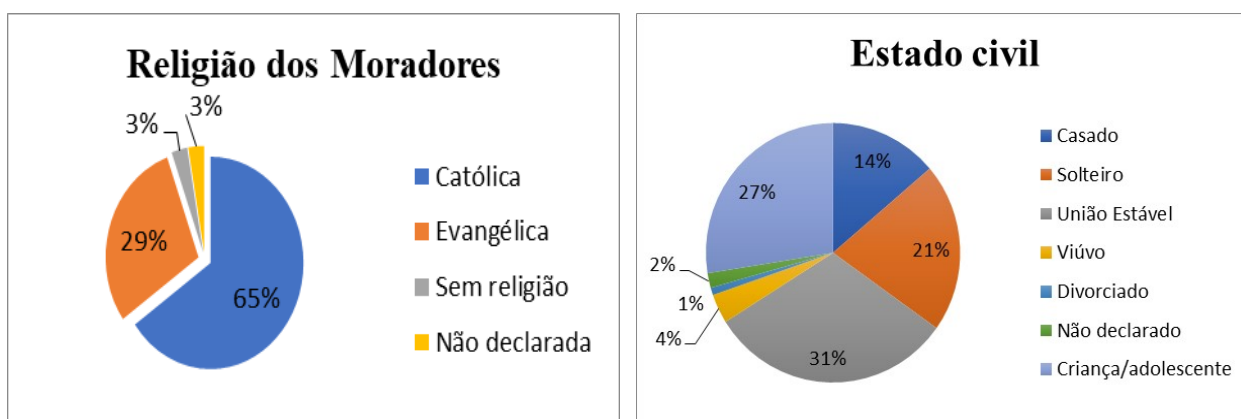
Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

E a faixa etária constituída de 37% (40) de adultos, com idade entre 30 e 59 anos, 19% (21) de crianças, com idade de 0 a 12 anos, 18% (20) de jovens com idade entre 18 e 29 anos, 09% (10) compõem a faixa etária de adolescentes com idade entre 13 e 17 anos e 17% (18) com idade a partir de 60 anos. Observa-se que são comunidades com maioria da população constituída de adultos, porém com forte presença de jovens e idosos.

#### 4.2.3.2 Estado Civil e Religião

Para a análise do estado civil dos moradores das comunidades adjacentes às ruínas do Engenho Bom Intento foi desconsiderada a população de 0 a 17 anos, as quais foram classificadas como “criança/adolescente” 27% (30) crianças e adolescentes abaixo de 17 anos, e consideramos o estado civil somente da população com idade acima de 18 anos. Por isso, conforme o gráfico 40, abaixo podemos inferir que 31% (34), dos entrevistados, se encontram em uma união estável, seguido de 21% (23) solteiros, 14% (15) de casados, 4% (4) se declarou viúvos, 1% (1) de divorciados, sendo que 2% (2) não declarou.

Gráfico 41: Estado Civil e Religião dos moradores das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Referente à religião, os dados apontam que a maioria pertence à religião católica, conforme gráfico (41) acima, 65% (71) afirmaram ser católicos, enquanto 29% (32) se declaram evangélicos e 3% (10) cada um se declararam sem religião ou não informaram, respectivamente.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2023, apresenta o crescimento dos estabelecimentos religiosos nos últimos 20 anos, onde no ano de 2021, 52% dos estabelecimentos eram evangélicos pentecostais e neopentecostais, seguido de 19% de evangélicos tradicionais e 11% de católicos. Vale ressaltar que esse crescimento se pulveriza em todo o território brasileiro, principalmente no interior do país, representando uma mudança significativa em relação ao crescimento anterior que se concentrava nas grandes cidades. O estudo também cita, a partir de dados do IBGE (2010) de que no ano 2000 a população evangélica era constituída de 15,4% e no ano de 2010, quase dobrou, representado por 22,2%. Apesar deste crescimento da comunidade evangélica no Brasil, o município de

Bujaru ainda mantém uma forte tradição católica, com 77% (19.907) da população católica, contra 19% (4.996) evangélicos, entre pentecostais, missionários, testemunhas de Jeová e não determinados. O restante divide-se entre sem religião, 3% (706), e não determinado, 1% (85).

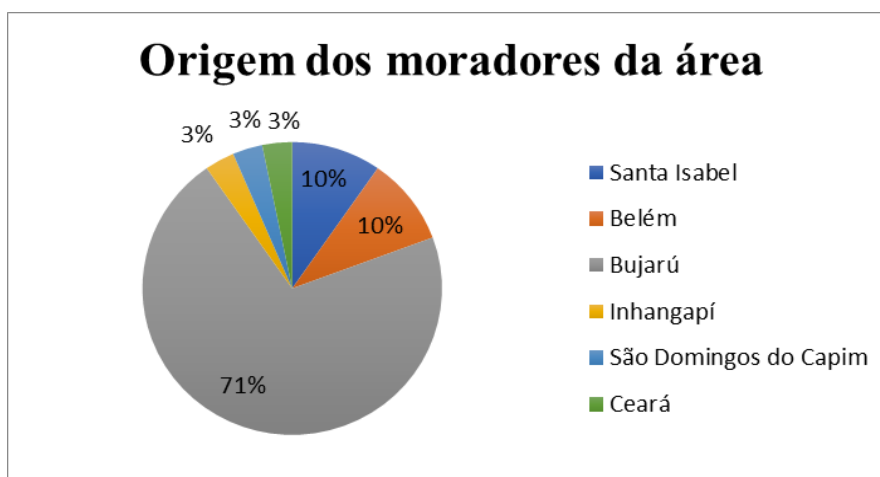
Esta resistência católica pode ser reflexo da forte influência de frades Carmelitas desde a fundação de Bujaru, quando se estabeleceram na região e construíram convento e engenhos de cana-de-açúcar.

#### 4.2.4 Padrão de Ocupação: Origem dos Moradores, Tempo de Residência na Área, Pretensão de Mudar e Relações Sociais de Vizinhaça

##### 4.2.4.1 Origem dos Moradores

A origem dos 31 moradores entrevistados nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição advém majoritariamente do próprio município de Bujaru, outros 04 (quatro) municípios do estado do Pará foram citados e (01) um citou o estado do Ceará. Podemos observar no gráfico (42) abaixo que os municípios de origem relatados são: Bujaru (71%, 22), Santa Isabel e Belém (10%, 3 cada), São Domingos do Capim e Inhangapí (3%, 1 cada), e o estado do Ceará (3%, 1). Muitos dos moradores são nascidos e criados na área do Bom Intento, enquanto outros relataram a busca por melhor qualidade de vida.

Gráfico 42: Origem dos moradores das comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.

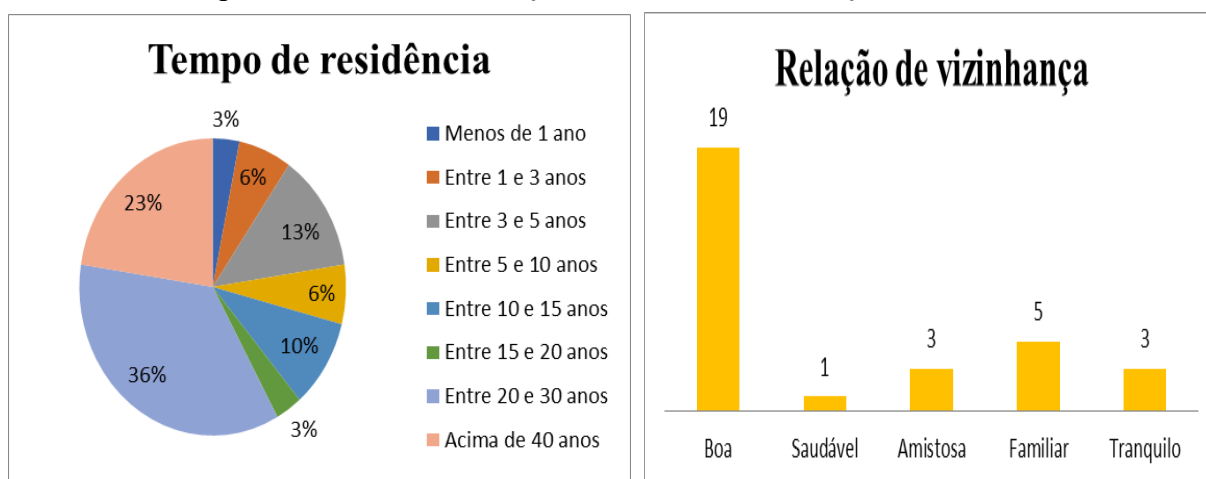


Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.2.4.2 Tempo de Residência, Pretensão de Mudar e Relações Sociais de Vizinhaça

O tempo de residência dos moradores no local, ficou assim demonstrado no gráfico 43, abaixo, 3% (01) declarou ter menos de um ano, 6% (02) entre 1 e 3 anos, 13% (04) declararam residir local de 3 a 5 anos, também 06% (02) informaram que se encontram no local entre 5 e 10 anos, 10% (03) declararam está no local entre 10 e 15 anos, também 3% (1) afirmaram residir no local entre 15 e 20 anos, a maior parte, 36% (11) dos entrevistados, informaram residir no local entre 20 e 30 e 23% (07) residem no local a mais de 40 anos. E perguntado sobre a pretensão de se mudar do local, apenas 01 (um) entrevistado não soube responder sobre pretensão de se mudar do local.

Gráfico 43: Tempo de Residência e Relações Sociais de Vizinhaça.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Foi incluída na pesquisa a pergunta sobre a relação de vizinhaça para podermos mensurar possíveis conflitos existentes na área. Mas das respostas relatadas, 61% (19) consideram boa a relação de vizinhaça, e ainda 16% (05) dos entrevistados fizeram referência às relações familiares, 6% (02) responderam não haver problemas nas relações com os vizinhos, enquanto relações saudáveis e tranquilas apresentaram 3% (1) cada, e 10% (03) afirmaram manter uma relação amistosa com os vizinhos.

## 4.2.5 Aspectos Sociais: Educação, Saúde, Segurança Alimentar, Organização Social, Violência e Problemas Citados

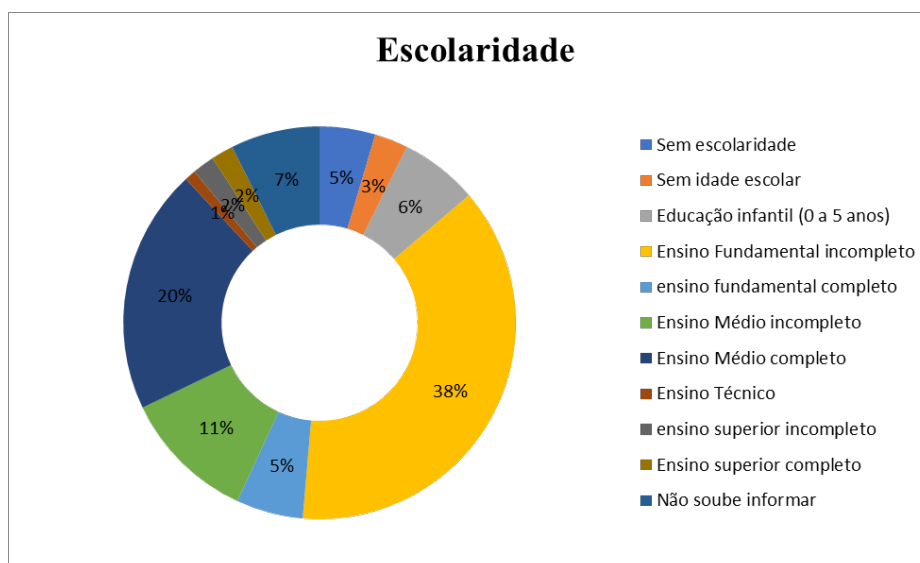
### 4.2.5.1 Educação

A educação no Brasil se estrutura em dois níveis, a educação básica e a educação superior. A Educação Básica é constituída por três etapas, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação infantil é destinada às crianças de 0 a 5 anos, o ensino fundamental é composto por 09 (nove) anos e o ensino médio por (03) três anos e tem por objetivo preparar o aluno a entrar no curso superior.

Segundo o INEP, no município de Bujaru existem 67 escolas, sendo 64 Escolas Municipais entre Creches, Ensino Infantil e Ensino Fundamental, destas, 56 encontram-se na Zona Rural e 08 (oito) na Zona Urbana. E ainda 03 (três) Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio, sendo 02 (duas) na Zona Rural e 01 (uma) na Zona Urbana.

Dos dados coletados nas comunidades do Bom Intento, Itabira e Conceição referente à escolaridade dos moradores, foi possível inferir que 5% (05) não frequentaram a escola, 3% (03) são crianças que ainda não entraram na idade escolar, 6% (7) encontram-se na Educação Infantil, 38% (41) possuem o Ensino Fundamental Incompleto, enquanto apenas 5% (6) completaram o Ensino fundamental. No ensino médio as estatísticas invertem, tendo 11% (12) dos entrevistados com o ensino médio incompleto e 20% (22) possuem o ensino médio completo. Onde, 1% (1) dos entrevistados apresentou ensino técnico, Ensino Superior completo e ensino superior incompleto apresentaram 2% (2) cada, e 7% (8) não informaram grau de escolaridade, conforme podemos observar no gráfico 44, abaixo.

Gráfico 44: Escolaridade dos moradores de Bom Intento, Conceição e Itabira.



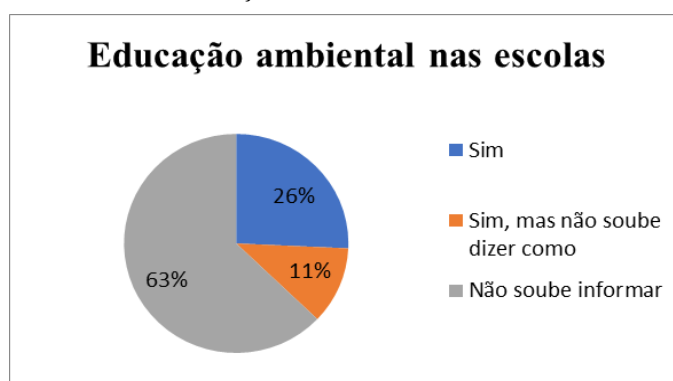
Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Dentro das Comunidades Bom Intento e Itabira não existe escola, portanto os estudantes residentes nestas comunidades estudam em escolas na sede do município de Bujaru, havendo apenas uma Escola de Ensino Fundamental na Comunidade Conceição. Dos 37 moradores que se encontram estudando, foi feita a referência das seguintes escolas frequentadas, sendo uma delas na comunidade Conceição: Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Conceição, e as demais localizadas na cidade, sendo elas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Ângelo Frosi, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dom Mário de Miranda Vilas Boas, Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Isabel Braga de Sousa e Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cantinho do Saber. Isso remete para a importância dessas escolas serem convidadas a participarem da Consulta Pública por meio de seus representantes e conhecerem a proposta de criação da Unidade de Conservação Municipal a ser criada, assim como se envolver no desenvolvimento de projetos com os alunos na área.

### *Educação Ambiental*

Referente à abordagem sobre a Educação Ambiental nas escolas, a margem de erro deve ser considerada, haja vista que a pergunta foi realizada para os 31 entrevistados, e nem sempre este tem conhecimento específico. Entretanto, é possível afirmar que existe a Educação Ambiental nas escolas de Bujaru, considerando que 37% (13) dos entrevistados responderam que sim, apesar destes, 11% (4) não saberem informar como a educação ambiental é abordada e 63% (22) não souberam informar. Quando perguntado de que forma é abordada, as respostas foram por meio de disciplinas, “abordado em sala de aula”, aulas práticas e teóricas, atividades externas, ações e eventos de conscientização, tal como o tema “educação ambiental” e abordado no desfile em comemoração à independência de 7 de setembro.

Gráfico 45: Educação Ambiental nas Escolas.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

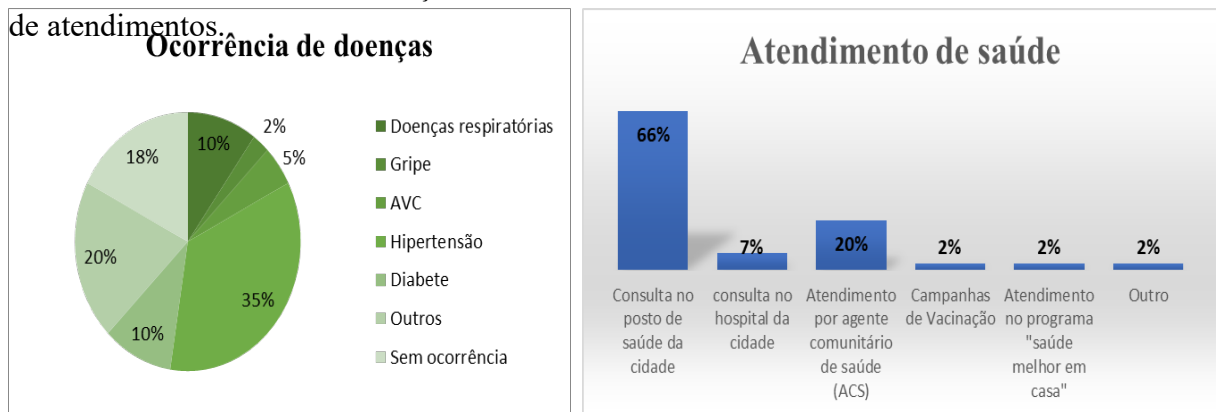
Vale ressaltar que o Governo do Estado do Pará publicou a Lei nº 9.981, de 6 de julho de 2023 que Institui a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), com o objetivo de “implementar ações e práticas educativas na educação básica, voltadas para a defesa da preservação do meio ambiente”, onde entre as finalidades está a de “formar cidadãos conscientes e críticos, fortalecendo práticas cidadãs voltadas para a sustentabilidade ambiental (...) desenvolver habilidades focadas na preservação e sustentabilidade do meio ambiente (...)”, assim como prever no Art.5º que

a SEDUC poderá ofertar referencial curricular, materiais digitais para professores e estudantes, e formação online para as redes municipais. E versa, ainda, no Parágrafo Único que “a inclusão na matriz curricular dos municípios da disciplina de Educação Ambiental poderá ser considerada como fator de ponderação na distribuição de recursos a serem destinados aos municípios pelo Estado do Pará, conforme diretrizes a serem regulamentadas pelo Poder Executivo. (Lei nº 9.981/2023, art. 5º).

#### 4.2.5.2 Saúde

A partir da aplicação de formulários foi possível demonstrar os dados abaixo (gráfico 46) sobre a ocorrência de doenças e os locais de atendimentos de saúde para os moradores das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição. Foi interessante observar que 35% (14) entrevistados confirmaram a ocorrência de hipertensão, enquanto doenças respiratórias e diabetes foram relatadas por 10 % (4) dos entrevistados cada, 5% (02) relatou ter histórico de AVC e 2% (1) relatou a ocorrência de gripe, 20% (8) relataram a ocorrência de outras doenças, tais como deficiência cognitiva, reumatismo, dengue e hanseníase, e 18% (7) afirmaram não haver a ocorrência de doenças.

Gráfico 46: Ocorrência de doenças na família e locais de atendimentos.



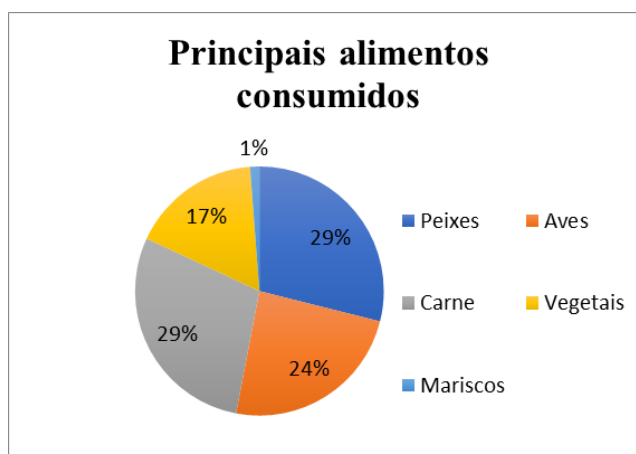
Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Os locais de atendimento à saúde foram respondidos da seguinte maneira: 66% (29) responderam que são atendidos no Posto de Saúde na sede do município, 20% (9) recebem atendimento dos agentes comunitários de saúde (ACS), 7% (3) dos entrevistados se consultam no hospital municipal, também na sede do município, e campanhas de vacinação, atendimentos pelo programa “saúde melhor em casa” e outras formas de atendimento foram relatadas por 2% (1) dos moradores, cada.

#### 4.2.5.3 Segurança Alimentar

Referente à alimentação consumida, mais especificamente pelo tipo de proteínas, os entrevistados responderam que 29% (24) consomem peixes e carne, cada uma, seguida de 24% (20) de aves, acompanhado de vegetais de 17% (14) e apenas 1% (1) relatou o consumo de mariscos. Vale ressaltar que além da combinação de feijão com arroz, o açaí foi amplamente citado como produto vegetal consumido. Perguntado onde eram realizadas as compras e como não existe comércio em nenhuma das três comunidades, todos foram unânimes em responder que realizam as suas compras em supermercados da cidade.

Gráfico 47: Tipo de alimentação consumida pelos moradores das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

É digno de nota registrar que o Governo Federal criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) por meio da Lei 11.346/2006, cujo art. 2º versa que

a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Em 2010, o Decreto 7.272/2010 regulamentou essa Lei e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional.

E em fevereiro de 2025 foi aprovado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, onde apresenta dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) referente ao 4º tri-2023 mostrando que 72,4% dos domicílios do país estavam em situação de segurança alimentar e nutricional, mas que 4,1% (3,2 milhões) viviam em insegurança alimentar grave. E que a fome é mais acentuada no rural (5,5%) que no urbano (3,9%). Mas, que em números absolutos, dos 3,2 milhões de domicílios em insegurança alimentar grave, 84% estão nos espaços urbanos, 37% localizados nas regiões metropolitanas e 47% em áreas urbanas não-metropolitanas. E que as regiões Norte e Nordeste apresentam os índices mais elevados de insegurança alimentar grave, com 7,7% e 6,2% de seus domicílios, respectivamente. O Plano analisa que a territorialização da fome impõe um duplo desafio. Por um lado, do total de 3,2 milhões de domicílios em situação de fome, mais de 70% estão concentrados nas regiões Nordeste e Sudeste, um resultado que combina fatores relacionados à alta densidade demográfica das grandes cidades com a prevalência de insegurança alimentar. Por outro lado, a região Norte concentra os piores índices de insegurança grave no país: 11,8% no rural e 6,8% no urbano. Tais percentuais são mais altos que os registrados em todas as demais regiões, querem nas áreas rurais, quer nas urbanas, e assinalam a necessidade de formular estratégias específicas para o enfrentamento da fome no contexto amazônico.

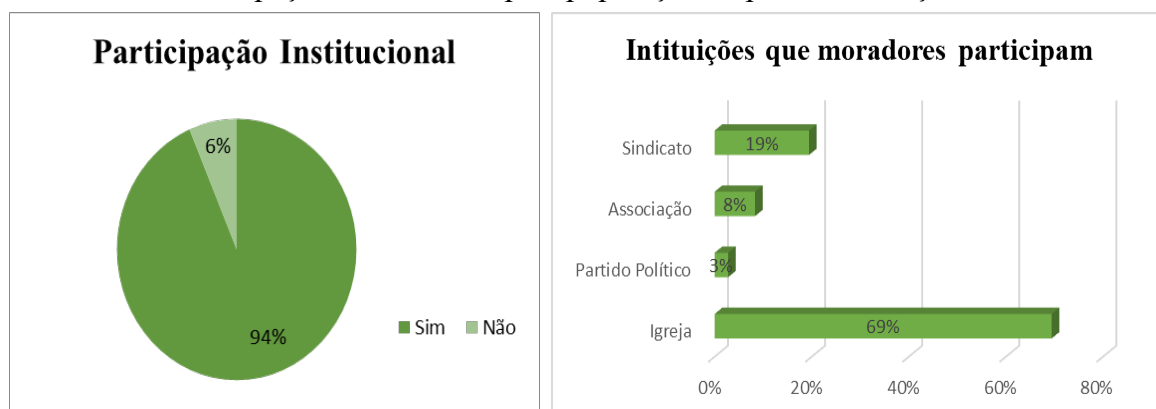
Vale ressaltar que no município de Bujaru, o órgão responsável por essa política é a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social. O município aderiu em 2017 ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, passando a elaborar o I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PLAMSAN, orientando sua construção de forma intersetorial de acordo com o Art. 20 do Decreto nº 7.272/2010. O PLAMSAN contém análise da situação da segurança alimentar e nutricional municipal; as prioridades a serem desenvolvidas no âmbito dos programas de SAN; e definição de indicadores de SAN a serem monitorados, assim como os mecanismos de monitoramento e avaliação do plano (PLAMSAN Bujaru / 2022 – 2025).

#### 4.2.5.4 Organização Social

A participação social dos moradores das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição são mais voltadas para participação em igrejas católicas e evangélicas, com predominância em participação em igrejas católicas. Perguntado se o morador participava de alguma organização social, 94% (29) responderam que sim, que participa, enquanto 6% (02) responderam que não participa.

Perguntado sobre o tipo de instituições que participavam 94% (29) responderam que participam, onde, 69% (25) responderam que participam de igrejas, 19% (07) de sindicatos, 8% (3) participa de associações e 3% (01) participam de partidos políticos. Vale ressaltar que 7 entrevistados afirmaram participar de mais de uma instituição simultaneamente.

Gráfico 48: Participação Institucional pela população e tipo de Instituição.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

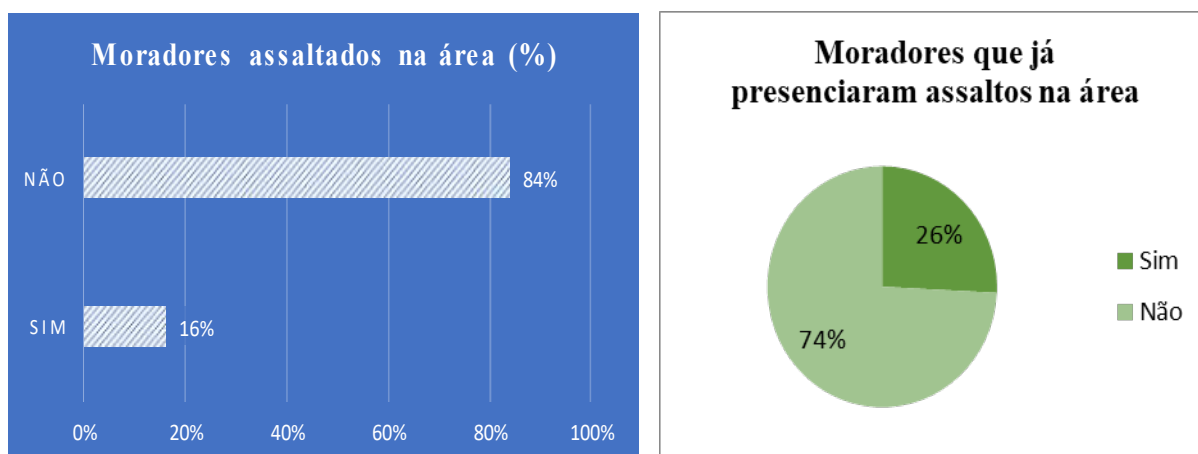
Durante as entrevistas foi mencionada mais de uma vez a existência de uma associação de moradores na comunidade Itabira, a Associação Agrícola dos Trabalhadores Rurais do Itabira, porém a associação se encontra inativa acerca de cinco anos. Esses dados remetem para a necessidade de construir lideranças e controle social nas comunidades no entorno da área proposta, para que, entre outras ações, possam capitalizar serviços e políticas públicas para as comunidades e para que venham a participar da criação, implementação e gestão da Unidade de Conservação a ser criada legalmente.

#### 4.2.5.5 Violência

Visando avaliar o nível de violência nas comunidades, perguntamos aos moradores se já haviam sido assaltados ou se já haviam presenciado algum assalto na área. A partir dos dados levantados verificamos que 84% (26) responderam que nunca ocorreu e 16% (05)

respondeu que sim. Questionados se já haviam presenciado algum assalto na área, 74% (23) responderam que não haviam presenciado e 26% (08) respondeu que sim, que já haviam presenciado.

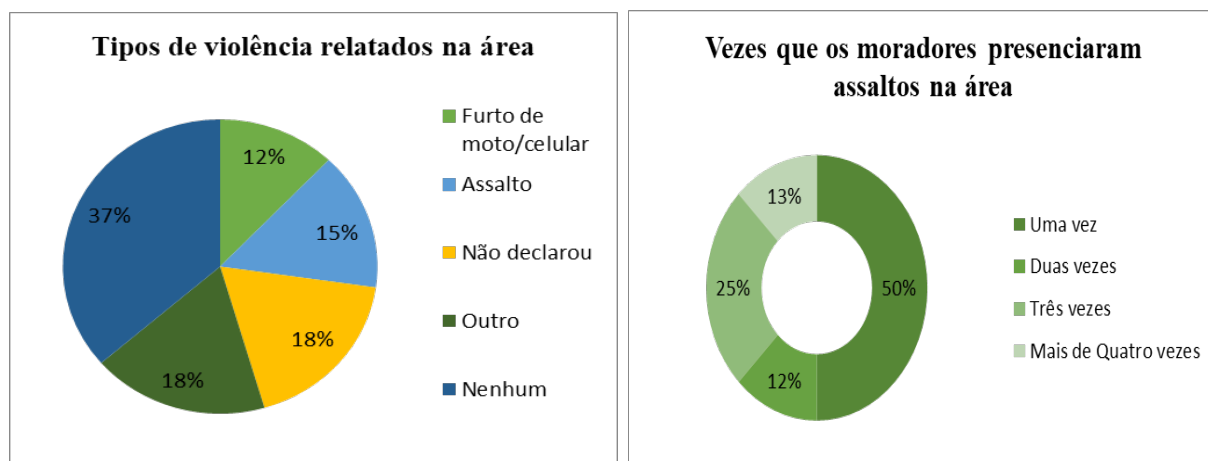
Gráfico 49: Moradores que foram assaltados ou que presenciaram assalto nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Ainda na temática de segurança pública, no segundo bloco de perguntas do formulário aplicado com os moradores, verificou-se que, dos quais responderam já ter tido presenciado um assalto (08), 50% (04) presenciaram assaltos na área apenas uma vez, 12% (01) afirmou ter presenciado duas vezes, 25% (02) presenciou três vezes e 13% (01) presenciaram mais de quatro vezes.

Gráfico 50: Número de vezes que presenciaram assalto e tipos de violência nas áreas de Bom Intento, Itabira e Conceição.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Por fim foram perguntados quais os tipos de violência vivenciada na área e a pesquisa obteve cinco respostas, quais foram, 37% (12) responderam que não veem nenhum tipo de violência, 15% (05) responderam assaltos, 12% (04) relataram furtos de moto e celular e 18% (06) cada um não declararam e relataram outros tipos de violência. Destes outros tipos de violência relatados pelos moradores das comunidades é possível citar brigas familiares, maus tratos de animais, furto de ferramentas e eletrodomésticos, invasão domiciliar e abuso sexual. Os moradores também relataram ausência de policiamento na localidade.

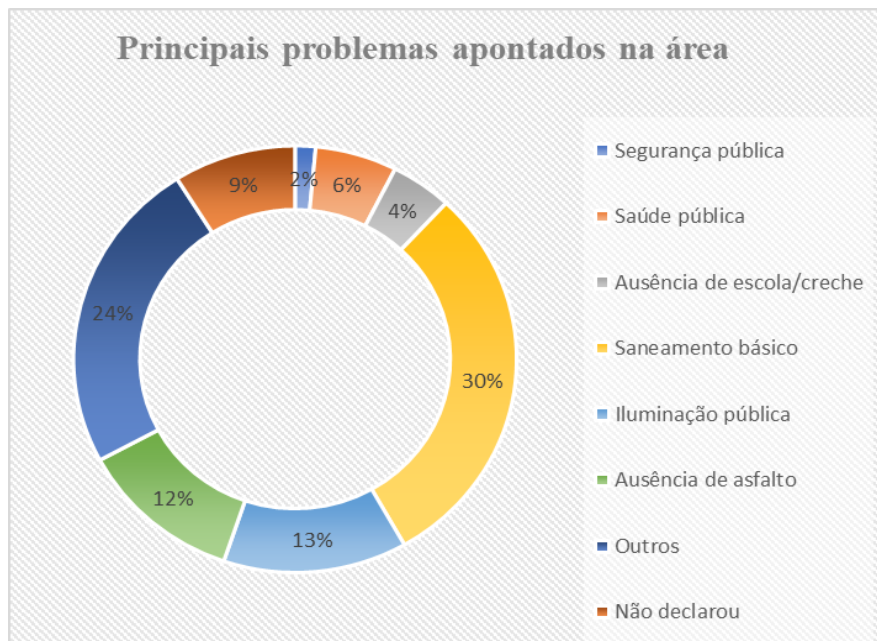
Importante registrar que segundo dados da Cartografia da Violência na Amazônia, 2024, no triênio de 2021 a 2023 o estado do Pará apresentou altas taxas de Mortes Violentas Intencionais (MVI), chegando a 32,8 mortes por grupo de 100 mil habitantes em 2023, ainda que isso represente uma queda de 11,8% em relação ao ano anterior. Das 10 cidades mais violentas do Pará no triênio 2021/2023 Cumarú do Norte se encontra em primeiro lugar com taxa de 141,3 e em segundo se encontra Abel Figueiredo com taxa de 115,5.

O estudo aponta, ainda, a presença de facções em 73 municípios do estado do Pará, onde desses, 57 são controlados pelo CV e 05 pelo PCC e 08 municípios convivem com as duas. Vale frisar que dos dezesseis municípios da Região de Integração Rio Capim, apenas 05 se encontram sem a presença das facções, são eles: Capitão Poço, Garrafão do Norte, Irituia, Nova Esperança do Piriá e Ulianópolis.

#### 4.2.5.6 Problemas Citados

Referente aos problemas mais citados pelos moradores das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição, podemos destacar 06 (seis) dificuldades encontradas pelos 31 entrevistados. O primeiro problema apontado por 30% (20) dos entrevistados foi relacionado à ausência de saneamento básico (abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas). A ausência de iluminação pública foi relatada nas três comunidades por 13% (09) dos entrevistados. A ausência de capa asfáltica foi citada por 12% (08) dos moradores. A ineficiência da saúde pública nas comunidades foi relatada por 6% (04) dos entrevistados, em seguida a ausência de escolas e creches aparece com 4% (3) e, finalizando os problemas citados, a ineficiência da segurança pública foi citada por 2% (1) da população, 9% (06) dos entrevistados não declararam problema e na área, e 24% apontaram outros problemas, tais como: ausência de transporte público, falta constante de energia elétrica, ausência de sinal de telefonia móvel e baixa manutenção das pontes e ramais.

Gráfico 51: Principais problemas apontados nas comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Vale ressaltar que a parte do saneamento básico referente à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e que, segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico de Bujaru, a coleta urbana ocorre diariamente nas vias da sede municipal. De acordo com o órgão gestor, cerca de 90% da área urbana tem a coleta regular dos resíduos domésticos. A zona rural não recebe este serviço de coleta de resíduos, nestas comunidades os resíduos domésticos secos são queimados e os resíduos úmidos são enterrados, prática em desacordo com a legislação ambiental vigente (Plano Diretor de Bujaru, 2021).

#### 4.2.6 Aspectos Econômicos: Atividades Econômicas, Renda Familiar, Acesso a Crédito e Outras Fontes

##### 4.2.6.1 Atividades Econômicas

Referente aos aspectos relacionados às atividades econômicas que compõem a renda da população das comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira, podemos visualizar que 47% (17) exercem atividades agrícolas como fonte de renda, das quais pode-se destacar o cultivo de açaí. Onde, 31% (11) declararam serem trabalhadores informais, 5% (02) informaram serem funcionários públicos, enquanto 3% (01) afirmaram ser empregado fixo c/ carteira assinada, a mesma porcentagem vale para empregado fixo sem carteira assinada, e

11% (4) entraram na categoria “outros” devido não exercerem nenhum tipo de atividade por já ter idade avançada, tendo a aposentadoria como única fonte de renda. Vale ressaltar que pelo menos quatro entrevistados afirmaram exercer mais de uma atividade econômica.

Gráfico 52: Atividades que compõem a renda dos moradores das comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.

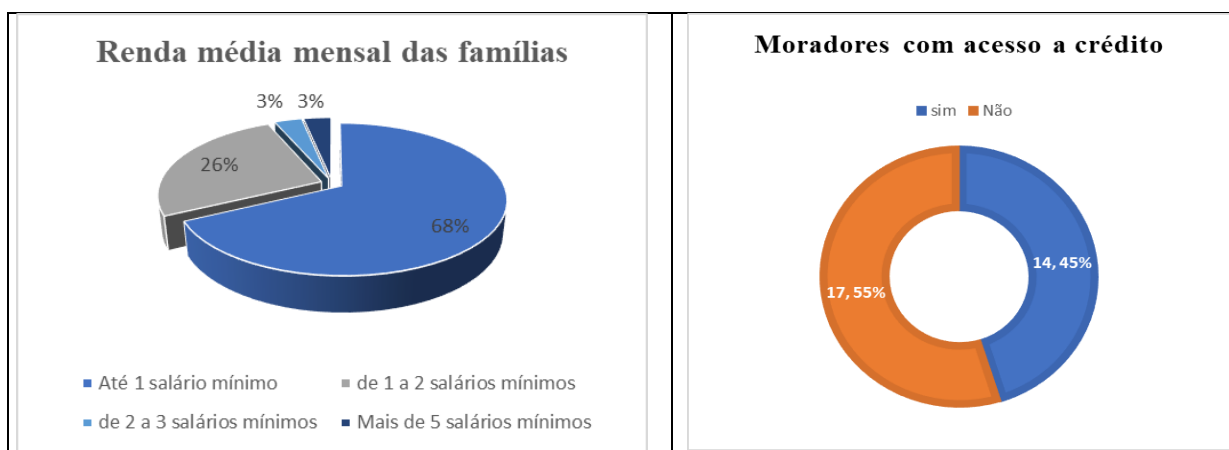


Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.2.6.2 Renda Familiar

A respeito da renda média mensal das famílias das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição, os dados apontam que 68% (21) dos entrevistados apresentaram renda familiar de até um salário-mínimo, vigente na da data da pesquisa no valor de R\$ 1.518,00 (um mil e quinhentos e dezoito reais), 26% (08) declararam renda mensal de 1 até 2 salários, 3% (01) declarou renda de 2 a 3 salários, a mesma porcentagem vale para mais de 5 salários mínimos.

Gráfico 53: Renda Mensal Familiar e Acesso ao Crédito.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

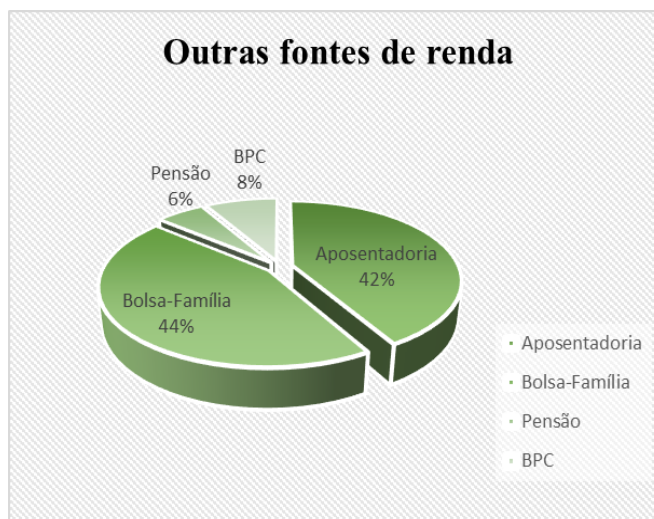
#### 4.2.6.3 Acesso a Crédito

A pesquisa também abordou o acesso dos moradores a créditos e empréstimos, o que pode ser visualizado no gráfico 53 acima, o qual mostra que 55% (17) dos moradores responderam “não” e 45% (14) informaram que “sim”, já haviam tido acesso ao crédito, esse de várias modalidades, entre os quais se destacam, o financiamento, o crédito rural e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) gerido pelo Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA), o qual é voltado para agricultura familiar e pequenas empresas, com prioridade para beneficiários de pequenos e médios empreendimentos.

#### 4.2.6.4 Outras Fontes de Renda

Fazem parte, também, da renda familiar, outras fontes de renda como o Bolsa Família, declarada por 44% (16) dos entrevistados, as aposentadorias, informadas por 42% (15), benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) relatadas por 8% (3), o qual é voltado para idosos sem direito à previdência e pessoas com deficiência que a impeça de ser inserida no mercado de trabalho, e 6% (2) dos entrevistados afirmaram receber pensões como fonte de renda.

Gráfico 54: Aposentadoria, Pensão e Programa Social de Transferências de Renda dos moradores das comunidades Bom Intento, Conceição e Itabira.



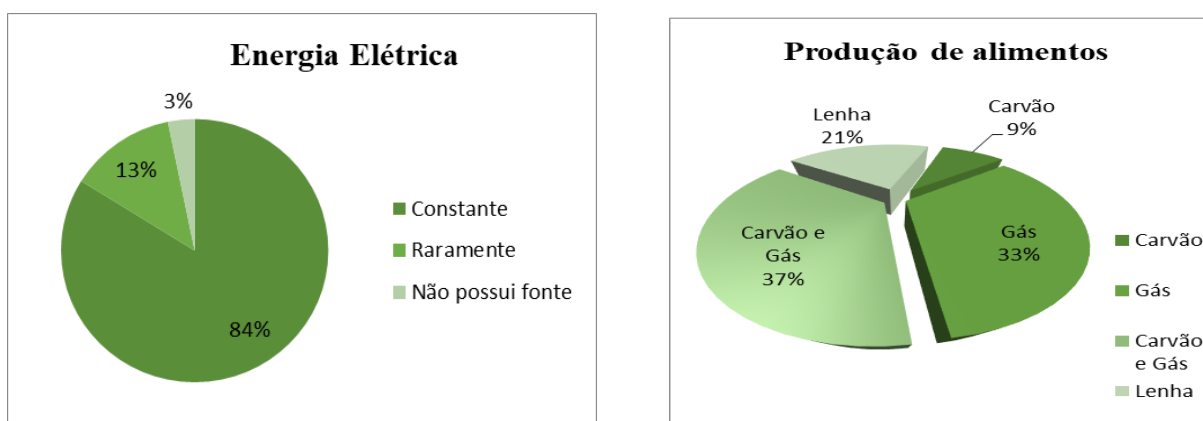
Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

## 4.2.7 Infraestrutura: Energia, Comunicação, Utilização da Área e Propostas de Melhorias

### 4.2.7.1 Fonte de Energia

A fonte de energia para o consumo das residências vem da Empresa Equatorial Energia. Dos 31 entrevistados, apenas um afirmou não ter acesso à energia elétrica. Quanto à qualidade do serviço disponibilizado, 84% (26) dos entrevistados responderam que constantemente há queda de energia, 13% (4) afirmou que raramente há interrupção, e 3% (1) não possui fonte de energia elétrica.

Gráfico 55: Fonte de Energia para as residências das comunidades e para a produção de alimentos.



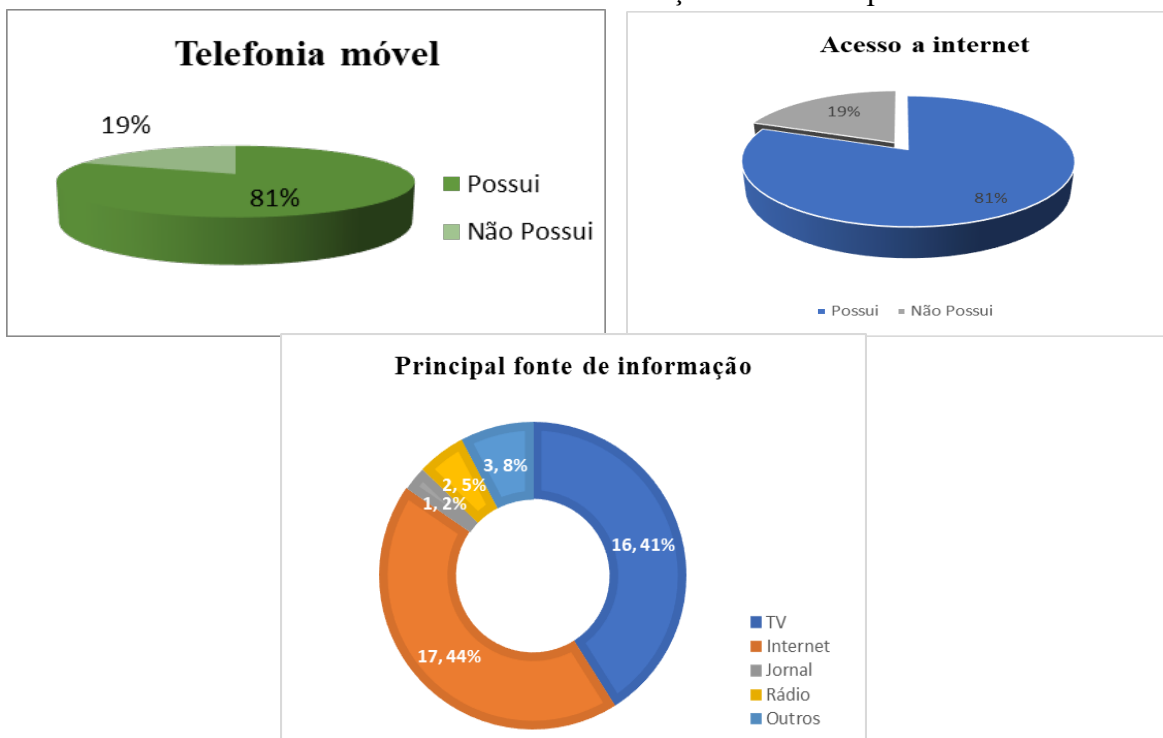
Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Para a produção de alimentos, 37% (11) dos entrevistados responderam que alternam entre carvão e gás, 33% (11) utilizam o gás, 21% (07) responderam que utilizam lenha como combustível, vale ressaltar que a lenha quase sempre aparece em alternância com o gás ou carvão, sendo que apenas três entrevistados afirmaram utilizar apenas a lenha, e 9% (03) afirmaram utilizar apenas carvão na produção de alimentos.

### 4.2.7.2 Comunicação

No item comunicação, 81% (25) dos moradores entrevistados têm acesso à telefonia móvel, e 19% (6) afirmaram não possuir telefonia móvel. Quando perguntados sobre o acesso à internet, as porcentagens se repetem, uma vez que 81% (25) afirmam ter acesso à internet, seja móvel ou fixa (WI-FI) e 19% (6) não possuem acesso à internet.

Gráfico 56: Conexão à Internet e Fontes de Informações utilizadas pelos moradores.



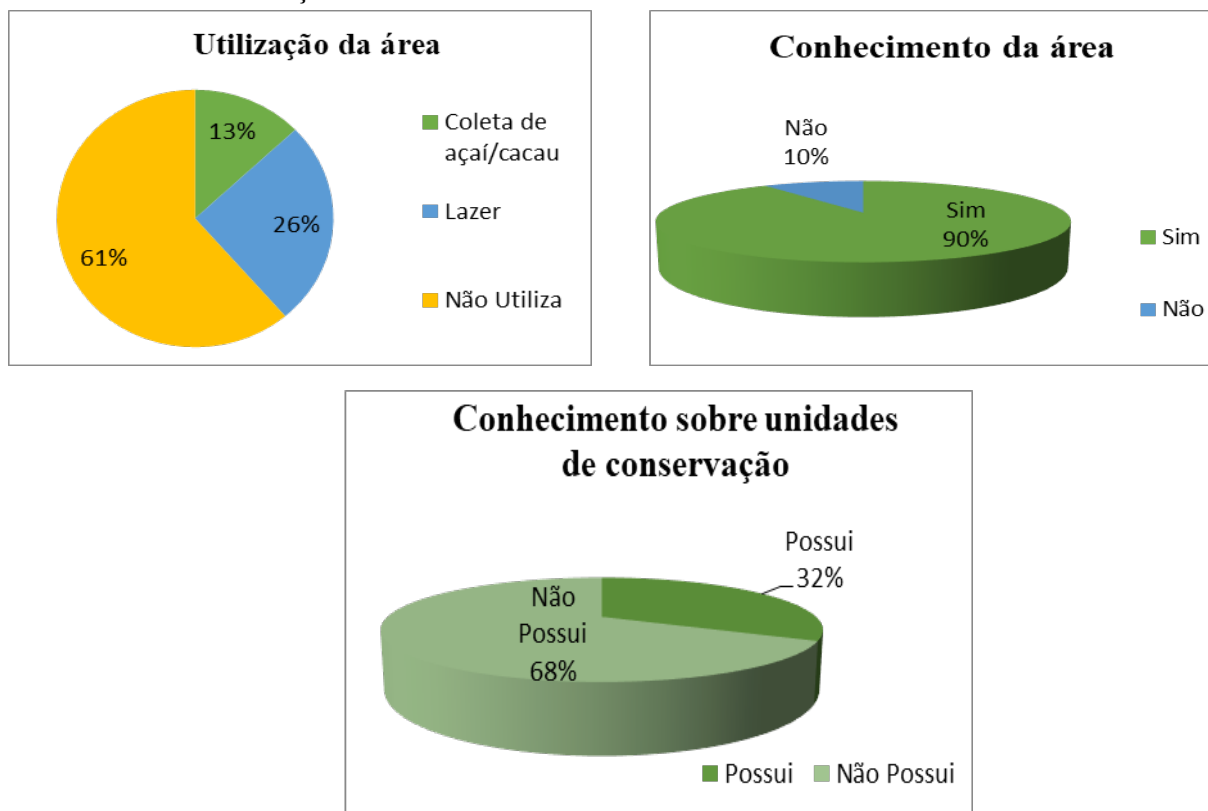
Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Questionados de qual veículo mais acessam informações, 44% (17) responderam que seria da rede mundial de computadores, a internet, e 41% (16) responderam que se informam por meio da televisão. Onde, 8% (3) dos entrevistados se encaixam na categoria outros devido não utilizarem nenhum destes meios de comunicação, tendo como fonte de informações amigos e parentes e 5 % (2) afirmaram utilizar o rádio, assim como e 2% (1) utiliza o jornal impresso como principal fonte de informação.

#### 4.2.7.3 Conhecimento e Utilização da Área

Para obter informações a respeito da área onde será criada a Unidade de Conservação, foram aplicadas três perguntas, uma sobre o conhecimento da área pelos moradores, outra para medir a utilização da área pelos mesmos, e a terceira se eles conheciam sobre Unidade de Conservação.

Gráfico 57: Conhecimento, Utilização da Área e Conhecimento dos moradores sobre Unidades de Conservação.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

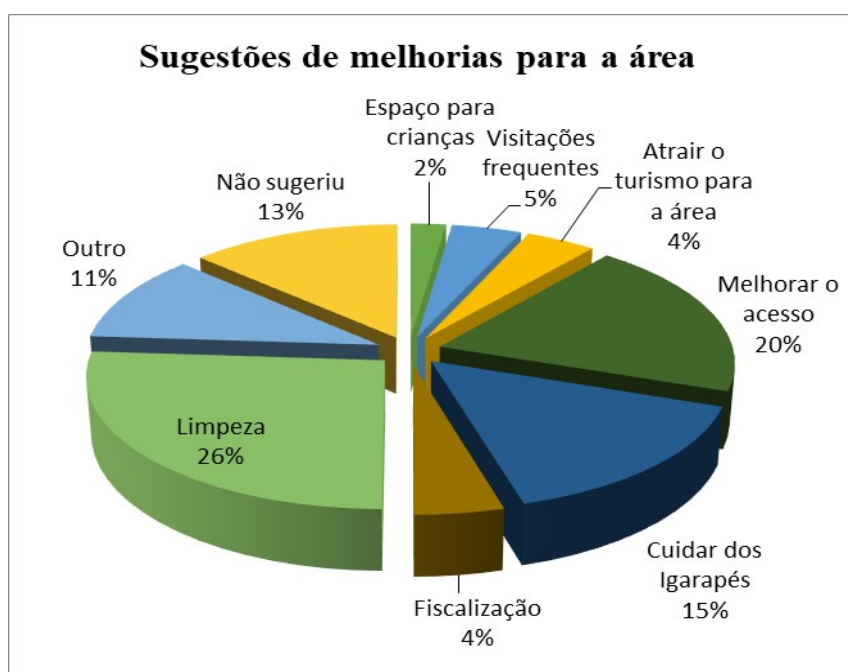
Sobre a primeira pergunta, que se referem ao conhecimento da área, dados do gráfico 57 mostram que 90% (28) conhecem a área e apenas 10% (03) disseram desconhecer. Sobre a utilização do local, 61% (19) responderam não utilizar a área, 26% (8) relataram utilizar a área para lazer devido à presença de um igarapé na entrada do bosque, enquanto 13% (04) informaram que utilizam a área para coleta de açaí e cacau presentes no interior das ruínas do Engenho Bom Intento. Referente ao conhecimento sobre Unidade de Conservação, dos 31 entrevistados, 68% (13) responderam não ter conhecimento sobre o que Unidade de Conservação, enquanto 32% (10) declararam saber do que se trata.

#### 4.2.7.4 Propostas de Melhorias

Considerando que a população que residem no entorno de uma área protegida deve se apropriar de conhecimentos e se sentir pertencendo ao lugar para cuidar, conservar e valorizar, foi importante querer saber o que os entrevistados das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição sugeria para a área, e assim podemos observar, conforme demonstra o gráfico 58 abaixo que, 26% (12) sugerem que tenha espaço para as crianças, enquanto 20% (09) acredita

que a área precisa ter um melhor acesso para visitantes, 15% (07) sugeriu um maior cuidado com os igarapés da área, uma vez que estes são espaços de lazer, e 5% (02) acredita que visitas mais frequentes melhorariam a área em estudo. Um maior turismo para a área e maior fiscalização são vistos como melhorias por 4% (02) dos entrevistados, cada, 2% (01) acredita que um espaço para crianças melhoraria a área a ser criada a unidade, enquanto 11% (05) sugeriram outras melhorias, tais como, a preservação do patrimônio histórico presente na área, ou seja, as ruínas do antigo Engenho Bom Intento, e o desvio da ponte de sua localização atual, uma vez que se encontra à margem e é local de passagem de veículos pesados, o que pode prejudicar o patrimônio histórico e apresentar perigo para os visitantes, cujos 13% (06) não sugeriram melhorias. Referente ao turismo mencionado, é importante frisar que para áreas de unidade de conservação é recomendável o desenvolvimento do ecoturismo.

Gráfico 58: Propostas de Melhoria para a Área da UC.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.2.8 Saneamento Básico: Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos.

A Lei Federal 14.026 de 15 de julho de 2020 define o saneamento básico como o “conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de

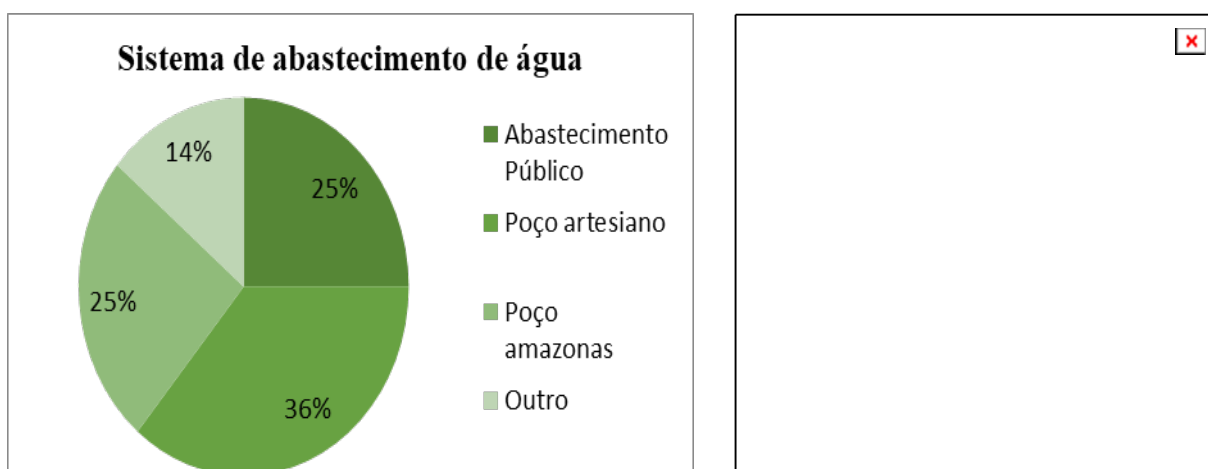
água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas” (Art. 3º, Inciso I, alíneas a, b, c , d).

#### 4.2.8.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água potável é constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição. Nas comunidades do Bom Intento, Itabira e Conceição, os dados coletados mostraram os meios de abastecimento de água, as características e tipos de tratamento da água a partir das respostas dos moradores. Vale ressaltar que referente às características da água, não foi possível coletar as amostras de água para serem submetidas à análise.

Conforme podemos observar abaixo no gráfico 59, 36% (13) dos entrevistados responderam que seu abastecimento de água vem de poços artesianos, poços abertos ou amazonas e abastecimento público foram relatados por 25% (09) dos entrevistados cada como principal fonte de abastecimento de água. Ainda, 14% (05) relataram outras fontes de abastecimentos, como a captação de água diretamente do igarapé. Sobre a profundidade dos poços, foi possível verificar que a média de profundidade do poço amazonas é de 3,07m e do poço artesiano é de 25m e 40cm. Foi possível observar que, geralmente utilizam a estrutura de caixa d’água para armazenamento da água captada por meio de bombas ligadas à eletricidade.

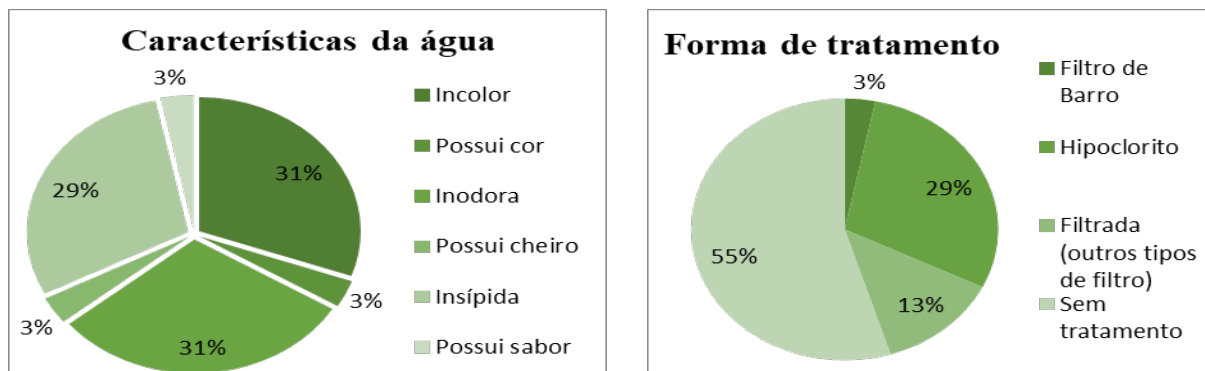
Gráfico 59: Abastecimento de água nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Quanto às características da água, as respostas seguiram as seguintes configurações: 31% (28) dos moradores responderam que a água não possui cheiro, a mesma porcentagem também afirmou que ela é incolor, 29% (27) informaram que a água não possui sabor e 3% (03), cada, responderam que a água possui cor, cheiro e sabor. Quando perguntados, os moradores afirmaram que a cor e o gosto eram geralmente barrentos. Conforme os dados empíricos, demonstrados no gráfico 60, poderíamos concluir que a água consumida nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição é própria para o consumo, mas uma análise química e bacteriológica detalhada se faz necessário para comprovação de evidências científicas.

Gráfico 60: Características e tipo de tratamento da água nas residências das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.



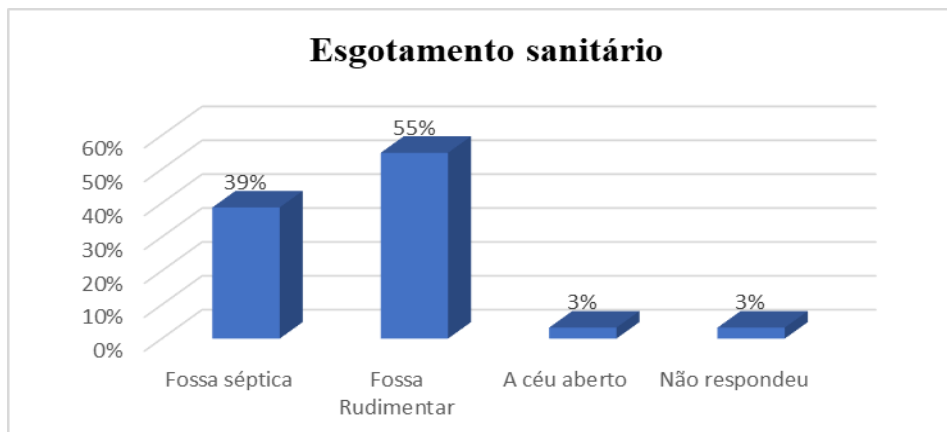
Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Quanto ao tratamento da água, ficou demonstrado no gráfico acima, que 55% (17) não aplicam nenhum tipo de tratamento na água antes de seu consumo, 29% (09) fazem o tratamento com hipoclorito disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, 13% (04) fazem o tratamento por meio do uso de filtros, e 3% (01) utiliza o filtro de barro como tratamento da água para consumo.

#### 4.2.8.2 Esgotamento Sanitário

O esgotamento sanitário é constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente.

Gráfico 61: Tipos de fossas utilizadas nas residências das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

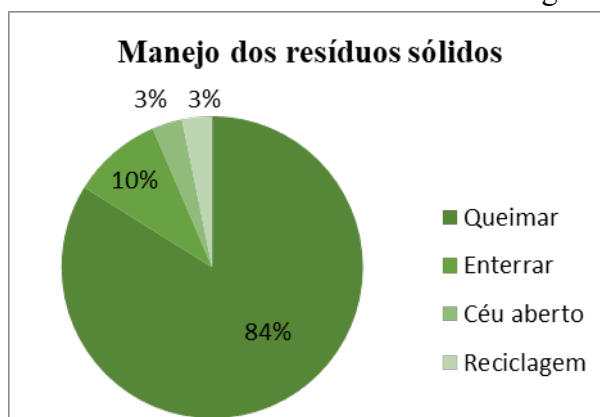
Dados do IBGE, 2023b apontam que mais de 30% das residências de Bujaru não possuem banheiros de uso exclusivo. A pesquisa de campo realizada nas comunidades perguntou sobre os tipos de fossas utilizadas nas residências dos entrevistados, cujas respostas foram assim elencadas: 55% (17) responderam possuir fossas rudimentares, 39% (12) possuem fossas sépticas, 3% (01), utiliza a céu aberto e a mesma porcentagem não declarou.

#### 4.2.8.3 Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

A limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana.

Dados do IBGE, 2023b apontam que apenas 33,65% das residências de Bujaru têm coleta de lixo. A pesquisa de campo realizada com os moradores perguntou qual o destino que eles davam ao lixo e assim obtemos as seguintes respostas, 84% (26) afirmou queimar os resíduos sólidos, 10% (3) costumam enterrar os resíduos sólidos como destino final, e o descarte a céu aberto e a reciclagem como foram relatadas por 3% (01) dos moradores, cada, como destino final dos resíduos sólidos. Foi observado que não há coleta pública de resíduos sólidos na zona rural de Bujaru, apenas na área urbana, o que leva os moradores a buscar destinos finais alternativos para os resíduos.

Gráfico 62: Destino do resíduo sólido dos moradores da região do Bom Intento, Itabira e Conceição.

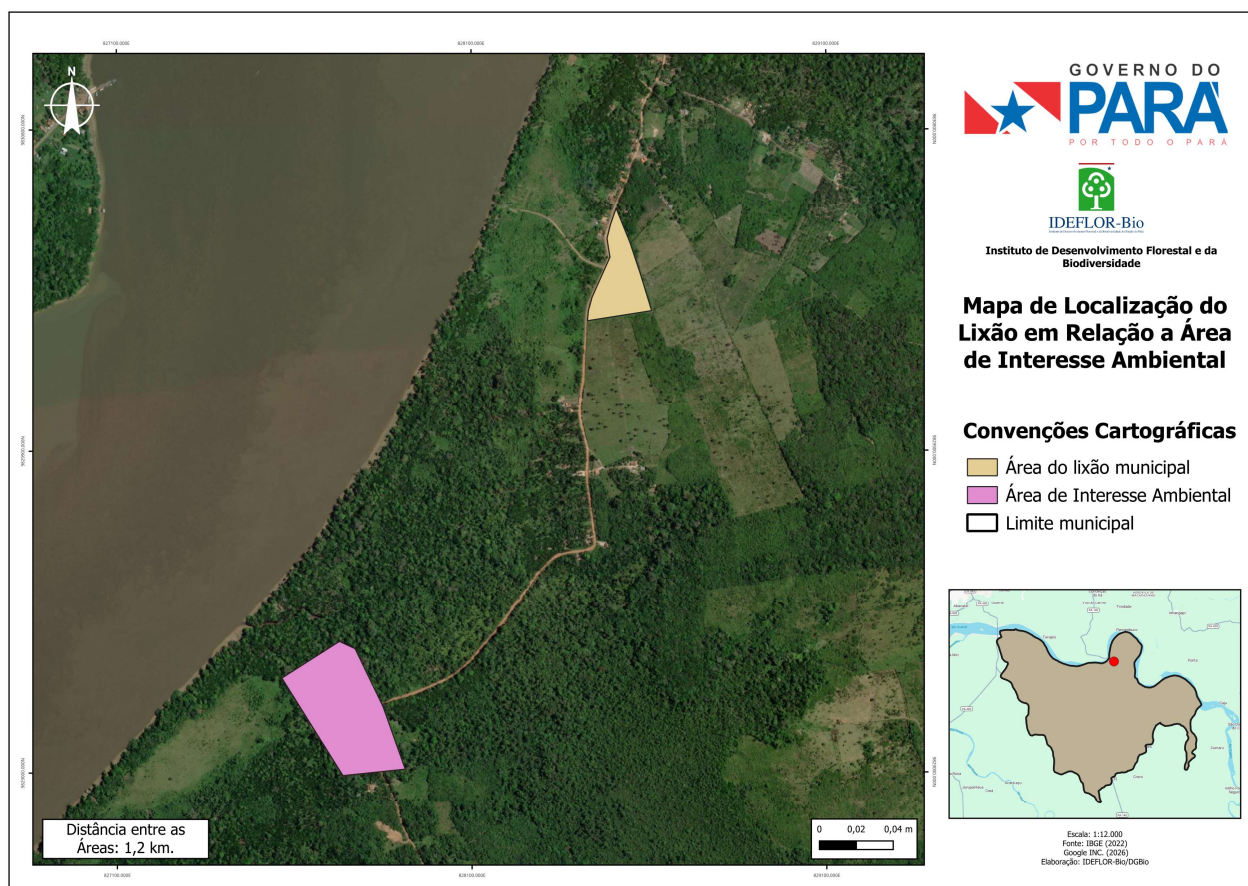


Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

De acordo com a Lei nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é proibido a disposição inadequada de resíduos em lixões a céu aberto e trata de estabelecer uma data para que os municípios se estruturarem com os aterros sanitários, assim como indica e proporciona certos benefícios para a construção de consórcios entre municípios vizinhos, mas a referida norma enfrenta desafios e dificuldade para ser implementada, devido principalmente os altos custos dos serviços, a dificuldade de fixar o local para a instalação do aterro e a lentidão no enfrentamento à problemática.

A figura 19, abaixo, mostra a localização da área do lixão do município de Bujaru, o qual encontra-se no caminho entre a sede do município e a área de interesse e também nas proximidades diretas da área onde se pretende criar a unidade de conservação, 1,2 Km (um quilômetro e duzentos metros) em linha reta, além disso, os dados de geoprocessamento indicam a presença de balneários e cursos d'água na região, além do próprio rio Guamá, o qual encontra-se a aproximadamente 350 m (trezentos e cinquenta metros) da área do lixão, o que representa sérios riscos sanitários e ambientais tanto para o ecossistema quanto para a população local.

Figura 18: Mapa de Localização do Lixão do município de Bujaru.



Fonte: SEMMA Bujaru/PMB. Elaboração DGBio/IDEFLO-Bio, 2025.

O município de Bujaru não possui aterro sanitário, tendo o lixão como única alternativa para a destinação dos resíduos sólidos até então. Atualmente há um projeto para a instalação de um aterro sanitário no município. O projeto denominado Unidade de Valorização Sustentável (UVS) Bujaru, proposto pela empresa Revita Engenharia Sustentável, se encontra em fase de planejamento, isto é, elaboração de estudos ambientais para verificar a viabilidade socioambiental do empreendimento, o qual tem por objetivo oferecer aos municípios da região metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Marituba), Bujaru e municípios adjacentes uma alternativa ambientalmente correta para a destinação final dos resíduos sólidos urbanos. Vale registrar que período em que a nossa equipe esteve no município para coleta de dados socioambientais, no dia 19 de agosto de 2025, ocorreu a etapa de audiência pública da UVS Bujaru, a qual teve como objetivo apresentar e explicar o projeto para a população, bem como o EIA-RIMA, e estabelecer um debate com a sociedade civil, dando espaço para os cidadãos tirarem dúvidas, apresentarem críticas e sugestões. O qual se observou forte resistência da população local do município de Bujaru e do município

do Acará, em relação a instalação do empreendimento devido os possíveis riscos de impactos ambientais decorrentes da instalação do aterro sanitário próximo as comunidades.

Figura 19: Audiência pública a respeito do projeto de instalação do aterro sanitário no município de Bujaru.

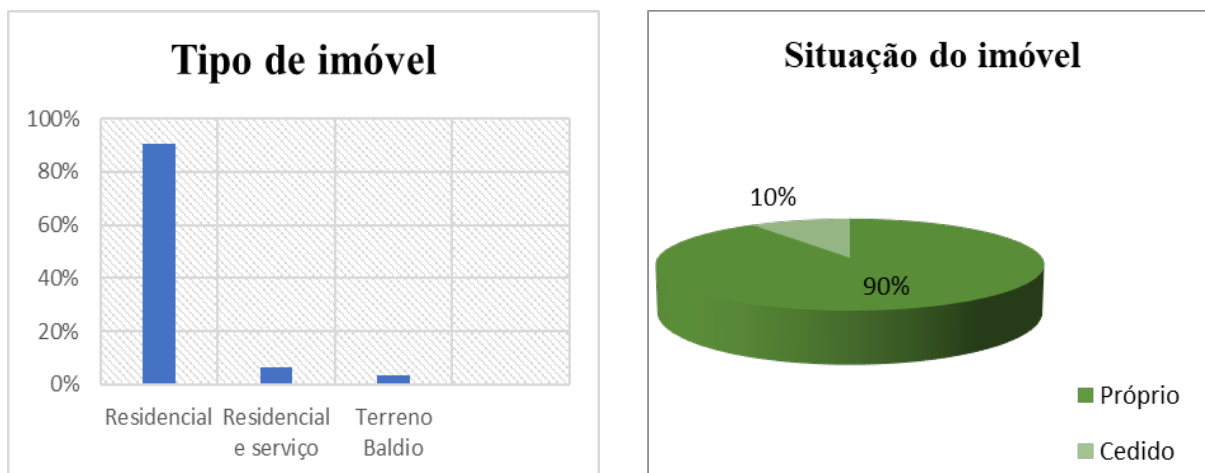


Fonte: DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.2.9 Uso e Situação dos Imóveis, Documentação e Tipo de Construção na Área

Verificou-se que o uso dos imóveis nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição, se constitui na sua maioria (28) de uso residencial, apenas 03 utilizam para residência e serviço, e 01 não utiliza o terreno, sendo caracterizado como “terreno Baldio”. A maioria dos residentes entrevistados, 90% (28) declarou que o imóvel é próprio e 10% (03) declarou que o imóvel em que reside é cedido. Esses dados são importantes porque remete para um maior sentimento de pertencimento do local.

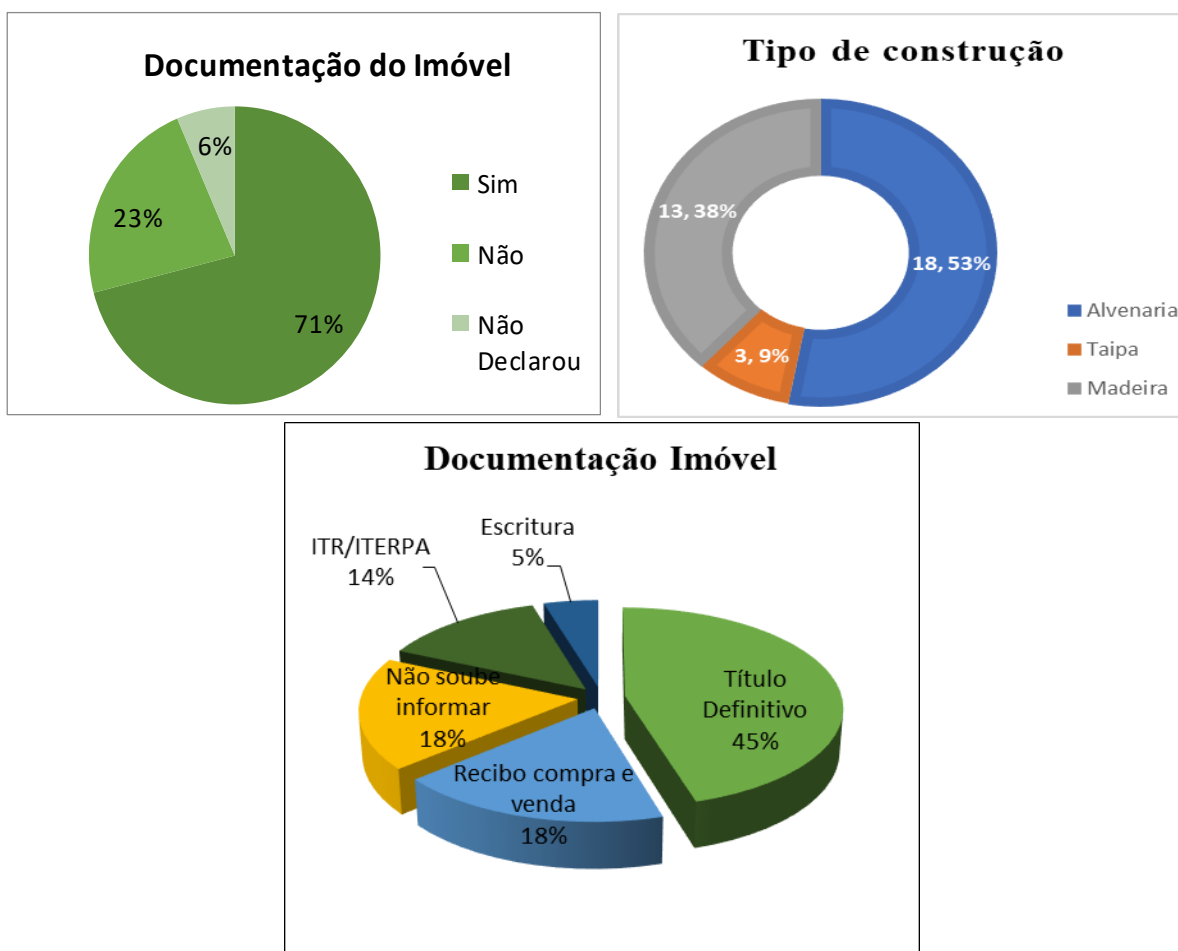
Gráfico 63: Tipo e situação dos imóveis nas comunidades do Bom Intento, Itabira e Conceição.



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Referente à documentação dos imóveis, que foram autodeclaratórios, 71% (22) dos entrevistados responderam que possuem algum tipo de documentação, 23% (07) responderam que não possuem, e 6% (02) não declararam. Dos quais responderam possuir documentação do imóvel, 45% (10) afirmaram possuir o título definitivo do imóvel, 18% (04) não souberam informar, haja vista que declararam serem imóveis cedidos ou de herança. O documento de compra e venda foi relatado por 18% (04), títulos do ITERPA e ITR foram relatados por 14% (03) dos moradores e 5% (01) afirmou possuir escritura definitiva.

Gráfico 64: Número de residentes que possuem documentação, tipos de documentação do imóvel e tipo de construção.



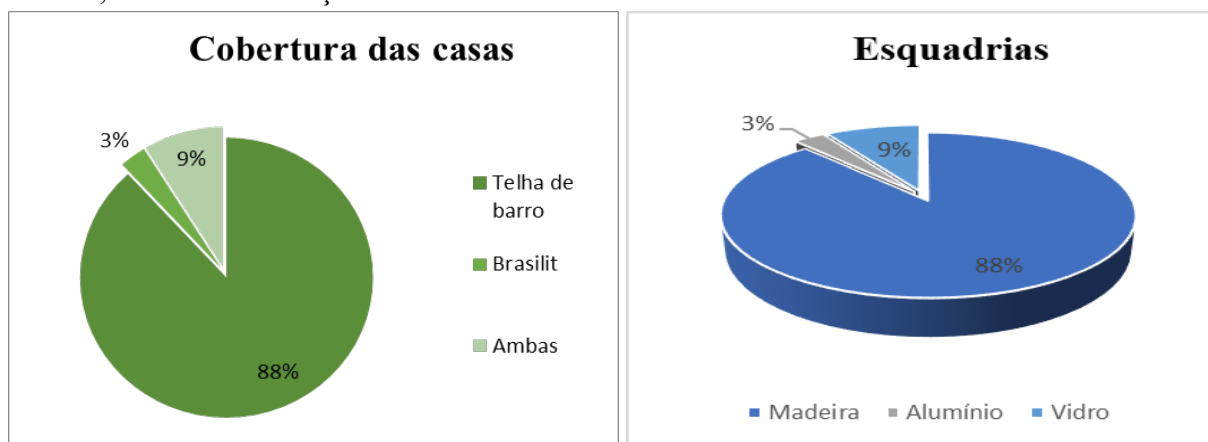
Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

A partir de observações em campo foi possível afirmar que dos imóveis construídos ou em processo de construção, 53% (18) foram construídos de alvenaria, 38% (13) de madeira e 9% (03) possuem estrutura de taipa. Vale ressaltar que, das 18 construções de alvenaria, duas (02) alternam com taipa e uma (01) alterna com madeira.

Sobre a cobertura das casas, foi possível observar que 88% (30) são cobertas com telhas de barro, 3% (01) com telhas Brasilit e 9% (03) das coberturas é formado por ambos os tipos de telha.

Foi possível observar também que as esquadrias (portas e janelas) das residências eram formadas 88% (30) das vezes por peças de madeira, 9% (03) por vidro e 3% (01) por peça de alumínio. Vale ressaltar que uma (01) residência alternava as peças entre madeira e vidro, e uma (01) casa possuía peças dos três tipos de materiais, madeira, alumínio e vidro.

Gráfico 65: Cobertura das casas, Esquadrias utilizadas nas casas das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição



Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

#### 4.3 LEVANTAMENTO INSTITUCIONAL

O Levantamento Institucional é uma das etapas necessárias para o processo de criação de Unidade de Conservação referente ao levantamento das potenciais Instituições afins para serem convidadas no momento da realização da Consulta Pública e posteriormente na implementação e gestão da unidade. As Instituições, dependendo de seu envolvimento e interesse, podem ser potenciais parceiras na criação e gestão de Unidades de Conservação municipal, principalmente na composição do Conselho Gestor que deve ser criado para a Unidade.

O Levantamento Institucional foi realizado em três períodos: o primeiro se deu no mês de julho de 2025, onde a DGBio/IDEFLOR-Bio minutou a primeira versão coletando informações do site da prefeitura de Bujaru, realizou pesquisas na internet e no site da Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA). O segundo período ocorreu em 18 a 22/08/2025, quando a DGBio/IDEFLOR-Bio revisou e inseriu dados da coleta de informações de campo nas comunidades de Bom Intento, Itabira e Conceição e encaminhou para a SEMMA de Bujaru para complementação de informações e assim fechando a versão final em

29 de agosto de 2025. Concomitante, no período de 18 a 22.08.2025 foi realizado registro fotográfico de órgãos e locais de alguns prédios da cidade de Bujaru.

#### 4.3.1 Organizações Governamentais

O quadro abaixo apresenta 17 (dezesete) órgãos governamentais, sendo 09 (nove) Instituições municipais e 08 (oito) estaduais.

Quadro 10: Instituições Governamentais que compõem o Levantamento Institucional.

Nº	Instituições	Responsáveis
01	Prefeitura Municipal de Bujaru	Miguel Bernardo da Costa Junior
02	Secretaria Municipal de Assistência Social	Haroldo José Bitencourt da Silva
03	Secretaria Municipal de Agricultura	Alcemir da Costa Palheta Júnior
04	Secretaria Municipal de Educação	Mila Cecília da Silva Costa
05	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	Miguel Bernardo da Costa
06	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Maria Leuda de Sousa Coelho
07	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	Glemerson Landel de Souza Rodrigues
08	Câmara Municipal de Vereadores	Jonaia Curcino
09	Colegiado do Conselho Tutelar	
10	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER	Hiran Dias de Araújo
11	Banco do Estado do Pará - BANPARÁ	Marcio Douglas
12	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ	Raul Bitencourt Soares
13	Polícia Militar do Estado do Pará	2º SGT PM Jonilson das Chagas Silva
14	Polícia Civil do Estado do Pará	Delegado José Neto
15	Escola Estadual Dom Mário de Miranda Vilas Boas	Denise Maria Soares Farias Silva
16	Escola Estadual Dom Ângelo Frosi	Luzia Tavares
17	Promotoria de Justiça de Bujaru	Promotora Paloma Sakalem

Fonte: Site da Prefeitura de Bujaru. Google. IOEPA. SEMMA. Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Figura 20: Instituições Governamentais que compõem o Levantamento Institucional.







Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

### 4.3.2 Organizações Não Governamentais

O levantamento institucional das Instituições Não Governamentais apresentado no quadro abaixo, 07 (sete), sendo 02 (duas) igrejas, 01 (um) sindicato, 01 (uma) Associação, 01 (uma) Cooperativa, foram incluídos, ainda, 02 (dois) hotéis.

Quadro 111: Registro de instituições não governamentais que compõem o levantamento institucional.

Nº	Instituições	Responsáveis
01	Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais de Bujaru	Félix Belém Albernás
02	Associação Bujaruense dos Agricultores e Agricultoras	Deibe Júnior Gomes Nascimento e Rosiclei Soares Damioli
03	Cooperativa SICRED de Bujaru	Mayra Maia
04	Hotel Miriti	Vânia Guedes
05	Hotel Beira Rio	Ewerton Paiva
06	Igreja Católica Apostólica Romana	Pe. Sebastião Viana
07	Igreja Assembleia de Deus	Pr. Jorge Augusto Reis

Fonte: Site da Prefeitura de Bujaru. Google. IOEPA. SEMMA. Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

Essa foi a forma ilustrativa de apresentar o Levantamento Institucional, sendo que o levantamento completo, constando, também as lideranças das comunidade Bom Intento, Itabira e Conceição, interessadas em participar da Consulta Pública, foi enviado para a SEMMA de Bujaru, responsável por conduzir o processo de Consulta Pública que se realizará em 27 de maio de 2026.

Figura 21: Instituições Não-Governamentais que compõem o Levantamento Institucional.





Fonte: Pesquisa de Campo, DGBio/IDEFLOR-Bio, 2025.

## **5 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA ÁREA**

Para a análise da situação fundiária da área proposta para criação de Unidade de Conservação Natureza Municipal, mais especificamente nas ruínas do antigo engenho Bom Intento, localizada na zona rural no município de Bujaru, se constatou que a área de interesse ambiental, histórico e cultural ruínas do Engenho Bom Intento está situada dentro da Gleba Bom Intento, área de terra devoluta a qual foi arrecadada pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e incorporada ao patrimônio do estado do Pará, de acordo com a portaria nº 0731, de 22 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado (Doe) de 01/12/2011, caderno 4, pág. 7. A área, denominada de Gleba Bom Intento possui 612,2782 (seiscentos e doze hectares, vinte e sete ares e oitenta e dois centiares) de área líquida, abrangendo não só o antigo engenho como também outras localidades do município de Bujaru, como as comunidades Itabira e Conceição.

Buscou-se saber também a respeito da situação fundiária dos moradores das comunidades situadas dentro da Gleba Bom Intento e ao redor da área de interesse, por meio do ofício nº 606/2025-DGBio/GAB/PRESI/IDEFLOR-Bio de 24/11/2025, protocolado no Instituto de Terras do Pará (ITERPA) sob o nº 2025/3673205 de 24/11/2025, cuja solicitação era informação se os moradores já estariam de posse da titulação da terra, uma vez que foi arrecadada pelo estado do Pará. Outra solicitação foi informação sobre a situação fundiária da área do Engenho Bom Intento, se a titulação já está em posse da prefeitura de Bujaru, uma vez que há intenção da criação de uma unidade de conservação municipal, no entanto, até o fechamento deste Diagnóstico Socioeconômico nenhuma resposta retorno do ITERPA.

Lembrando que na pesquisa de campo realizada no município de Bujaru, especificamente nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição, referente à documentação dos imóveis, que foram autodeclaratórios, 71% (22) dos entrevistados responderam que possuem algum tipo de documentação, 23% (07) responderam que não possuem, e 6% (02) não declararam. E dos quais responderam possuir documentação do imóvel, 45% (10) afirmaram possuir o título definitivo do imóvel, 18% (04) não souberam informar, onde o documento de compra e venda foi relatado por 18% (04), títulos do ITERPA e ITR foram relatados por 14% (03) dos moradores e 5% (01) afirmou possuir escritura definitiva.

## 5.1 DEFINIÇÕES DE CATEGORIAS DE MANEJO

Para fins de entendimento, abaixo segue a definição de 02 (duas) categorias de manejo que se equivalem em suas características. A primeira se refere à categoria de manejo Área de Relevante Interesse Ecológico (ÁRIE), presente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e recepcionado no Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC) e a segunda é de Bosque Municipal, criado pelo SEUC, ambas do grupo de Uso Sustentável.

### 5.1.1 Definição de Área de Relevante Interesse Ecológico

Instituído pelo SNUC e recepcionado pela Lei Estadual do SEUC nº 10.306/2023, a Área de Relevante Interesse Ecológico possui o seguinte objetivo

manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. É formada por terras públicas ou privadas, em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional (Art. 19, Parágrafo Único).

### 5.1.2 Definição de Bosque Municipal

No âmbito da mesma Lei do SEUC, é previsto a categoria de manejo Bosque Municipal, inserida no grupo de Uso Sustentável, que conforme o art. 35,

O Bosque Municipal é uma área pequena, de domínio público, com certo grau de interferência humana, que apresenta vegetação nativa ou condições de recuperação dos ecossistemas, inclusive recursos hídricos, localizada inserida ou no entorno das sedes municipais, vilas, povoados e vias de acessibilidade terrestre e aquática.

E segundo o § 1º o Bosque Municipal tem como objetivos:

I - manter a área, predominantemente, com vegetação nativa; II - reduzir os efeitos adversos da mudança do clima, em especial o controle da temperatura, da umidade e o estoque de carbono; III - favorecer a biodiversidade; IV - melhorar a qualidade de vida da população; V – incentivar e possibilitar a realização de estudos e pesquisas; e VI - estimular e promover atividades de educação e interpretação ambiental em contato com a natureza, assim como o turismo ecológico e comunitário.

§2º São permitidas propriedades privadas na área de abrangência do Bosque Municipal, desde que compatíveis com os objetivos da unidade de conservação, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Gestão.

§3º Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas, ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão gestor competente para a coexistência do Bosque Municipal com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§4º A nomeação do Bosque priorizará as características regionais, a localização e/ou a valorização da cultura local, confirmada em Consulta Pública.

§5º A infraestrutura do Bosque Municipal deve ser voltada para proteção da flora e da fauna, que permita atividades físicas, recreação e lazer ao ar livre compatíveis com os objetivos de conservação da natureza. (Lei 10.306/2023, §1º, 2º, 3º, 4º e 5º).

Na mesma Lei é previsto a visitação pública em unidades de conservação que conforme os artigos 36 e 37 versam que:

A visitação nas unidades de conservação deverá observar o disposto pelo órgão gestor, em regulamentação específica, assim como no plano de gestão da unidade (Art. 36). Parágrafo único. Nos casos de unidades de conservação estabelecidas em áreas privadas, a visitação somente ocorrerá mediante anuência prévia do proprietário, conforme disposto em lei.

A visitação pública é permitida em todas as categorias de unidades de conservação de uso sustentável e devem ser regulamentadas nos Planos de Gestão de Unidades de Conservação (Art. 37, § 2º).

A visitação pública deve ser estimulada em unidades de conservação de uso sustentável como ferramenta de valorização e conservação da sociobiodiversidade local e dos benefícios ecossistêmicos prestados pela unidade (Art. 37, § 4º).

Em ambas as unidades, a visitação deverá observar o disposto pelo órgão gestor, em regulamentação específica, assim como no plano de gestão da unidade. E nos casos de unidades de conservação estabelecidas em áreas privadas, a visitação somente ocorrerá mediante anuência prévia do proprietário (Lei 10.306/2023, Art. 36. Parágrafo Único).

Quadro 122: Diferença entre Parque Municipal Ambiental e Bosque Municipal.

Grupo	Categorias	Objetivos	Restrições
	<p><b>Área de Relevante Interesse Ecológico</b></p>	<p>Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.</p>	<p><b>Visitação:</b> A visitação pública é permitida em todas as categorias de unidades de conservação de uso sustentável e devem ser regulamentadas nos Planos de Gestão da Unidade de Conservação.</p> <p><b>Domínio da Terra:</b> A Área de Relevante Interesse Ecológico é formada por terras públicas ou privadas, em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional.</p> <p><b>Pesquisa científica:</b> depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecido, bem como àquelas previstas em regulamento. .</p>

Uso Sustentável	<p><b>Bosque Municipal:</b> é uma área pequena, de domínio público, com certo grau de interferência humana, que apresenta vegetação nativa ou condições de recuperação dos ecossistemas, inclusive recursos hídricos, localizada inserida ou no entorno das sedes municipais, vilas, povoados e vias de acessibilidade terrestre e aquática.</p>	<p>I - manter a área, predominantemente, com vegetação nativa; II - reduzir os efeitos adversos da mudança do clima, em especial o controle da temperatura, da umidade e o estoque de carbono; III - favorecer a biodiversidade; IV - melhorar a qualidade de vida da população; V – incentivar e possibilitar a realização de estudos e pesquisas; e VI - estimular e promover atividades de educação e interpretação ambiental em contato com a natureza, assim como o turismo ecológico e comunitário.</p>	<p><b>Propriedade privada:</b> São permitidas propriedades privadas na área de abrangência do Bosque Municipal, desde que compatíveis com os objetivos da unidade de conservação, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Gestão.</p> <p><b>Incompatibilidade de objetivos:</b> Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas, ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão gestor competente para a coexistência do Bosque Municipal com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.</p> <p><b>Prioridade do Bosque:</b> A nomeação do Bosque priorizará as características regionais, a localização e/ou a valorização da cultura local, confirmada em Consulta Pública.</p> <p><b>Infraestrutura:</b> A infraestrutura do Bosque Municipal deve ser voltada para proteção da flora e da fauna, que permita atividades físicas, recreação e lazer ao ar livre compatíveis com os objetivos de conservação da natureza.</p>
-----------------	--	---	--

Fonte: Lei 10.306/2023, PEUC/SEUC.

## 5.2 DEFINIÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Salienta-se, ainda, que a área em análise denominada de ruínas do Engenho Bom Intento e toda a sua biodiversidade envolvida, mesmo sendo preservado em lei por ser Área de Preservação Permanente (APP), precisam, obrigatoriamente, ser ratificada na preservação local como Unidade de Conservação. Onde, a Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012, Art. 3º, conceitua APP da seguinte forma:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Ainda de acordo com a lei supracitada, no seu Art. 4º, considera-se como APP, em zonas rurais ou urbanas: I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de: a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros; b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas; (...) IV - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; IV – As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; (Redação dada pela Medida Provisória nº 571, de 2012). IV - As áreas no entorno das nascentes e dos

olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; VI - As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; VII - os manguezais, em toda a sua extensão (...), (Lei Federal nº 12.651/2012, Art. 3 e 4).

Assim, a área em estudo, de forma parcial, também, é considerada uma APP por conter algumas características acima definidas, como “faixas marginais de curso d'água” e nascentes.

## **6 CONCLUSÕES**

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), no âmbito do Projeto Apoio à Criação de Unidades de Conservação Municipais, executado pela Diretoria de Gestão da Biodiversidade (DGBio), apoia o município de Bujaru, localizado na Região de Integração Rio Capim, na preservação e conservação de seus ecossistemas terrestres e aquáticos e toda sua biodiversidade englobada, subsidiando-o na criação da primeira Unidade de Conservação do município de Bujaru, subsidiando com este diagnóstico socioeconômico e da situação fundiária, somado aos diagnósticos do meio físico e biológico.

A Criação amparada legalmente pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e pela Política Estadual de Unidades de Conservação e Sistema Estadual de Unidades de Conservação disposto na Lei Estadual 10.306 de 22 de dezembro de 2023 dará mais visibilidade à questão ambiental com a criação da Unidade de Conservação Municipal no município de Bujaru de acordo com a categoria de manejo legalmente constituída.

Os aspectos socioeconômicos e da situação fundiária foram demonstrados de forma espacial, numérica e qualitativamente como forma de subsidiar e ser aprofundado quando da implementação e gestão da unidade de conservação, por meio da elaboração do Plano de Gestão que deverá ficar pronto no prazo de (05) cinco anos a contar da criação legal da unidade.

Seguindo as etapas do processo de criação há a necessidade da realização de consulta pública para que seja referendado pelos órgãos governamentais e não-governamentais e pelas populações locais do entorno. Assim como a consolidação do resumo dos estudos, os resultados da consulta, exposição de motivos, ficha técnica, memorial descritivo, mapa ajustado, se for o caso, e minuta de projeto de Lei ou minuta de Decreto municipal.

Todas as informações relacionadas às tratativas, a pesquisa de campo e os levantamentos de informações secundárias de órgãos oficiais e de documentos técnicos

científicas apresentadas neste diagnóstico contribuirão como subsídios para análise na decisão de criação da Unidade de Conservação da Natureza Municipal proposta.

Conhecer a divisão territorial em que o município de Bujaru se insere, qual seja a Região de Integração Rio Capim, os municípios que ali fazem parte, assim como obter uma visão global das condições sociais e econômicas do município, também contribuirá fortemente para a criação, implementação e gestão da referida unidade.

Criação de uma unidade de conservação remete, também, para entender as condições socioeconômicas e estruturais de seu entorno, no caso específico as condições de vida das pessoas que residem nas comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição.

Portanto, será um avanço significativo o município de Bujaru criar a sua primeira Unidade de Conservação Municipal, sendo a quinta a ser criada na Região de Integração Rio Capim. Sabe-se que as categorias Área de Relevante Interesse Ecológico e Bosque Municipal são as categorias que se enquadram perfeitamente na proposta, ambas do mesmo grupo de Uso Sustentável se assemelham em suas características e a Consulta Pública ouvirá os anseios dos munícipes e decidirá pela melhor proposta.

## **7 RECOMENDAÇÕES**

As recomendações aqui propostas se divide em dois momentos, algumas já poderão ser implementadas pela prefeitura de Bujaru com a coordenação da SEMMA e outras recomendações demandam a implementação da unidade e a elaboração do Plano de Gestão, são elas:

1. Analisar a possibilidade de criar corredores ecológicos para conectar o a área das ruínas do antigo Engenho Bom Intento a outras áreas verdes, aumentando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos.
2. Que a prefeitura, por meio do setor de terras, solicite ao ITERPA a Doação não Onerosa da área no tamanho de 7,0152 (sete hectares, um are e cinquenta e dois centiares) para efeito de Regularização Fundiária, a partir de georreferenciamento com precisão, desmembramento da área maior e doação de título definitivo.
3. Intensificar a educação ambiental com a população do entorno e com os visitantes da futura Unidade de Conservação para a proteção dos corpos hídricos, evitando assim o descarte de resíduos sólidos e poluentes ao longo do curso hídrico, o que pode causar grandes consequências ambientais.
4. Intensificar a fiscalização preventiva na área.

5. Garantir a proteção dos cursos d'água, evitando o uso dos igarapés por um período determinado para manter a diversidade local e todas as redes de interação que ocorrem na interface água-floresta até a sua total recuperação e regeneração.
6. Intensificar estudos arqueológicos na área de estudo, haja vista a importância histórica das ruínas do antigo engenho Bom Intento, bem como a possível presença de artefatos arqueológicos soterrados entre as ruínas, os quais remetem à época da fundação do município de Bujaru.
7. Buscar parcerias com outras secretarias, a exemplo da Secretaria Municipal de Cultura e promover campanhas para o recolhimento dos artefatos arqueológicos espalhados pelas residências com vista em agregá-los em um único local para a sua preservação e exposição de sua história.
8. Intensificar a fiscalização para a preservação das ruínas e artefatos histórica presentes na área de estudo.
9. Acessar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com o objetivo de estabelecer parceria para a realização de estudos e tombamento para preservação do local.
10. Intensificar a Educação Ambiental, colocando placas educativas e anexando lixeiras de tamanho adequado e que sejam efetivamente recolhidas por pessoal da prefeitura que devem ser implantadas em pontos estratégicos da unidade e recomenda-se, ainda, a coleta seletiva com os moradores das comunidades Bom Intento, Itabira e Conceição e entorno na entrada da área, com a definição de cada resíduo, separado em cores, assim a população poderá dar o destino correto ao seu resíduo.
11. Implementar projetos de recuperação de nascentes, igarapé e com a recomposição da vegetação ciliar, para que haja maior preservação.
12. Fazer com que o art. 117, Parágrafo único da Lei Estadual 10.306/2023 (PEUC/SEUC) que altera o art. 4º da Lei Estadual 7.638/2012 (ICMS Verde), que passa a vigorar com a redação “deverão ser destinados às unidades de conservação municipais, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos pelos municípios” seja cumprida.
13. Recomendamos que, quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração dos **programas de pesquisas**, sejam aprofundados e ampliados os estudos de botânica, composição florística e avifauna para consulta mais detalhadas das espécies que poderão se encontrar na Lista das Espécies ameaçadas, a fim de realizar uma avaliação de risco na área.

14. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Uso Público**, buscar incentivar o uso público, com visitas, práticas de educação ambiental, trilhas interpretativas e guiadas, avistamento de animais e outros equipamentos para o uso público, sempre respeitando a capacidade de carga do ambiente.
15. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Sustentabilidade Financeira**, seja garantido recursos financeiros para a implementação e manutenção das ações de gestão, e estabelecer parcerias com instituições de pesquisa, universidades e outras organizações da sociedade civil para fortalecer as ações de conservação.
16. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Valorização da Comunidade do entorno**, seja intensificado a Educação Ambiental e ações de cidadania.
17. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Fiscalização e Monitoramento**, seja implementado um sistema de monitoramento da vegetação para acompanhar a evolução da floresta e detectar possíveis alterações.
18. Recomendamos que quando da implementação da unidade e quando da elaboração do Plano de Gestão na elaboração do **programa de Educação Ambiental**, sejam inseridos como material pedagógico, palestras, cartilhas e vídeos que incentivem a visita e o cuidado da área para que a comunidade do entorno e a população em geral conheçam sua biodiversidade, a história e a cultura local para que compreendam o que pode e o que não pode ser feito, adquiram o sentido de pertencimento ao local, tenham participação na gestão do espaço e adquiram a consciência sobre a importância da conservação da unidade.

## 8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 6 maio 2025.

BRASIL. Decreto 7.272 de 05 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm). Acesso em 23 mar. 2025.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A tributação da propriedade urbana no Brasil: avaliação e propostas. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 18, p. 97-114, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8473>. Acesso em 10 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Histórico do município de Bujaru (PA). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/bujaru/historico>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm#art3](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm#art3). Acesso em 23 mar. 2025.

BRASIL. Lei 14.026 de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm). Acesso em 25 mar. 2025.

BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2002, 52p.

BUJARU. Decreto Municipal nº 039 de 10 de novembro de 2021. Dispõem sobre o Plano Diretor do Município de Bujaru. PMB, 2021, 179p.

BUJARU. Prefeitura Municipal de Bujaru. Portal da Transparência – Balanço Anual. Disponível em: <https://bujaru.pa.gov.br/portal-da-transparencia/balanco-anual/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

Cartografias da Violência na Amazônia (livro eletrônico) / organização Renato Sérgio de Lima, Samira Bueno, Aiala Colares Couto. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. 14p.

DA SILVA, Silvia Sueli Santos; DO NASCIMENTO, Jessica Silva. **O pote de ouro emborcado: rastros de invisibilidade e traduções do imaginário de Bujaru**. Revista Sentidos da Cultura, v. 8, n. 14, p. 132-145, 2021.

DE SOUSA, Rafael Benevides. A beira do rio, à beira da estrada e a conformação do território camponês no Nordeste Paraense. Ensaios de Geografia, v. 4, n. 7, p. 7-25, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Áreas urbanizadas do Brasil 2019. Diretoria de Geociências, Coordenação de Meio Ambiente. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15789-areas-urbanizadas.html?=&t=downloads>. Acesso em 5 maio 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022: População e Domicílios – Primeiros Resultados. Atualizado em 22 dez. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 jul. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população residente com data de referência em 1º de julho de 2024. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população residente, por situação do domicílio (urbana/rural) – Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41851&t=resultados>. Acesso em 5 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: características gerais dos moradores, por sexo e grupos de idade – Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=resultados>. Acesso em 6 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em 6 maio 2025.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (IDEFLOR-Bio). Roteiro de Criação de Unidade de Conservação Municipal. Belém (no prelo).

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ (ITERPA). **Portaria ITERPA N° 731, de 22 de novembro de 2011**. Arrecada a área de terra devoluta, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, que passa a ser denominada “Gleba Bom Intento”. Diário oficial do Estado, N° 313701, de 01 de dezembro de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). Sociedade, Participação Social e Controle Social: Crescimento dos estabelecimentos religiosos no país é liderado por igrejas pentecostais e neopentecostais. Nota Técnica de Fernanda De Negri; Weverthon Machado; Eric Jardim. 2023. Disponível em: [ipea.gov.br/portal](https://ipea.gov.br/portal). Acesso em 13 mar.2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica 2023. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 19 jun. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2022. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em 19 jun. 2024.

LAVORATO, F. S. et al. Relatório de impacto ambiental, Unidade de Valorização Sustentável (UVS) Bujaru/PA. Revita Engenharia Sustentável, 2025. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/Cap%C3%ADtulo-13-RIMA-UVS-Bujaru-Revita.pdf>. Acessado em: 9 de outubro de 2015.

LOBATO, Crisomar. Conservação Ambiental no Estado do Pará (Unidades de Conservação da Natureza para o Estado do Pará). Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP, Rev. Pará Desenvolvimento, Edição Especial. Belém, p.28-41, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2021. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em 25 ago. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS) - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) - Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF/MDS). III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2025 -2027). Aprovado pelo Pleno Ministerial da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) em 19.02.2025. Brasília/DF, 2025. 165p. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/iii-plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-aprovado>. Acesso em 10 abr. 2025.

NASCIMENTO, Wesley David Silva do. "Agostinho de Souza Moreira, comandante dos rios Guamá e Capim: trajetória de uma liderança cabana do interior da Amazônia (1829-1837)." (2024).

PARÁ. Decreto Estadual 2.129 de 20 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.839 de 21.01.2022. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/portal/#3>. Acesso em 7 abr. 2025.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Perfil socioeconômico e ambiental do município de Concórdia do Pará. Belém: FAPESPA, 2023. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/Concordia-do-Para.pdf>. Acesso em 5 maio 2025.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Radar de Desenvolvimento Regional 2024. Belém: FAPESPA, 2024. Disponível em: <https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2024/>. Acesso em 5 maio 2025.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio). Catálogo das Unidades de conservação da natureza do Estado do Pará. Belém/Pa, 2024. 1ª edição. 76p.

PARÁ. Lei 10.306, de 22 de dezembro de 2023. Publicada no DOE nº de 35.658, de 26 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: [www.ioepa.pa.gov.br](http://www.ioepa.pa.gov.br). Acesso em 29 já. 2024.

PARÁ. Lei 9.981, de 6 de julho de 2023. Publicada no DOE nº 35.463 de 07/07/2023. Institui a Política de Educação Formal para o Meio Ambiente, Sustentabilidade e Clima, vinculada à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e revoga a Lei Estadual no 5.600, de 15 de junho de 1990, que dispõe sobre a promoção da educação ambiental em todos os níveis, de acordo com o art. 225, inciso IV da Constituição Estadual do Pará. Disponível em <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/322681.pdf>. Acesso em 23 jan. 2025.

PARÁ. Unidades de conservação da natureza do Estado do Pará / (organização Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio). 1.ed. Belém/PA: Ed. dos Autores, 2024. 80p.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: FGV/UFPA, 1971.

SILVA, Edla Oliveira. Fungos da Ordem Polyporales (Basidiomycota) em áreas de Floresta Secundária do Município de Bujaru, Pará, Brasil. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Tomé-Açú, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, 2022.